



UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA
PRÓ-REITORIADE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM HISTÓRIA

MICHELLE OLIVEIRA DA SILVA

“EU VOS DEI A MINHA VIDA. AGORA VOS OFEREÇO A MINHA MORTE”. A REPERCUSSÃO SOCIAL DO SUICÍDIO DE GETÚLIO VARGAS NOS JORNAIS CARIOCAS (1954)

Niterói

2020

MICHELLE OLIVEIRA DA SILVA

**LINHA DE PESQUISA
POLÍTICA, MOVIMENTOS SOCIAIS E MEMÓRIA**

**“EU VOS DEI A MINHA VIDA. AGORA VOS OFEREÇO A MINHA MORTE”.
A REPERCUSSÃO SOCIAL DO SUICÍDIO DE GETÚLIO VARGAS NOS
JORNAIS CARIOCAS (1954)**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, Campus Niterói, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Vivian Zampa

Niterói

2020

CIP - Catalogação na Publicação

S586 Silva, Michelle Oliveira da.
“Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte”. A repercussão social do suicídio de Getúlio Vargas nos jornais cariocas (1954). / Michelle Oliveira da Silva. – Niterói, RJ, 2020.
xi, 11-139p., il., tabs.
[Numeração da publicação: [i] –xi, 11-139].
Referências: P. 111-120.
Anexo(s): P. 121-139.

Orientador: PhD. Vivian Cristina da Silva Zampa.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Salgado de Oliveira, 2020.

1. Vargas, Getúlio, 1882-1954. 2. Brasil – Política e governo, 1930-1945.
3. Brasil – Política e governo, 1951-1954. I. TÍTULO.

CDD 981.061

Elaborado pela Biblioteca Rachel de Queiroz, com os dados fornecidos pelo (a) autor (a), sob a responsabilidade de Sirléia Rodrigues de Mattos - CRB-7/5230.



UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA – UNIVERSO
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM HISTÓRIA

Ata da 139ª Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História da Universidade Salgado de Oliveira, para Obtenção do Grau de Mestre em História

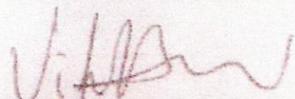
Às 14:00 horas do dia vinte e nove de setembro de 2020, compareceu a mestranda **Michelle Oliveira da Silva** para a defesa de sua dissertação, intitulada “**EU VOS DEI A MINHA VIDA. AGORA VOS OFEREÇO A MINHA MORTE”. A REPERCUSSÃO SOCIAL DO SUICÍDIO DE GETÚLIO VARGAS NOS JORNAIS CARIOCAS (1954).**” realizada sob a orientação da Professora Doutora Vivian Cristina da Silva Zampa do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO). A banca examinadora foi composta pela Professora Doutora e Orientadora Vivian Cristina da Silva Zampa (UNIVERSO), presidente dos trabalhos e pelos Professores Doutores Jayme Lúcio Fernandes Ribeiro (UNIVERSO), Renato Soares Coutinho (UFF).

Ao término dos trabalhos, a banca examinadora se reuniu e julgou a dissertação **APROVADA**. Assim sendo, **Michelle Oliveira da Silva** passa a ser o 139º Mestre em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO).

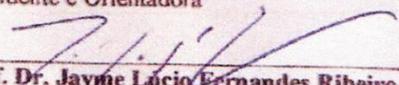
Para constar, eu, Amanda Oliveira da Fonseca lavrei a presente ata que segue assinada pelo orientador, pelos membros da banca examinadora e pelo mestrando.

Niterói, 29 de setembro de 2020.

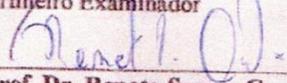
ASSINATURAS



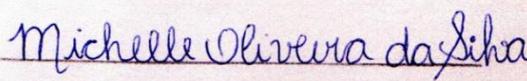
Prof.ª Dr.ª Vivian Cristina da Silva Zampa
Presidente e Orientadora



Prof. Dr. Jayme Lúcio Fernandes Ribeiro
Primeiro Examinador



Prof. Dr. Renato Soares Coutinho
Segundo Examinador



Michelle Oliveira da Silva
Mestranda

Resumo

A Dissertação tem por objetivo analisar a relação construída entre o governo getulista e o povo brasileiro entre 1930-1945 e depois entre 1951-1954, pontuando os ganhos materiais e simbólicos obtidos pelo trabalhador durante a Era Vargas e o segundo governo do presidente. O objetivo central foi pontuar, através dos jornais, o impacto nacional promovido pela morte de Vargas, especialmente nos logradouros principais da cidade do Rio de Janeiro. Desta forma, destacou-se a comoção social diante da sua morte, procurando vinculá-la à relação construída entre o presidente e o trabalhador brasileiro, a partir da repercussão do suicídio. Para isso, destacamos as condições do trabalhador brasileiro na Primeira República, os ganhos materiais obtidos por esse grupo nos primeiros anos da Era Vargas e a construção de uma relação de maior proximidade ao longo dessa fase. Analisamos, ainda, o segundo Governo de Vargas, com ênfase em suas realizações, ligação com os trabalhadores, crise e suicídio. A partir desse último episódio, problematizaremos a convulsão social ocorrida no dia 24 de agosto de 1954 e nos dias subsequentes, enfatizando a emoção, as ações e as percepções dos trabalhadores, motivadas por esse fato, a partir de matérias publicadas nos periódicos *Jornal do Brasil*, *Tribuna da Imprensa* e a *Última Hora*.

Palavra-Chave: Era Vargas; Pacto Social; Queremismo; Suicídio.

Abstract

The dissertation aims to analyze the relationship built between the Getulist government and the Brazilian people between 1930-1945 and then between 1951-1954, punctuating the material and symbolic gains obtained by the worker during the Vargas Era and the second government of the president. The central objective was to point out, through newspapers, the national impact promoted by the death of Vargas, especially in the main streets of the city of Rio de Janeiro. Thus, the social commotion in the face of his death stood out, seeking to link it to the relationship built between the president and the Brazilian worker, based on the repercussions of suicide. For this, we highlight the conditions of the Brazilian worker in the First Republic, the material gains obtained by this group in the early years of the Vargas Era and the construction of a closer relationship throughout this phase. We also analyzed the second Vargas Government, with an emphasis on its achievements, connection with workers, crisis and suicide. From that last episode, we will discuss the social upheaval that occurred on August 24, 1954 and in the following days, emphasizing the emotion, actions and perceptions of workers, motivated by this fact, based on articles published in the newspapers *Jornal do Brasil*, *Tribuna da Imprensa* and *the Last Hour*.

Keyword: Era Vargas; Social pact; Queremismo; Suicide.

Dedicatória

A meus pais, irmão e esposo.

Rosânea, Ricardo, Josué e Carlos Humberto.

Agradecimentos

Agradeço a Deus, por sempre estar comigo e ter me permitido chegar até aqui. Em meio a tantas lutas, a inúmeras crises de ansiedade e muitos medos, consegui desenvolver a Dissertação e ter a chance de lutar pelo meu sonho.

Tive o privilégio de ter comigo durante esse período duas orientadoras maravilhosas: Prof. Dr^a Marly Vianna e Prof^a. Dr^a Vivian Zampa. Professora Marly, obrigada por acreditar no meu projeto, pelas dicas, pelas firmes considerações e por todo o seu vasto conhecimento compartilhado comigo. Obrigada por me fazer amar ainda mais a minha pesquisa. Gostaria de igualmente agradecer a Prof^a. Dr^a Vivian Zampa, por me abraçar nesse final, me acolher, me ajudar e compartilhar seu conhecimento comigo. Obrigada por ser incrível, compreensiva, amável em suas palavras e sempre muito motivadora. Você é um presente.

Ao meu querido Prof^o Dr^o. Renato Coutinho, meu professor da graduação e que hoje tenho a honra de tê-lo em minha banca, obrigada. Eu passei a amar História do Brasil, e especialmente o Brasil Republicano, depois de suas aulas. Suas reflexões e a sua didática, me motivam até hoje a buscar sempre cada vez mais pelo conhecimento. Gratidão, professor. És um espelho para mim. Igualmente desejo agradecer ao querido Prof^o Dr^o Jayme Lúcio, o qual aceitou fazer parte da minha banca e realizou considerações maravilhosas e enriquecedoras. Gratidão, professor.

Agradeço ao meu esposo, Carlos Humberto, pela parceria de sempre. Obrigada por entender minha ausência em diversos momentos, por ficar em silêncio para eu estudar e por estar me motivando desde o primeiro dia que pisei na Universo. Você acreditou em mim e disse que eu iria conseguir, antes mesmo dos resultados saírem.

Igualmente desejo agradecer aos meus pais Rosânea e Ricardo, ao meu irmão Josué Matheus, a meus avós maternos Iolanda e Antônio e a meus avós paternos Odiléia e Victorino. Obrigada por sempre acreditarem em mim. Obrigada por todo investimento feito. Obrigada por cada livro e pelos custeios da passagem e do lanche. Obrigada por cada abraço quando eu me desesperava, pensando que não conseguiria concluir. Obrigada por serem meu porto seguro. Eu não estaria aqui hoje se não fosse vocês.

E, por fim, reitero meus agradecimentos aos professores que fizeram parte da minha banca, os quais foram de extrema importância para o enriquecimento do meu trabalho, assim como agradeço a todo o corpo docente e discente da Universo, em especial à

Coordenadora Márcia Amantino, por manter um nível de excelência ao Curso *Stricto Sensu* do Programa de Pós Graduação em História.

Obrigada, Universo. Vocês fazem parte desse grande sonho, hoje realizado.

Abreviaturas

AIB – Ação Integralista Brasileira.
ANL – Aliança Nacional Libertadora.
BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.
CFCE – Conselho Federal de Comércio Exterior.
CTEF – Conselho Técnico de Economia e Finanças.
CNP – Conselho Nacional de Petróleo.
CME – Coordenação de Mobilização Econômica.
CNPIC – Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial.
CPE – Comissão de Planejamento Econômico.
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito.
CNAEE – Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica.
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional.
CVRD – Cia. Vale do Rio Doce.
CREAI – Carteira e Crédito agrícola e industrial.
DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda.
DPDC – Departamento de Propaganda e Difusão Cultural.
DNI – Departamento Nacional de Informações.
DNC – Departamento Nacional do Café.
DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral.
EUA – Estados Unidos da América.
ELETROBRÁS – Centrais elétricas brasileiras.
FNM – Fábrica Nacional de Motores.
IAA – Instituto do açúcar e do álcool.
INM – Instituto Nacional do Mate.
INP – Instituto Nacional do Pinho.
INS – Instituto Nacional do Sal.
MMDC – Martins, Mirogaia, Dráuzio e Camargo.
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro.
PCB – Partido Comunista do Brasil.
PSD – Partido Social Democrático.
PRP – Partido de Representação Popular.
SPR – Secretaria da Presidência da República.
USP – Universidade de São Paulo.
UDF – Universidade do Distrito Federal.
UDN – União Democrática Nacional.
UNE – União Nacional dos Estudantes.

Tabelas

Tabela 1: Jornal do Brasil	134
Tabela 2: Tribuna da Imprensa	136
Tabela 3: Diário da Noite	138
Tabela 4: Última Hora	141
Tabela 5: Diário Carioca	145
Tabela 6: Correio da Manhã	147
Tabela 7: Gazeta de Notícias	149
Tabela 8: A Noite	151

Sumário

Introdução	11
Capítulo I –As transformações das relações Estado e Sociedade pós 1930	22
1.1. O trabalhador brasileiro na Primeira República e a Revolução de 1930.....	22
1.2. Governos Provisório e Constitucional – Primeiras Medidas.....	31
1.3. Estado Novo, Nacionalismo e Cidadania Social	39
Capítulo II – Do Declínio a Aclamação Popular: O fim do Estado Novo e o Queremismo	53
2.1. O declínio e o fim do Estado Novo	53
2.2. “Nós Queremos Getúlio” – Uma análise do Movimento Queremista.....	59
2.3. Da deposição de Vargas à vitória de Dutra	75
Capítulo III – Retorno, Crise e Suicídio	83
3.1. A vitória de um candidato improvável, apoiado por um presidente deposto	83
3.2. O retorno do presidente deposto: nos braços do povo.....	84
3.3. A repercussão social do suicídio de Vargas através da cobertura dos jornais cariocas	91
3.4. Repercussão do suicídio de Vargas nos jornais cariocas (24 de agosto de 1954 a 31 de agosto de 1954)	93
Conclusão	108
Fontes.....	111
Bibliografia.....	114
Anexos	121

INTRODUÇÃO

A presente Dissertação tem por objetivo analisar a relação construída entre o governo getulista e os trabalhadores entre 1930-1945 e, depois, entre 1951-1954, pontuando os ganhos materiais e simbólicos por eles obtidos, afim de compreender a convulsão social ocorrida no dia 24 de agosto de 1954 e dias subsequentes, devido à notícia do suicídio de Vargas.

Para entendermos a relação construída entre o governo getulista e o povo brasileiro precisamos, inicialmente, analisar qual era a identidade do trabalhador na Primeira República. Segundo a autora Michelle Macedo¹, os grupos que representavam os trabalhadores lutavam pela construção de uma identidade positiva do trabalho, uma vez que o mesmo período restringia os direitos civis às elites e os direitos políticos eram destituídos de legitimidade². A autora ainda afirma que esse trabalhador buscava uma cidadania que ainda não existia e embora algumas leis do trabalho fossem votadas, na prática elas não tinham eficácia por se tratar de um momento em que o Estado não possuía instituições responsáveis pela garantia delas.

Levando em consideração a busca desse trabalhador por uma identidade positiva do trabalho, foi a partir de 1930, por meio da revolução iniciada em outubro, que no dia 3 de novembro Vargas assumiu o Governo Provisório e fechou o Congresso Nacional. O presidente passou a governar através de decretos-lei e neste contexto foram criados os Ministérios do Trabalho Indústria e Comércio e da Educação e Saúde Pública. Em 1934, uma nova Constituição foi votada, substituindo a de 1891. Sobre este período Dulce Pandolfi³ esclarece que foram estabelecidas leis de proteção ao trabalhador, entre 1930 e 1934, sendo a jornada de trabalho no comércio e na indústria fixada em oito horas; o trabalho da mulher e do menor regulamentado, adotaram-se as férias, instituiu-se a carteira de trabalho e o direito a pensões e aposentadorias. Este conjunto de leis foram regulamentadas em 1943, com a conhecida Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

O período do governo Constitucional, a partir de 1934, foi conturbado, sendo marcado por eleições estaduais e municipais, revoltas e greves. Em 1935, o executivo foi fortalecido e num clima em que havia uma suposta ameaça comunista, inventou-se o Plano

¹ MACEDO, Michelle. *O movimento queremista e a democratização de 1945*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013, p.60.

² Um exemplo dessa restrição de direitos pode ser visto a partir do vigorar da Lei de Férias de 1925, aonde embora a lei existisse na teoria, na prática não funcionava.

³ PANDOLFI, Dulce. “Os anos 30: as incertezas do regime”. DELGADO, Lucília; FERREIRA, Jorge (Org). *O Brasil Republicano (Volume 2)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.2.

Cohen. No dia 10 de novembro de 1937, o Congresso Nacional foi cercado por tropas da Polícia Militar e fechado. De acordo com Dulce Pandolfi⁴, o regime mudou, mas Vargas manteve-se como chefe no Executivo. Instaurava-se então o denominado Estado Novo, um governo com caráter centralizador e intervencionista, no qual as eleições foram suspensas. Vale ressaltar a contribuição de Maria Helena Capelato⁵, que destaca que no período do Estado Novo foi colocado em prática o projeto que preconizava o Estado como agente da política econômica e, nesse contexto, Vargas tinha como meta principal superar os atrasos e transformar o Brasil em um país desenvolvido.

Para Ângela de Castro Gomes⁶, o Estado Novo propôs um pacto direto com o povo, em que Getúlio Vargas concedeu leis ao trabalhador porque achava o seu dever de assim o fazer, a fim de manter a harmonia social. É interessante observarmos essa condução para entendermos o que sucederá em 1945, com o movimento intitulado “Queremismo”. Um movimento político que cresceu e, ao contrário do que sustentavam os oposicionistas, que enxergavam o trabalhador como massa manipulável pela propaganda, é interpretado hoje por parte da historiografia como manifestações que correspondiam às expectativas desses trabalhadores.⁷

Sendo assim, notamos que o trabalhador brasileiro se vinculou aos direitos sociais, à cidadania social, às leis trabalhistas, como também à pessoa de Getúlio Vargas, aderindo ao queremismo, pois, o governo getulista correspondeu aos seus anseios enquanto trabalhadores. Como pontuado acima, firmou-se o pacto entre o trabalhador e Vargas e a instauração do trabalhismo⁸. Esse modelo de ascensão e valorização do trabalhador brasileiro teve o seu embrião durante os primeiros governos de Vargas – provisório e constitucional –, a partir do estabelecimento das leis trabalhistas e o seu ápice durante o Estado Novo.

A escolha do tema da Dissertação vinculou-se à necessidade de procurar entender o porquê de centenas de pessoas irem às ruas, segundo Jorge Ferreira⁹, nos centros urbanos, provocando uma verdadeira convulsão nacional ao ouvirem pelo rádio a notícia do suicídio de Vargas. Somado a isso, objetivamos compreender a relação construída entre Vargas e

⁴PANDOLFI, Dulce. *Os anos 30: as incertezas ...*, p.6.

⁵ CAPELATO, Maria. “O Estado Novo: o que trouxe de novo? ”. DELGADO, Lucília; FERREIRA, Jorge (Org). *O Brasil Republicano (Volume 2)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.118-119.

⁶ GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vértice/Iuperj, 1988.

⁷ MACEDO, Michelle. *O movimento queremista ...*, p.37,44-45,56.

⁸ GOMES, Ângela de Castro. *A invenção...*, 1988.

⁹ FERREIRA, Jorge. “O carnaval da tristeza: os motins urbanos do 24 de agosto”. GOMES, Ângela de Castro (Org). *Vargas e a Crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Ponteiro, 2011, p.61-96.

os trabalhadores no transcorrer do processo histórico, assim como o que representou o governo getulista para esse grupo. Estudar esses fatos é relevante, uma vez que o suicídio de Vargas reuniu vários trabalhadores e houve cenas notórias de comoção social que antes e até hoje ainda não foram vistas novamente, conforme pontuado por Jorge Ferreira¹⁰.

No início do projeto levantei um questionamento: até agosto de 1954, apesar de todo o carisma construído, Vargas estava isolado. Quando se suicidou, a população foi para a rua. Por quê? A meu ver essa convulsão social ocorreu, porque durante o governo getulista foi criado um pacto direto do presidente com o povo, em que a ligação entre o movimento operário e Getúlio Vargas foi construída com muita força e seu desaparecimento físico – sua morte, foi algo terrível, surpreendente, impactante e inesperado, para esse povo, afinal de contas da morte não se volta. Desta forma, quando o povo teve conhecimento da notícia de sua morte, foi para as ruas chorar e lamentar o falecimento de um presidente que trouxera para eles ganhos materiais e simbólicos.

Tendo em vista esta questão, a partir dos periódicos que circulavam no período, inicialmente trabalhei os jornais cariocas *O Globo*, *Diário da Noite*, *Correio da Manhã*, *Gazeta de Notícias*, *Diário Carioca*, *o Jornal* e *o Radical* e, de forma mais pontual, com o *Jornal do Brasil*, *Última Hora*, *Tribuna da Imprensa*. Os jornais são importantes, pois, de acordo com Marialva Barbosa¹¹, tanto disseminam ideias, como transportam as narrativas para o mundo, sendo responsáveis pela criação de uma outra realidade. Nessa dimensão, transcrevi e problematizei reportagens, de diferentes jornais, com distintas posições, respeitando seus diferentes perfis, sejam eles de neutralidade, apoio ou oposição. Feito isso, analisei o que esses diversos jornais, com perfis diferentes publicaram sobre o dia 24 de agosto de 1954, em um recorte entre os dias 25 e 31 de agosto de 1954.¹²

O objetivo central da dissertação foi observar, através dos jornais, o impacto nacional promovido pela morte de Vargas, especialmente nos logradouros principais da cidade do Rio de Janeiro. Desta forma, destaquei a comoção social à morte de Vargas, procurando relacioná-la à relação construída entre o governo getulista e o trabalhador brasileiro¹³, a

¹⁰ O professor Dr^o Jorge Ferreira, trabalhou o suicídio de Vargas em seu texto: *O carnaval da tristeza: os motins urbanos do 24 de agosto*. Em seu texto, o autor narra em 30 páginas, um pouco do comportamento do trabalhador brasileiro diante da notícia do suicídio de Vargas, assim como o seu cortejo fúnebre, o depoimento de alguns trabalhadores e algumas manchetes de jornais – *Tribuna da Imprensa*, *Correio da Manhã*.

¹¹ BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa – Brasil (1900-2000)*. Rio de Janeiro: Mauad X, p.111.

¹² Devido a repercussão da morte de Getúlio ter sido considerável, acredito que analisar 7 dias de publicações após sua morte irá nos ajudar a entender a dimensão dessa repercussão de forma mais clara.

¹³ GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do...*, 1988.

partir dos depoimentos colocados nos jornais por alguns trabalhadores e também das reportagens que elucidam o quadro histórico vivido no Brasil em 1945, com o movimento queremista. O intuito foi mostrar, portanto, a relação entre os ganhos simbólicos e materiais dos trabalhadores e o governo getulista, a partir da repercussão do suicídio de Vargas, demonstrando que apenas a propaganda política não explica a comoção ocorrida em função da sua morte.

Os principais conceitos trabalhados nesta pesquisa foram: imprensa, suicídio e trabalhismo. Afim de discutir o conceito imprensa, abordamos os autores: Nelson Werneck Sodré¹⁴, no livro *História da Imprensa no Brasil*; Tânia Regina de Luca¹⁵, com a sua contribuição no livro *Fontes Históricas*, no capítulo – *História dos, nos e por meio dos periódicos*; Ana Maria de Almeida Camargo¹⁶, com o artigo “A imprensa periódica como fonte para a História do Brasil” e Marialva Barbosa¹⁷, com o livro *História cultural da imprensa*. Já para discutir o conceito suicídio, trabalhamos os autores: Fábio Henrique Lopes¹⁸ em *Suicídio & Saber Médico*; e Émile Durkheim¹⁹ na obra *O suicídio: estudo sociológico*. Por fim, para abordar o conceito de trabalhismo reportamos aos autores Ângela de Castro Gomes²⁰, com o livro *A invenção do Trabalhismo*, Jorge Ferreira²¹, em *Os trabalhadores do Brasil*, Octavio Ianni²², com o livro *O colapso do populismo no Brasil*, e Francisco Weffort²³, na obra *O populismo na política brasileira*.

Para analisar a imprensa, partimos do clássico estudo de Nelson Werneck Sodré, segundo o qual é necessário compreendermos a história da imprensa, assim como o seu processo paulatino de ascensão no transcorrer dos anos, suas lutas e conquistas. Sobre a periodicidade dos jornais, destaca o autor que a mesma: “Apresenta-se sempre como preliminar nas exposições históricas. Trata-se de um recurso didático a facilitar a compreensão do desenvolvimento de qualquer processo ou fenômeno”.²⁴

¹⁴ WENECK, Nelson. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

¹⁵ LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINKSY, Carla Bassanesi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

¹⁶ CAMARGO, Ana Maria. *A imprensa periódica como fonte para a História do Brasil*. Em Eurípides Simões de Paula (org.), *Anais do v Simpósio Nacional de Professores Universitários de História*, São Paulo, Seção Gráfica da FFLCH/USP, 1971, v. II, p. 225-239.

¹⁷ BARBOSA, Marialva. *História cultural da...*, 2010.

¹⁸ HENRIQUE, Fábio. *Suicídio & Saber Médico*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

¹⁹ DURKHEIM, Émile. *O suicídio: estudo sociológico*. (trad) Monica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

²⁰ GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do...*, 1988.

²¹ FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil – O imaginário popular (1930-1945)*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.

²² IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

²³ WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

²⁴ WENECK, Nelson. *História da Imprensa...*, p.7.

Outra análise importante para a pesquisa encontra-se em Tânia Regina de Luca, que destaca os periódicos como uma interessante fonte para a construção do saber histórico, assim como o processo de reconhecimento e relutância que enfrentaram, enquanto fontes, na década de 1970, uma vez que: “Reconhecia-se, portanto, a importância de tais impressos e não era nova a preocupação de se escrever a História da imprensa, mas relutava-se em mobilizá-los para a escrita da História por meio da imprensa”.²⁵

A fim de entender essa relutância, recorreremos à análise de Ana Maria de Almeida Camargo, que explica as armadilhas que a imprensa reserva, devido ao risco de irmos buscar num periódico aquilo que queremos confirmar:

A pouca utilização da imprensa periódica nos trabalhos de História do Brasil parece confirmar nossas suposições. Alguns, talvez, limitem seu uso por escrúpulo, já que encontram, tão em evidência e abundância, as “confirmações” de suas hipóteses – e com a mesma facilidade, também, argumentos contrários. A maioria, porém, pelo desconhecimento, pela ausência de repertórios exaustivos, pela dispersão das coleções. Quando o fazem, tendem a endossar totalmente o que encontram, aproximando-se de seu objeto de conhecimento sem antes filtrá-lo através de crítica mais rigorosa.²⁶

A imprensa tornou-se objeto da pesquisa histórica na década de 1970. A partir de então, novas discussões foram levantadas, no que diz respeito ao que se publica. Nas duas últimas décadas, autores como Tania de Luca ressaltaram que o historiador assume uma grande responsabilidade, quando tomam o periódico como fonte e se propõe a analisar o discurso, o conteúdo impresso, a materialidade e as condições de sua produção. Afim de auxiliar o trabalho do historiador durante sua análise, Tânia Regina de Luca, sugere, também, que o pesquisador deve atentar às motivações que levaram à decisão de se publicar alguma coisa, assim como deve observar o público que o jornal pretende alcançar, como também os responsáveis pela linha editorial. Por fim, a autora elenca dez dicas para historiadores que desejarem trabalhar com periódicos:

Encontrar as fontes e constituir uma longa e representativa série; Localizar a(s) publicação (ções) na História da imprensa; Atentar para as características de ordem material (periodicidade, impressão, papel, uso/ausência de iconografia e de publicidade; Assenhorar-se da forma de organização interna do conteúdo; Caracterizar o material iconográfico presente, atentando para as opções estéticas e funções cumpridas por ele na publicação; Caracterizar o grupo responsável pela publicação; Identificar os principais colaboradores; Identificar o público a que se destinava; Identificar as fontes de receita e Analisar todo o material de acordo com a problemática escolhida.²⁷

²⁵ LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por...*, p.111.

²⁶ CAMARGO, Ana Maria. *A imprensa periódica...*, p.226.

²⁷ LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por...*, p.140-142.

Marialva Barbosa oferece aos leitores a compreensão dos primeiros anos da imprensa no Brasil, acrescentando o papel desempenhado pelos jornais: “Os jornais disseminam ideias, mas também transportam as narrativas para o mundo, sendo responsáveis pela criação de uma outra realidade”.²⁸ A partir das perspectivas apresentadas sobre os periódicos, os tomaremos como a fonte principal da Dissertação.

O segundo conceito que analisaremos será o suicídio. Fábio Henrique Lopes, a partir do exemplo de Kurt Cobain²⁹, destaca que o suicídio traz consigo a busca por explicações e causas, o que motivou determinada pessoa a optar pela morte. Acrescenta que uma polissemia gira em torno do suicídio e causas como insatisfação, medo, decepção, desespero e culpa, são alguns sentimentos da vasta lista que podem estar relacionados ao suicídio. Desta forma, para o autor, é necessário problematizar a questão ao invés de silenciá-la.³⁰

Outra análise acerca desse conceito pode ser percebida nas pesquisas de Émile Durkheim, que compreendia o suicídio como um fato social, por entender que os indivíduos são produtos de forças sociais complexas que não podem ser entendidas fora do seu contexto social. Dito isso, o sociólogo propõe observar e analisar o suicídio, buscando as causas para o mesmo: “As causas de morte situam-se fora de nós muito mais do que em nós e só nos atingem se nos aventuramos em sua esfera de ação”.³¹ Quando pensamos em causas e relacionamos esse pensamento aos argumentos defendidos por Durkheim, notamos que, para o autor, o suicídio é um produto do intenso conflito desse cidadão com o seu meio social exterior:

Qualquer ruptura de equilíbrio, ainda mesmo que dela resulte um bem-estar maior e uma vitalidade geral, incita à morte voluntária. Todas as vezes que se produzem no corpo social graves modificações, sejam elas devidas a um súbito movimento de crescimento ou a um cataclismo inesperado, o homem mata-se facilmente”.³²

O último conceito que reportaremos será o trabalhismo, a partir dos estudos, sobretudo, de Ângela de Castro Gomes³³ e Jorge Ferreira³⁴. Ângela de Castro Gomes incorporou o conceito do trabalhismo na historiografia brasileira, com a proposta de fazer uma transposição ao conceito de populismo. Para a autora, o populismo parte de duas

²⁸ BARBOSA, Marialva. *História cultural da...*, p.111.

²⁹ Guitarrista e vocalista da banda norte-americana Nirvana, o qual suicidou-se em abril de 1994.

³⁰ HENRIQUE, Fábio. *Suicídio & Saber...*, p. 17-21.

³¹ DURKHEIM, Émile. *O suicídio: estudo...*, p.12.

³² DURKHEIM, Émile. *O suicídio* (trad). L. Cary, M.Garrido,J.V. Esteves. Lisboa: Presença, 1992, p.282.

³³ GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do...*, 1988.

³⁴ FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil...*, 2011.

formulações, a primeira seria a sua caracterização como uma política de massas, aonde o trabalhador não adquiriu uma consciência de classe, e a segunda estaria relacionado a um certo enfraquecimento das classes dominantes, que perdem o seu poder de referência, necessitando assim do auxílio de um líder populista – carismático, capaz de “mobilizar as massas emergentes”.³⁵ Octavio Ianni em sua análise sobre o populismo, aparenta concordar com a ideia de atraso do operariado brasileiro vinculado às influências dos migrantes do campo, de forma a relacionar como fator explicativo à composição rural-urbana do proletariado industrial à inexperiência do povo brasileiro.³⁶ Somado a essa ideia, Francisco Weffort entende o populismo como uma política de massas, caracterizada pela manipulação das aspirações populares sendo a expressão de um momento de crise da oligarquia e do liberalismo.³⁷ Para Weffort, a participação popular sempre ocorrerá sobre a tutela de representantes de algum grupo dominante.³⁸ Em suma, Octavio Ianni e Francisco Weffort definiram o populismo, no Brasil, como uma “política de massa”, que teria sido formada, a partir da industrialização do país.

Com o intuito de realizar uma transposição ao conceito de populismo, Ângela de Castro Gomes incorpora e defende o conceito de trabalhismo, que deve ser entendido como um conjunto de ideias, valores, símbolos, vocabulários, que integram a cultura política brasileira. No caso da Era Vargas, a autora valoriza o discurso trabalhista do presidente e aponta que houve a criação de um pacto social engendrado entre trabalhadores e o governo, enfatizando que nesse período o trabalhador brasileiro obteve ganhos materiais e simbólicos. Dentro da lógica do trabalhismo, a autora defende, portanto, que houve uma troca e não favores entre o trabalhador e o governo. Dentro dessa troca o estado teria o dever de doar, enquanto os trabalhadores deveriam retribuir a doação a eles feita: “Assim, receber benefícios é um direito, mas é igualmente um dever. Por este motivo, o Estado precisava não só doar, como criar a obrigação de receber”.³⁹

No trabalhismo: “A dinâmica proposta na relação entre o povo e o presidente era a dinâmica de um contrato que estabilizava a nação e sustentava o poder do Estado”.⁴⁰ Nesse contrato a obediência do povo ao governo, deve ser entendida pelo viés do reconhecimento: “(...) de uma identidade social e de uma posição política há muito afirmada e exigida pelos

³⁵ GOMES, Ângela de Castro. “O populismo e as ciências sociais no Brasil”. In FERREIRA, Jorge (org). O populismo e sua história: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

³⁶ IANNI, Octavio. O colapso do populismo..., p.57.

³⁷ WEFFORT, Francisco. *O populismo na...*, p.61.

³⁸ WEFFORT, Francisco. *O populismo na...*, p. 68.

³⁹ GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do...*, p. 228.

⁴⁰ GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do...*, p.228.

próprios trabalhadores”. Ou seja, os trabalhadores brasileiros aderiram o projeto getulista, pois, neste governo eles conquistaram ganhos materiais e simbólicos que antes não tinham acesso⁴¹. É nesse mesmo sentido que caminha Jorge Ferreira, que também defende que os trabalhadores obtiveram ganhos materiais e simbólicos e não devem ser vistos como alienados por terem estado ao lado do governo, nem tampouco, devem ser caracterizados como: “(...) meros reprodutores das mensagens dominantes”.⁴² Afinal de contas: “A aceitação do regime, enfim, não implicava necessariamente resignação ou conformismo”.⁴³ Dentro da lógica do trabalhismo, portanto, o trabalhador não é visto como marionete, alienado ou massa de manobra. Ao contrário disso, ele é pensado como detentor de valores, ideias e vocabulários, ou seja, possui uma cultura política, e o fato deles se associarem ao governo se deve ao fato dele corresponder aos seus anseios enquanto trabalhadores.

Acerca da metodologia e da tipologia das fontes, vale ressaltar que esta é uma pesquisa de caráter qualitativo, em que analisaremos as manchetes e notícias de jornais cariocas sobre o episódio do dia 24 de agosto de 1954, enfaticamente dos dias 25 a 31 de agosto de 1954, com o enfoque na repercussão social do suicídio de Getúlio Vargas. As fontes primárias desta pesquisa encontram-se digitalizadas no site da Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital, podendo ser acessadas a partir do link: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>. Para selecionar as reportagens correspondentes ao período estudado, primeiro recortei o local (RJ), depois, o período (1950-1959)⁴⁴, verificando, a partir daí, 90 periódicos⁴⁵ disponíveis. Encontram-se nesta listagem revistas e ilustrações. Todavia, o enfoque desta pesquisa são os jornais, com o recorte temático da morte de Vargas.

A partir dos 90 periódicos disponíveis, priorizei os jornais e realizei inicialmente uma pesquisa mais extensa que contou com a seleção de 3 jornais que foram utilizados no segundo capítulo, sendo estes: *O Globo*, *O Jornal*, *O Radical* e para o terceiro capítulo analisei e tablei 8 boletins sendo eles: *Última Hora*, *Tribuna da Imprensa*, *Diário da Noite*, *Correio da Manhã*, *Gazeta de Notícias*, *Diário Carioca*, *Jornal do Brasil*. Dos 10 jornais tabelados, três foram selecionados para serem analisados de uma forma mais profunda no terceiro capítulo,

⁴¹ GOMES, Ângela de Castro. “Estado Novo: ambiguidades e heranças do autoritarismo no Brasil”. IN: GOMES, Ângela. *Brechó: estudos de história política e historiografia*. Curitiba: Editora Prismas, 2018, p.258-259.

⁴² FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil...*, p. 70.

⁴³ FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil...*, p. 71

⁴⁴ Esse é o filtro utilizado pela Hemeroteca o qual escolhi para desenvolver a pesquisa. A Hemeroteca possui outros filtros de pesquisa.

⁴⁵ Dentre os 90 periódicos encontrados, precisei realizar uma seleção do material que iria trabalhar. Diante de tamanha riqueza de fontes, selecionei 10 jornais, com perfis distintos.

sendo eles: *Jornal do Brasil*, *Tribuna da Imprensa* e *Última Hora* e as tabelas dos demais jornais mencionados encontram-se nos anexos.

Dos jornais selecionados o *Jornal do Brasil* é amparado por direitos⁴⁶ e para utilizá-lo foi necessário ter autorização. Em função disso, entrei em contato pelo e-mail fornecido e recebi a informação que as citações são livres, não necessitando de autorização⁴⁷. Com relação aos demais jornais pesquisados, que não foram selecionados, alguns não enfatizaram a morte de Getúlio Vargas e outros apontaram de forma breve o episódio, sendo esse o critério temático para que fossem retirados do escopo documental da Dissertação.

Para melhor analisar os jornais, me vali da leitura de Rafael Saraiva Lapuente em “O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos”⁴⁸. Este artigo, assim como Tânia de Luca, auxilia o historiador a trabalhar metodologicamente com o jornal, estudando o seu contexto, entendendo que o jornal, assim como qualquer outra fonte histórica, não é neutro e desta forma atende demandas, anseios e interesses distintos. Como historiadores devemos exercer a tarefa de interrogar e saber fazer perguntas às nossas fontes, no caso aqui ao jornal e, em segundo lugar agir com rigor metodológico. Acrescenta o autor que, para um maior êxito, ao trabalhar com os jornais, é necessário saber diferenciar os jornais em “Jornal anarquista, alternativo, político-partidário e/ou contestatório, por exemplo, e essa diferenciação deve ser levada em conta por historiadores que se propõem a analisar esse tipo de produção”.⁴⁹

Outro elemento que considero preponderante para o desenvolvimento desta pesquisa consiste em traçar o perfil de cada jornal, analisando a sua orientação política, a quem se dirige e ainda o seu posicionamento de neutralidade, oposição ou apoio ao governo getulista. Sendo assim, pensei em uma metodologia para o levantamento de dados sobre os jornais, a partir dos eixos: ano de fundação (local); fundador; identificação do tipo (interesse – classificação), se são jornais de classes populares ou jornais de elite, se são alternativos, político-partidário ou contestatórios, observando o início das suas frases e a forma como se dirige ao público pretendido. Também levantei o alcance desse periódico (a circulação), observei as propagandas, analisei a concorrência e a organização editorial, assim como as tecnologias

⁴⁶ Direito autoral, patrimonial e moral.

⁴⁷ A resposta do e-mail informado para o contato sobre a autorização foi que caso eu quisesse uma cópia ou se fosse anexar essa cópia em meu trabalho acadêmico ou outra finalidade, haveria um custo. Entretanto, as citações são livres, não necessitando de autorização. Ou seja, como nessa pesquisa só inserimos citações, logo não necessitamos de autorização prévia.

⁴⁸ LAPUENTE, Rafael. *O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos*. 10º Encontro Nacional de História da Mídia. Porto Alegre, 2015

⁴⁹ LAPUENTE, Rafael. *O jornal impresso...*, p.1-12.

usadas. Sobre a caracterização de perfil de cada jornal o artigo de Renée Barata Zicman, foi essencial, uma vez que mencionou os principais aspectos que devem ser abordados num primeiro momento de análise, sendo eles:

Aspectos formais e materiais do jornal (qualidade do papel, formato, número de páginas, tipografia, ilustrações, primeira página, composição – seções, nome, sistema de títulos); Aspectos históricos do jornal (origem do jornal, proprietários e diretores do jornal, proposta do jornal, corpo de redação do jornal, principais campanhas encampadas pelo jornal); Aspectos econômicos do jornal (financiamento, tiragem, publicidade, difusão, preço) e Aspectos da clientela do jornal – o público leitor alvo (destinatários explícitos e idade, sexo, situação profissional, classe social e região geográfica).⁵⁰

Utilizei o método da análise de conteúdo proposto por Renée Barata Zicman, atentando se os jornais se dirigiam a um tipo determinado de público, quanto à sua posição social, política e econômica. Analisei, por outro lado, a forma como o jornal se relacionava com esse leitor e para isso busquei notar as expressões empregadas por cada um deles. Não obstante, analisei jornais de posições político-ideológicas semelhantes ou diversas, assim como pontuei os jornais com diferenças ou semelhanças de forma.⁵¹

Ainda nesta pesquisa, utilizei o método de transcrição. Ao longo do terceiro capítulo, transcrevi episódios relatados sobre o dia 24 de agosto de 1954, e apontei alguns depoimentos, como também expus o impacto nacional e pontuei ocorrências em outros estados de forma breve⁵², uma vez que, a ênfase deste trabalho são as ocorrências no RJ. Por exemplo no jornal: *Última Hora* (Ed. 00979) editado no dia 24 de agosto de 1954, trabalhei a manchete apresentada pelo mesmo: “Aquele que soube morrer pelo povo”, transcrevi situações relatadas neste jornal que ocorreram neste dia, tais como: Manifestações populares em Recife, Comércio Fechado em Belo Horizonte, Luto em Sergipe e Passeata do Silêncio pela morte de Vargas (SP). Ao transcrever os episódios relatados nos selecionados periódicos, observei as ações dos trabalhadores brasileiros frente à morte de Getúlio Vargas.

Os jornais cariocas produzidos sobre o episódio do dia 24 de agosto de 1954 constituem-se como a fonte principal escolhida para a Dissertação, a partir do método da identificação, transcrição, seleção e análise⁵³. Somado a isso, utilizamos uma bibliografia que reporta à temática central, em suas dimensões historiográficas e teóricas.

⁵⁰ BARATA, Renée. *História através da imprensa – algumas considerações metodológicas*. São Paulo: PUC, 1985, p.89-102.

⁵¹ BARATA, Renée. *História através da...*, p.96.

⁵² O recorte desse trabalho é a análise da comoção social promovida no RJ, porém mencionei de forma sucinta alguns casos marcantes que ocorreram em estados próximos afim de enriquecer a pesquisa.

⁵³ Nessa pesquisa será transcrita as manchetes e reportagens, depoimentos que forem pertinentes ao tema.

A presente Dissertação de Mestrado apresenta-se dividida em três capítulos. No primeiro, analisei quem eram os trabalhadores brasileiros na Primeira República e a relação construída entre eles e o governo getulista (1930-1945). Comecei problematizando a realidade de trabalho destes indivíduos durante a República Oligárquica, a revolução de 1930, os governos provisório e constitucional, as primeiras medidas do governo, os ganhos simbólicos e materiais do trabalhador brasileiro e, por fim, o Estado Novo e a construção de um determinado nacionalismo.

No segundo capítulo, tratei o processo de declínio do Estado Novo, destacando a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial e o Manifesto dos Mineiros nesse processo. Depois, discuti o movimento queremista, apresentei suas reivindicações e adesões. Nele, problematizei reportagens encontradas nos periódicos *O Jornal* e o *Radical*⁵⁴. E, por fim, analisei a deposição de Vargas e em seguida o seu retorno, destacando o seu contexto e as transformações ocorridas.

O terceiro capítulo foi dedicado à análise da repercussão social do suicídio de Vargas, através da cobertura dos jornais cariocas. Nesse momento, as reportagens dos jornais listados acima foram transcritas e discutidas, de acordo com os seus respectivos perfis.

Tendo em vista as considerações iniciais apresentadas, espero que esta Dissertação de Mestrado contribua para o debate da historiografia brasileira sobre o tema, de forma a colaborar para a compreensão do impacto da morte de Getúlio Vargas na sociedade brasileira, especificamente na classe trabalhadora.

⁵⁴ A escolha desses dois jornais ocorreu devida a forma de abordagem ao queremismo publicado em seus jornais, uma vez que as reportagens se enquadraram no objetivo da pesquisa.

CAPÍTULO I – AS TRANSFORMAÇÕES DAS RELAÇÕES ESTADO E SOCIEDADE PÓS 1930.

1.1. O Trabalhador Brasileiro na Primeira República e a Revolução de 1930

Para entendermos a relação construída entre o governo Getulista e o trabalhador brasileiro, precisamos inicialmente analisar qual era a identidade do trabalhador na Primeira República, assim como entender em qual contexto o mesmo se inseriu.

A Primeira República foi conturbada, tendo o seu primeiro período marcado por crises econômicas, estado de sítio e por revoltas de unidades da Marinha, que ocorreram duas vezes, assim como a Revolução Federalista⁵⁵. Ou seja, este foi um período de agitação e descontentamento da população. Somado a isso, entre 1894 e 1930 o Brasil vivenciou a chamada República Oligárquica, fase em que o país passou a ser governado principalmente por São Paulo e Minas Gerais.

A República Oligárquica trouxe o controle do poder para esses os referidos estados, representados respectivamente pelos seus partidos republicanos. Essa prática denotava uma forma de controle político, que visava à manutenção e à perpetuação de ambas oligarquias no poder, a partir de ações que incluíam o voto de cabresto e a troca de favores⁵⁶, dentre outros, com a finalidade de pressionar os eleitores da região, sob o domínio de um coronel, para que votassem no seu candidato.⁵⁷

Os movimentos sociais dos operários, os urbanos (a Revolta da Vacina, a Revolta da Chibata) e os rurais (Canudos, Guerra do Contestado, Cangaço e movimento do Padre Cícero), somados às transformações político-culturais ocorridas na década de 1920 – aqui ressaltamos a Semana de Arte Moderna e a criação do Partido Comunista do Brasil – indicam um momento histórico conturbado, repleto de agitações e tensões políticas, com o número de desempregados crescente e a miséria imperando.

Esse período foi caracterizado pela cidadania⁵⁸ limitada nas esferas sociais, política e econômica: “Os primeiros 40 anos República, denuncia um sistema baseado na

⁵⁵ Durante a Revolução Federalista, a prática da degola foi largamente utilizada pelos republicanos e pelos federalistas, denotando a extrema violência aplicada no conflito.

⁵⁶ LEAL, Victor. *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

⁵⁷ As oligarquias haviam em todos os Estados. Em São Paulo e em Minas Gerais a disputa foi pelo controle do café.

⁵⁸ O conceito de cidadania aqui empregado faz referência ao livro – Cidadania no Brasil, de José Murilo de Carvalho, uma vez que para o mesmo a cidadania consiste na presunção de coexistir dentro de uma sociedade os direitos civis, políticos e sociais. Na perspectiva do autor uma sociedade só contempla a cidadania plena quando articula esses três direitos. Durante a Primeira República não observamos essa cidadania plena, pois,

dominação de uma minoria e na exclusão de uma maioria do processo de participação política”.⁵⁹ Podemos observar a sacramentalização da negação da cidadania na Constituição de 1891, uma vez que, no que se refere aos direitos de cidadania, se ateve basicamente aos individuais e à negatividade⁶⁰. Sobre os libertos de 1888, ainda permaneciam o que estava na Constituição de 1824: valores que negavam a igualdade entre os homens⁶¹. Um exemplo de negação da cidadania, pode ser visto no direito ao voto:

Considerando-se que o direito de voto é o mais importante dos direitos políticos, não é difícil concluir que a República significou pouco em termos de ampliação da participação da população. Essa situação permanece, basicamente imutável no período que se examina. Antes de 1930, o número de votantes em relação ao total potencial de eleitores jamais ultrapassou a casa dos 3,5%.⁶²

É neste cenário de negação da cidadania, descontentamento e agitações que, segundo Michelle Macedo⁶³, os grupos sociais representados pelos trabalhadores lutavam pela construção de uma identidade positiva do trabalho e do trabalhador, uma vez que o mesmo período limitava os direitos civis às elites. Para entendermos um dos motivos dessa luta, vale mencionar a reflexão de Cláudio Batalha:

A maioria dos trabalhadores estava submetida a longas jornadas de trabalho – que nos primeiros anos do século XX atingiam 14 horas no Distrito Federal e 16 horas em São Paulo – com poucas possibilidades de descanso e lazer. Esses trabalhadores moravam em habitações precárias como cortiços; na periferia dos centros urbanos, padecendo problemas de transporte e de infraestrutura; ou, ainda, submetidos ao controle patronal, caso das vilas operárias das empresas. No caso de doença, invalidez ou desemprego, o trabalhador que não contasse com um fundo beneficente da empresa, ou que não contribísse por sua própria iniciativa para alguma forma de sociedade que fornecesse auxílios, via-se inteiramente desassistido e tinha sua sobrevivência ameaçada em virtude da completa ausência de políticas sociais.⁶⁴

A intensificação desse combate em prol de modificações nas condições de trabalho ocorreu para Marisa Saenz Leme, em 1917⁶⁵, ano em que foi assinalado o auge do movimento operário liderado pelos anarquistas. Nesse período, determinados aspectos que

nem todos podiam votar e também não tinham a prática de leis que favorecessem os trabalhadores como a Lei de Férias (1925), dito isso é nesse sentido que emprego o conceito de cidadania limitada.

⁵⁹ EFIGÊNIA, Maria. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. DELGADO, Lucília; FERREIRA, Jorge (Org). *O Brasil Republicano (Volume 1)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p.91.

⁶⁰ A negatividade neste contexto está relacionada à questão da cidadania, ou seja, a uma negação da cidadania. MACEDO, Michelle. *O movimento queremista...*, 2013

⁶¹ MACEDO, Michelle. *O movimento queremista...*, p. 93-101.

⁶² MACEDO, Michelle. *O movimento queremista...*, p.103.

⁶³ MACEDO, Michelle. *O movimento queremista...*, 2013 p.60.

⁶⁴ BATALHA, Cláudio. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2000, p.11.

⁶⁵ As principais manifestações operárias de 1917, ocorreram na cidade de São Paulo.

fizeram parte da pauta de reivindicações dos trabalhadores foram intensificados, incluindo as greves gerais, assim como as reivindicações por melhores condições de trabalho, por aumentos salariais e pela redução da jornada de trabalho, além da exigência de que as entidades de classes operárias fossem reconhecidas pelo patronato.⁶⁶

Diante disso segundo José Murilo de Carvalho, a rigidez do sistema republicano e a sua resistência em permitir a ampliação da cidadania contribuíram para que o encanto inicial com a República rapidamente fosse embora, dando lugar ao descontentamento, à decepção e ao desânimo. Somado a esse cenário, acrescenta-se que a República, ou a República dos vitoriosos, fez muito pouco no que tange a direitos sociais, podendo-se dizer, até que no que se refere a esses direitos, que foi um retrocesso, ou seja, para o autor a mudança de regime não representou mudanças para a classe operária no que corresponde à questão da cidadania. Nesse contexto, o exercício da cidadania política:

Tornava-se uma caricatura. O cidadão republicano era o marginal mancomunado com os políticos; os verdadeiros cidadãos mantinham-se afastados da participação no governo da cidade e do país. Os representantes do povo não representavam ninguém, os representados não existiam, o ato de votar era uma operação de capangagem.⁶⁷

Outro exemplo dessa restrição de direitos pode ser observado a partir das leis voltado ao trabalho que, embora fossem votadas, na prática não funcionavam. Como exemplo temos a Lei de Férias e a de regulamentação do trabalho de menores.

Duas leis importantes foram introduzidas na segunda metade dos anos 20: a Lei de Férias (1925) e a Lei de Regulamentação do Trabalho de Menores (1926/27). A primeira visava a obrigar os empresários a concederem 15 dias de férias a seus empregados, sem prejuízo do ordenado, mas foi sistematicamente desrespeitada. Já o Código do Menor estipulava a maioria a partir dos 18 anos e propunha uma jornada de trabalho de seis horas. Ao contrário da Lei de Férias, enfrentou uma reação apenas parcial, com relação aos limites de idade (de 14 anos) e ao horário de trabalho estipulados.⁶⁸

De uma forma geral, a Lei de Férias foi desrespeitada e foram muitos os argumentos contrários a ela. Pela articulação patronal que a rejeitava, Luiz Werneck Vianna⁶⁹ aponta a forma com que a burguesia industrial de São Paulo e Rio de Janeiro procurava barrar o seu cumprimento, fundamentando suas oposições a partir dos preceitos liberais. Tal burguesia industrial, segundo Marcos Lima:

⁶⁶ SAENZ, Marisa. *A ideologia dos industriais brasileiros, 1919-1945*. Rio de Janeiro: Vozes, 1978, p.99-100.

⁶⁷ CARVALHO, José Murilo. *Os Bestializados*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 42-90.

⁶⁸CPDOC. A Era Vargas: dos anos 20 a 1945. Disponível em: << /produção/dossiês/AEraVargas1/anos20/QuestaoSocial >>. Acesso em 20 jul. 2018.

⁶⁹WERNECK, Luiz. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Minas Gerais: Editora UFMG, 1999.

Compreendiam serem medidas estranhas às necessidades mais prementes da classe operária brasileira que fariam aumentar a distância entre operário e patrão, enfraquecendo os laços que deveriam ligar o operário a produção. O trabalhador distante da indústria reforçaria a relação entre penúria social e econômica do operário e o baixo rendimento no trabalho do operário nacional.⁷⁰

Somada a essa compreensão, o comentário do autor Kazumi Munakata⁷¹ enquadra-se também nessa discussão, uma vez que menciona a afirmação dos empresários, que alegavam que o trabalho manual não era fatigante, pois era mecânico e repetitivo. Desta forma, argumentaram que as férias só se justificariam aos trabalhadores do comércio e dos escritórios, devido à natureza intelectual exercida pelos os mesmos, que os levaria à exaustão. Essa argumentação tende a favorecer a justificativa desses empresários, que consideravam a lei em questão como um problema que acarretaria danos econômicos. Assim, para Edgard Carone:

As associações patronais estimaram em trezentos mil o número de trabalhadores que vendiam a força de trabalho à indústria. Quinze dias de férias consagrados à classe operária indicaria perder “relativamente a cada operário, quinze vezes trezentos mil dias de trabalho, ou seja, quatro milhões e quinhentos mil dias de trabalho”, um prejuízo expressivo para um país que não havia se firmado na condição de industrializado. Evitando-se a aplicação da Lei de Férias à “parte que abrange o simples trabalhador braçal”, centenas de milhares de contos de réis não seriam desperdiçados e podem ser “melhor empregados no revigoramento das forças vivas da Nação”.⁷²

Observamos os interesses que perpassavam os discursos contrários à Lei de Férias estabelecida em 1925, por parte dos empresários. Nesses discursos os fatores econômicos estavam explícitos e os trabalhadores eram desrespeitados, pois, além da lei não ser cumprida, o seu trabalho era desmerecido e banalizado. Sobre os discursos dos industriais brasileiros acerca da lei de férias, menciona Maria Saenz que:

Para os industriais, segundo uma lógica totalmente anticientífica, somente necessitavam de férias os empregados do comércio ou de escritório, inclusive de escritórios fabris, que se diferenciavam amplamente dos operários. Por um lado, é fácil de se promover a sua substituição. Por outro, existe a natureza diversa do trabalho que executavam: “O empregado de escritório é um intelectual, que trabalha com o cérebro. O operário é um trabalhador braçal, cujo cérebro não dispende energias (...) e (...) as pessoas submetidas a trabalho manual intensíssimo, mas cujo cérebro está habitualmente em repouso, conhecem o esgotamento só ao cabo de excessos que a máquina humana não pode

⁷⁰LIMA, Marcos. *Legislação e Trabalho em Controvérsias Historiográficas*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 2005, p.44.

⁷¹ MUNAKATA, Kazumi. *A legislação trabalhista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p.39.

⁷² CARONE, Edgard. *O pensamento industrial no Brasil (1880-1945)*. Rio de Janeiro: Difel, 1977, p. 433.

suportar, porque ela é frágil e não pode ir além de um máximo de rendimento.⁷³

Essas posições já estavam impregnadas nas fábricas brasileiras e também notada em um dos discursos dos industriais no Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem de São Paulo:

É que a energia muscular vem do cérebro, e, integro este, isto é, esgotado das suas misteriosas energias não se esgotarão os membros, que ele aciona à distância.

“Assim, pois, é lógico, é natural, e é até mesmo imprescindível que o empregado de escritório – o cerebral – tenha um certo período de descanso, para que se revigore o órgão que mais trabalha no seu organismo, e que é precisamente o mais suscetível de se esgotar.

“Mas é ilógico que o cerebral seja equiparado, na lei, ao não cerebral – aquele que nada ou quase nada pede ao cérebro – a não ser os atos habituais e puramente animais da vida vegetativa.⁷⁴

O trabalho exercido pelo operariado nacional era menosprezado e desrespeitado pelos industriais brasileiros, que veementemente enfatizavam em seus discursos que tais trabalhadores não tinham a necessidade de ter o direito às férias:

Que fará um trabalhador braçal durante quinze dias de ócio (...) tendo tomado férias (...) compelido por uma lei? (...) Ele não tem o culto do lar (...) e procurará matar suas longas horas de inanição na rua (...) O proletariado é, pois, um elemento da coletividade que as férias estragarão.⁷⁵

Nesse cenário de descumprimento e oposição à Lei de Férias, conjuntamente temos em pauta a Lei de regulamentação do trabalho de menores – Código do Menor, que também foi desrespeitada. Para a burguesia industrial, dependendo da forma de trabalho exercida pelo menor de idade, era impossível a adoção da diminuição das horas de afazeres e da abdicção do trabalho noturno. Para os industriais, o Código do Menor traria uma desorganização do proletariado. Assim, propunham que o seu labor fosse equiparado à labuta do adulto.⁷⁶

Notamos que os trabalhadores lutavam por melhores condições de trabalho, por amparo legal e, sobretudo, acrescenta Michelle Macedo⁷⁷, que buscavam uma cidadania que ainda não existia, pois, embora algumas leis do trabalho fossem votadas, como no caso

⁷³ SAENZ, Marisa. *A ideologia dos...*, p.117-118.

⁷⁴ Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem de São Paulo, “Um ensaio de socialismo de Estado no Brasil e as indústrias nacionais”, 1927, p.16-17.

⁷⁵ Centro dos Industriais de Fiação e..., p.23.

⁷⁶ SAENZ, Marisa. *A ideologia dos...*, p.120-121.

⁷⁷ MACEDO, Michelle. *O movimento queremista...*, 2013.

da Lei de Férias, na prática elas não apresentavam eficácia por se tratar de um momento em que:

Coronéis e Oligarcas marcam o sistema político predominantemente na República até 1930. Embora denominado pelos autores ora como sistema político oligárquico, ora sistema político coronelístico, configurações que revelam uma certa discrepância interpretativa, o mais importante é constatar que o sistema político prevalecente na República oligárquica inviabiliza avanços significativos no processo de construção da cidadania no período compreendido entre 1889 e 1930.⁷⁸

Diante disso, o trabalhador, durante a Primeira República, viu-se desamparado em termos legais, uma vez que a realidade dentro das fábricas era precária, sendo marcada pela exploração do trabalho infantil, pelos os baixos salários, pelas longas jornadas, pela pouca ou nenhuma condição de higiene e de segurança, pelo desmerecimento das atividades do trabalhador e pela negação da sua cidadania política.

Foi neste contexto de insatisfação, desmerecimento do trabalho e do trabalhador brasileiro que além dos partidos republicanos, dois partidos foram criados: Partido Democrático (SP – 1926) e o Partido Libertador (RS – 1930).⁷⁹

Em 1930, Júlio Prestes foi lançado candidato à presidência por Washington Luís, e Getúlio Vargas como candidato pela Aliança Liberal⁸⁰. Getúlio Vargas foi derrotado: “(...) a vitória coube a Júlio Prestes que recebeu cerca de um milhão de votos, contra 737 mil dados a Getúlio Vargas”.⁸¹

A partir de então, passou a ocorrer uma articulação para que Júlio Prestes não assumisse. O que intensificou essa articulação e deu força à “conspiração revolucionária”, segundo Marieta de Moraes e Sumara Conde Sá Pinto, foi o assassinato, no dia 26 de julho de 1930, do candidato à vice da Aliança Liberal, João Pessoa, em Recife. Acrescentam as autoras que: “Embora as razões do crime tenham sido passionais, e não políticas, ele foi transformado em mártir do movimento que se articulava”.⁸² Sobre o assassinato e o aumento da tensão política no período, Vargas escreveu uma carta à Borges de Medeiros:

⁷⁸ EFIGÊNIA, Maria. *O processo político na Primeira República...*, p.119.

⁷⁹ Vale ressaltar que o Partido Comunista do Brasil – PCB, estava na ilegalidade desde 1922.

⁸⁰ Coligação oposicionista de âmbito nacional formada no início de agosto de 1929 por iniciativa de líderes políticos de Minas Gerais e Rio Grande do Sul com o objetivo de apoiar as candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa respectivamente à presidência e vice-presidência da República nas eleições de 1º de março de 1930. Após sua derrota nas eleições, muitos de seus integrantes aderiram à tese da insurreição armada, vitoriosa afinal com a revolução de outubro de 1930. ALVES, Alzira. Aliança Liberal. In: Verbete CPDOC. Disponível em: << <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/alianca-liberal>>> Acesso em: 20 jul. 2018.

⁸¹ MORAES, Marieta e CONDE, Sumara. “A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930”. DELGADO, Lucília; FERREIRA, Jorge (Org). *O Brasil Republicano (Volume 1)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p.404.

⁸² MORAES, Marieta e CONDE, Sumara. “A crise dos anos 1920...”, p.406.

Como já deve ser de seu conhecimento, o assassinio do presidente [da Paraíba] João Pessoa causou funda impressão em todo o país. Nesta capital, o povo manifestou-se energicamente em concorridos comícios de protestos [...] Não devo, porém, ocultar-lhe que há aqui acentuada tendência revolucionária, principalmente entre os dirigentes do Partido Libertador e alguns prezados amigos nossos [...] O atual momento político é bastante delicado. De uma parte, dizem os libertadores que ou o governo (gaúcho) faz a revolução ou eles rompem conosco, quebrando a frente única. De outra, são os nossos companheiros que, mais exaltados, se manifestam francamente em favor do movimento armado.⁸³

Essa conspiração desembocou na Revolução⁸⁴ de 1930, um movimento armado liderado pelos estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, que depôs o presidente Washington Luís, impedindo a posse do presidente eleito Júlio Prestes. Em virtude da Revolução de 1930, Júlio Prestes foi exilado junto com Washington Luís. Assim, Getúlio Vargas assumiu o poder dando fim a Primeira República e instaurando o Governo Provisório: “A chegada de Vargas ao poder deu início a uma nova fase da história política brasileira”.⁸⁵

Michelle Macedo⁸⁶ afirma que, a partir de 1930, foi construído um Estado efetivamente regulador das relações entre capital e trabalho, uma vez que leis sociais não foram só aprovadas como também garantidas pela justiça, demandas essas que já estavam em pauta de reivindicação por parte desses trabalhadores antes de 1930. De acordo com Maria Helena Capelato⁸⁷, ao assumir o poder Vargas efetuou medidas que já anunciavam uma nova maneira de encarar o desenvolvimento do país dentro da ordem, criando o Ministério do Trabalho, que se responsabilizou pela formulação de novas leis referentes ao mundo do trabalho e pela fiscalização da observância das que já existiam. Tais medidas significavam o atendimento de reivindicações antigas dos trabalhadores brasileiros, proposição defendida tanto por Michelle Macedo quanto por Maria Helena Capelato.

Boris Fausto analisa a Revolução de 1930 e para isso critica as duas linhas principais que discutem o acontecimento: uma que sintetiza o episódio revolucionário em termos de ascensão ao poder da burguesia industrial e a outra que o define como revolução das classes médias. A historiografia brasileira aponta algumas interpretações que permeiam as duas linhas acima e sobre estas destacarei apenas duas que considero principais. Em

⁸³ Carta de Getúlio Vargas a Borges de Medeiros em 29/07/1930. Arquivo Getúlio Vargas, GV, 30/7/29.

⁸⁴ Emprego o conceito de Revolução no sentido de transformação de ordem política. Para uma maior compreensão sobre o conceito ver a obra do autor Boris Fausto, em seu livro: *A revolução de 1930 – Historiografia e História*. FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930 – Historiografia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

⁸⁵ FIGUÊNE, Maria. *O processo político na Primeira República...*, p.407.

⁸⁶ MACEDO, Michelle. *O movimento...*, p.60-61.

⁸⁷ CAPELATO, Maria. *“O Estado Novo: o que trouxe...”*, p.115.

primeiro lugar, aponto a interpretação de Nelson Werneck Sodré⁸⁸, que considera, no livro *a Formação histórica do Brasil*, a Revolução de 1930, como resultado de uma brecha na classe dominante. Em segundo lugar podemos integrar a essa interpretação, a análise de Wanderley Guilherme dos Santos, que destaca:

O movimento revolução de 30 abre etapa qualitativamente distinta na história nacional. Apesar dos testemunhos de personalidades coevas daqueles acontecimentos, no sentido de que os líderes da revolução ignoravam os objetivos que deviam atingir, juízo frequentemente repetido mesmo entre historiadores, a verdade é que os objetivos da Revolução de 30, como movimento social, eram perfeitamente claros. Tratava-se de criar as condições para a rápida expansão do capitalismo no Brasil, o qual vinha sendo entravado, agora de modo intolerável, pelo completo domínio do aparelho estatal exercido pela oligarquia, voltada para o exterior.⁸⁹

Para Wanderley Guilherme dos Santos, a Revolução de 1930 decorreu da cisão da burguesia nacional, que permitiu a ascensão da burguesia industrial no aparelho do Estado. Em contrapartida, Boris Fausto apresentou outra interpretação. Para o autor a Revolução de 1930, foi o resultado do conflito intra-oligárquico, fortalecido por movimentos militares dissidentes, que objetivavam atingir a hegemonia da burguesia cafeeira. Para fundamentar a sua análise, o autor utiliza o conceito Estado de Compromisso como chave interpretativa, uma vez que a mesma permitiu ao autor compreender a revolução como um produto da questão política do regionalismo.

A vitória da Aliança Liberal trouxe para o Rio Grande do Sul uma maior participação no aparelho estatal, uma vez que os gaúchos participaram efetivamente do movimento com recursos políticos, financeiros e militares.⁹⁰ Nesse sentido, notamos que o Rio Grande do Sul teve notoriedade política durante o Governo Provisório:

Vitoriosa a Revolução, o Rio Grande do Sul é um elemento fundamental para legitimar o novo governo, o que permite a sua grande participação no aparelho de Estado. A expressão nacional de Getúlio Vargas, ex-presidente do Estado e candidato derrotado nas eleições, garante-lhe a chefia do Governo Provisório. Osvaldo de Aranha, amigo pessoal do presidente, líder do movimento revolucionário, ex-secretário do Interior do Rio Grande ocupará o cargo de Ministro da Justiça.⁹¹

⁸⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*, 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.

⁸⁹ GUILHERME, Wanderley. *Introdução ao estudo das contradições sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: ISEB, 1963.

⁹⁰ Em Maria Helena de Magalhães Castro: O Rio Grande do Sul no pós-30: de protagonista à coadjuvante. In: Ângela de Castro Gomes, coord. Regionalismo e centralização política, op.cit., a autora descreve a participação do estado do Rio Grande do Sul no movimento revolucionário, o que segundo a mesma explica a sua participação efetiva no Estado durante o Governo Provisório.

⁹¹ ARAÚJO, Rosa Maria. *O batismo do trabalho: a experiência Lindolfo Collor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981, p.55.

No dia 03 de novembro de 1930, Vargas assumiu o poder e em seu discurso de posse deixou claro quais seriam as suas ideias para o novo governo que se iniciava:

Resumindo as ideias centrais do nosso programa de reconstrução nacional, podemos destacar, como mais oportunas e de imediata utilidade: - instituir o Ministério do Trabalho, destinado a superintender a questão social, o amparo e a defesa do operariado urbano e rural.⁹²

A partir deste discurso percebemos que o objetivo do novo governo era atender as demandas sociais e, para isso, mecanismos foram criados. A Revolução de 1930 foi, portanto, marcada por um período de mudanças econômicas e institucionais, a partir da criação de órgãos de planejamento, setoriais e estratégicos, ligados ao governo central:

[Órgãos de planejamento] Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE), 1934; Conselho Técnico de Economia e Finanças (Ctef), 1937; Conselho Nacional de Petróleo (CNP), 1938; Coordenação de Mobilização Econômica (CME), 1942; Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC), 1944; Comissão de Planejamento Econômico (CPE), 1944. [...] [Órgãos setoriais] Departamento Nacional do Café (DNC), 1933; Instituto do açúcar e do álcool (IAA), 1933; Instituto Nacional do Mate (INM), 1938; Instituto Nacional do Pinho (INP), 1941; Instituto Nacional do Sal (INS), 1941; Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), 1934; Conselho Nacional do Petróleo (CNP), 1938; Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE), 1939. [...] [Órgãos estratégicos] Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), 1940; Cia. Vale do Rio Doce (CVRD), 1942; Cia. Nacional de Alcalis (CNA), 1943; Fábrica Nacional de Motores (FNM), 1943; Chesf (1945) Cia. Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), 1945; e Carteira e Crédito agrícola e industrial (Crai) do Banco do Brasil, 1937.⁹³

Jorge Ferreira salienta que a Revolução de 1930 trouxe mudanças institucionais, econômicas e sociais. E que, para os trabalhadores brasileiros, representou a instituição de novas relações entre o Estado e a classe trabalhadora:

Para os trabalhadores, em particular, o Estado nos anos 1930 e 1940 tornou-se produtor de bens materiais e simbólicos, a fim de obter deles a aceitação e o consentimento ao regime político. Para isso, o governo patrocinou políticas públicas voltadas exclusivamente para os operários, instituindo assim, novas relações entre Estado e classe trabalhadora.⁹⁴

Acrescenta o autor que:

A chamada Revolução de 30 é a ponte que liga um Estado parcial, opressor, ilegítimo e arbitrário a outro que se apresenta como justo, neutro e acima dos interesses de classes. O passado, personificado nos políticos interesseiros e personalistas da Primeira República, desfez-se

⁹² VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938, p.72.

⁹³ OSÓRIO, Lígia. Projeto nacional e politização das forças armadas, 1944-1964. RIBEIRO, Paulo Lage et.al. (Orgs). *Militares e Política no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2018, p.75-76.

⁹⁴ FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil...* p.30.

para dar lugar, no presente, a um Estado que, centralizado em Vargas, se apresenta como de todo o povo.⁹⁵

Ângela de Castro Gomes adiciona que é a partir da Revolução de 1930 que pudemos identificar de forma incisiva toda uma política de ordenação do mercado de trabalho, materializada na legislação trabalhista, previdenciária, sindical e também na instituição da Justiça do Trabalho. Neste cenário, o trabalho passou a ser um direito e um dever, uma tarefa moral e ao mesmo tempo um ato de realização, uma obrigação para com a sociedade e o Estado, mas, também uma necessidade para o próprio cidadão:

Os anos 30 e 40 são verdadeiramente revolucionários no que diz respeito ao encaminhamento da questão do trabalho no Brasil. Nesse período, elabora-se toda a legislação que regulamenta o mercado de trabalho do país, bem como estrutura-se uma ideologia política de valorização do trabalho e de “reabilitação” do papel e do lugar do trabalhador nacional.⁹⁶

Em suma, para a autora, foi durante as décadas de 1930 e 1940, que houve no Brasil mudanças significativas para o trabalhador brasileiro, tais como a valorização do trabalho e do ser trabalhador, assim como foram incorporadas nesse momento medidas que possibilitaram o amparo do mesmo.

1.2. Governos Provisório e Constitucional – Primeiras medidas

Após a Revolução de 1930 foi instaurado o Governo Provisório (1930-1934), um momento de mudança na relação trabalhador e trabalho e também de implementação de medidas na área social que favoreceram esse trabalhador: “O Governo Provisório efetivou a promessa inscrita na plataforma eleitoral de solucionar a “questão social” com a decisão de criar o Ministério do Trabalho”.⁹⁷

Dulce Pandolfi menciona também a criação do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, do chamado Ministério da Revolução e do Ministério da Educação e Saúde Pública, acrescentando que, entre 1931-1934, foram promulgadas uma série de decretos-lei de proteção ao trabalhador. Menciono também a criação do Departamento Oficial de Publicidade, em 1931, que mais tarde iria se transformar no DIP.⁹⁸

A partir de 1930, órgãos foram criados e a relação entre governo e trabalhador foi sendo construída. Uma dessas criações, que fomentou a construção dessa relação, foi a

⁹⁵ FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil...*, p.50.

⁹⁶ GOMES, Ângela de Castro. *Ideologia e Trabalho no Estado Novo*. PANDOLFI, Dulce (Org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, p. 53-55.

⁹⁷ ARAÚJO, Rosa Maria. *O batismo do trabalho...*, p.61.

⁹⁸ PANDOLFI, Dulce. *“Os anos 30: as incertezas...”*, p.2.

instituição da Secretaria da Presidência da República – SPR, estabelecida entre 1930-1945, com a finalidade de ser um canal de comunicação entre o governo e a sociedade:

A secretaria era responsável por toda a correspondência endereçada a Vargas, tanto a de um chefe de Estado estrangeiro quanto a dos setores mais pobres da sociedade. Cartas cujo teor variava da reclamação da mulher que fora surrada pelo marido, e não encontrava meios de denúncia, até pedidos de proteção econômica por parte de grandes industriais.⁹⁹

Para Jorge Ferreira, a instituição da SPR, teve um importante papel político no que corresponde à legitimidade do regime. A dinâmica da Secretaria era marcada pelo recebimento de cartas escritas por trabalhadores, que eram respondidas pelo governo. Ou seja, temos aqui a construção de um governo que procurava mostrar que tratava o povo com consideração:

Diante dos problemas, das dificuldades e das demandas populares, o governo por meio de seus burocratas, não se mostrava distante ou indiferente. Ao contrário, na percepção política popular, o governo de Getúlio Vargas tratava as pessoas com consideração, atenção, preocupação e respeito. Interessa saber que os anseios populares de serem tratados como seres humanos, como pessoas merecedoras de respeito, independentemente de condição social, foram satisfeitos.¹⁰⁰

Sobre a contribuição da SPR, acrescenta Jorge Ferreira que:

A Secretaria da Presidência da República, desde a ascensão de Vargas ao poder, contribuiu para que a nova ordem política fosse aceita como legítima pelos trabalhadores, juntamente com inúmeras outras instituições. O canal de comunicação que se abriu entre eles e o governo central reforçava a imagem do Estado justo, que dispensava intermediários.¹⁰¹

O papel político da SPR, incluía buscar o consenso social. Desta forma, a secretaria foi

Mais um órgão redimensionado após 1930 com a função de legitimar o Estado perante a classe trabalhadora. Nessa função, os burocratas da SPR viabilizaram um amplo e eficiente canal de comunicação entre o Estado e a sociedade, ao escreverem ao interessado que o presidente da República, em pessoa, os incumbira de responder; ao justificarem “legalmente” o deferimento ou indeferimento dos pedidos; ou ainda ao procurarem substituir a prática política por critérios técnicos.¹⁰²

Ainda em 1930, no dia 12 de dezembro, a Lei dos 2/3, foi sancionada. Essa lei tinha o objetivo de reformular a relação dos trabalhadores e do Estado. De acordo com Rosa Maria de Araújo, nesse momento ocorreu a “nacionalização do trabalho”, uma que

⁹⁹ FERREIRA, Jorge. Trabalhadores do Brasil..., p.87.

¹⁰⁰ FERREIRA, Jorge. Trabalhadores do Brasil..., p.96.

¹⁰¹ FERREIRA, Jorge. Trabalhadores do Brasil..., p.97.

¹⁰² FERREIRA, Jorge. Trabalhadores do Brasil..., p.108.

vez que essa lei visava controlar a imigração e as normas de combate ao desemprego. Segundo o ministro do Trabalho, Lindolfo Collor, a lei: “Não tem por objetivo forçar o desemprego de estrangeiros e sim garantir a preferência legal para as atividades brasileiras”.¹⁰³ Aqui notamos a valorização do trabalhador nacional.

A legislação trabalhista pós 1930 abrangeu também a previdência social, todavia: “A unificação das várias instituições previdenciárias que aparece precocemente em 1931 será um tema que percorrerá toda a história da previdência social até 1966”.¹⁰⁴ Ainda que essa legislação perpassasse outros períodos, foi durante o Governo Provisório que o assunto passou a ocupar os principais espaços de discussão. Conforme afirma Maria Rosa de Araújo:

No caso do Brasil, a intervenção na Previdência Social será melhor definida a partir de 1933, com a criação dos Institutos de Aposentadoria e Pensões. No entanto, a ação do Estado se intensifica a partir do Governo Provisório instalado em 1930, com a reforma da legislação das Caixas de Aposentadoria e Pensões que introduz uma nova dinâmica social na relação do trabalho com o capital.¹⁰⁵

Não obstante a essas mudanças, outras esferas da sociedade protagonizaram importantes transformações e neste cenário o cinema ganhou notoriedade, quando, em 1932, foi criada a lei de obrigatoriedade da exibição de filmes nacionais. Para Maria Helena Capelato: “O incentivo ocorreu, portanto, no pós-1930, numa tentativa de se fazer frente ao cinema norte-americano. As iniciativas do governo nesse campo fizeram com que Getúlio Vargas fosse considerado “o pai do cinema brasileiro”.¹⁰⁶

No quesito educação, o Governo Provisório também teve iniciativas consideráveis. O primeiro ministro da Educação foi Francisco Campos e uma das ações relevantes da área foi a criação da Universidade de São Paulo – USP¹⁰⁷, pelo interventor Armando Sales. Sobre algumas medidas no campo educacional, ressalta-se que:

Nessa ocasião foi assinado um decreto que afirmava ser preferível o sistema universitário ao das escolas superiores isoladas e que estabelecia, como exigência para a fundação de uma universidade, a existência de três unidades de ensino superior - as Faculdades de Direito, Medicina e

¹⁰³ ARAÚJO, Rosa Maria. *O batismo do trabalho...*, p.99-100.

¹⁰⁴ HOCHMAN, Gilberto e FONSECA, Cristina. O que há de novo? Políticas de saúde pública e previdência, 1937-1945. PANDOLFI, Dulce (Org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, p. 79.

¹⁰⁵ ARAÚJO, Rosa Maria. *O batismo do trabalho...*, p.116.

¹⁰⁶ CAPELATO, Maria Helena. “Estado Novo: Novas Histórias”. CEZAR, Marcus (Org). *Historiografia Brasileira em perspectiva*. São Paulo: Editora Contexto, 1998, p.206.

¹⁰⁷ CPDOC. Anos de incerteza (1930-1937). Disponível em: <<
<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/IntelectuaisEstado/MinisterioEducacao>>>
 Acesso em: 10 ago. 2018.

Engenharia ou, no lugar de uma delas, a Faculdade de Educação, Ciências e Letras. Outra medida importante foi a reforma do ensino secundário.¹⁰⁸

Apesar das mudanças já mencionadas acima, não podemos ignorar as agitações presentes durante o Governo Provisório. Nesta dimensão, José Murilo de Carvalho¹⁰⁹ destaca a ocorrência de cerca de 50 movimentos militares, incluindo revoltas, protestos, conspirações e agitações variadas. Um exemplo dessas agitações pode ser observado na Revolta Paulista, de 1932, ocorrida num contexto de grande descontentamento da população com relação ao governo federal, principalmente em São Paulo, diante da nomeação do interventor pernambucano João Alberto para o estado. A oposição exigia a denominação de um interventor paulista e civil. Vargas cedeu à pressão e nomeou Pedro de Toledo, atitude que não acalmou a agitação, que também reivindicava novas eleições e principalmente a elaboração de uma nova Constituição.

Seguindo uma série de protestos dos paulistas, no mês de maio, quatro estudantes morreram em confronto com as tropas federais – Martins, Mirogaia, Dráuzio e Camargo. Do nome deles foi formada a sigla MMDC, que se tornou símbolo do movimento constitucionalista, que pode ser considerado o estopim para o início do movimento armado a – Revolução Constitucionalista de São Paulo –, iniciada no dia 9 de julho de 1932. A guerra civil durou quase três meses e provocou a morte de muitas pessoas. Os paulistas foram derrotados no campo de batalha, mas tiveram uma vitória importante no campo político – a convocação de eleições para a Assembleia Constituinte no ano seguinte e a elaboração de uma nova Constituição para o país. Acerca desse movimento, Marly Vianna pondera que:

Vencidos pelas armas, os constitucionalistas de 1932 consideraram uma vitória política a convocação da ANC – que o governo provisório não teve forças para evitar – e se incorporaram ao debate constituinte esperando reaver, com a nova carta, a hegemonia perdida em 1930. O governo, no entanto, ao convocar a Assembleia, passou a controlar o processo esvaziando-o de seu conteúdo oposicionista.¹¹⁰

Uma vitória dos paulistas no campo político foi a Constituição de 1934. Esta substituiu a Constituição de 1891 e beneficiou a classe operária, uma vez que reafirmou as conquistas alcançadas no Código Eleitoral de 1932, tais como: o voto secreto; o voto feminino; a justiça eleitoral; a representação classista; o ensino primário gratuito, a justiça

¹⁰⁸CPDOC. Anos de incerteza (1930-1937). Disponível em: <<
<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas/1/anos30-37/IntelectuaisEstado/MinisterioEducacao>>>
 Acesso em: 10 ago. 2018.

¹⁰⁹ CARVALHO, José Murilo de. *Forças armadas e política. 1930-1945*. In: A Revolução de 30. Seminário Internacional. Brasília: Ed. UnB, 1988, p.113.

¹¹⁰ VIANNA, Marly. *Os Revolucionários de 1935*. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 126.

do trabalho; a instituição da previdência social; o salário mínimo; a jornada de trabalho de 8 horas diárias; as férias anuais remuneradas; e a proibição de trabalho para menores de 14 anos. Tais medidas corresponderam às reivindicações trabalhistas. Todavia, foram postas em prática também medidas nacionalistas, que visavam a proteção das riquezas naturais, a nacionalização dos bancos e das empresas de seguro. A Constituição ainda incorporou medidas no que tange às eleições, destacando que a eleição presidencial seria indireta e as seguintes por meio do voto direto.

Desta forma, notamos que a inquietação política fez parte deste período. Robert Levine¹¹¹ comenta que nas eleições realizadas em 1934 para o Congresso Nacional, houve conflitos no Pará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Rio de Janeiro. Ou seja, embora algumas conquistas tenham sido alcançadas, o período contou com agitações e turbulências. Na eleição do dia 16 de julho de 1934, Vargas foi eleito presidente, por imensa maioria dos votos dos congressistas¹¹², iniciando o seu mandato no Governo Constitucional.

Os tumultos do governo anterior, todavia, também marcaram o Governo Constitucional (1934-1937). Durante essa fase, duas forças políticas, com ideologias diferentes, agitaram e dividiram as opiniões populares. De um lado estavam os integralistas e de outro os aliancistas. Acerca dos integralistas, destaca Marly Vianna que: “Ainda em 1934, o aparecimento agressivo do integralismo na cena política dividiu e radicalizou as camadas médias urbanas, acrescentando ao intenso movimento grevista as lutas de rua contra os fascistas nacionais”.¹¹³

A Ação Integralista Brasileira – AIB, defendia os ideais fascistas. Foi fundada em 1932 e teve como líder o jornalista Plínio Salgado. A AIB tinha ideais nacionalistas, antiliberais e anticomunistas. Defendiam a formação de um Estado Forte, com poder centralizado na figura de um chefe, a exemplo de Mussolini na Itália. Ganhou adeptos de parte da classe média, de empresários e grandes fazendeiros, de parte do clero católico e de oficiais das Forças Armadas¹¹⁴. Tal grupo, grosso modo, era marcado por uma liderança forte e centralizada, a pela oposição ao liberalismo e ao comunismo.

Os integralistas defendiam uma rígida disciplina militar. Exemplos dessa rigidez podem ser vistos no uso das camisas verdes como uniforme, numa referência aos Camisas

¹¹¹ LEVINE, Robert. *O regime de Vargas, 1934-1938: os anos críticos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 75-88.

¹¹² VIANNA, Marly. *Os Revolucionários...*, p. 134.

¹¹³ VIANNA, Marly. *Os Revolucionários...*, p. 136.

¹¹⁴ Ver PARADA, Maurício. *Fascismos – Conceitos e Experiências*. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.

Negras Fascistas – uma espécie de milícia fascista italiana – e também desfilavam uniformizados pelas ruas gritando “anuê” – expressão usada como saudação entre os indígenas, incorporada ao movimento¹¹⁵.

Por outro lado, a história da Aliança Nacional Libertadora – ANL, grupo de oposição direta à AIB e de críticas ao governo Vargas, começou no segundo semestre de 1934:

Seu lançamento em março de 1935, foi o coroamento de um processo de lutas concretas, de organizações parciais, de acumulação de forças por parte dos setores antifascistas da sociedade. Passou pelas lutas grevistas reivindicatórias da classe operária, pelas discussões de programas de ação entre grupos e partidos de esquerda e pelos tenentes inconformados com os rumos que tomara o movimento de 1930 – lideranças, grupos e reivindicações que encontraram um denominador comum na luta contra o integralismo e a Lei de Segurança Nacional.¹¹⁶

Os aliancistas defendiam a suspensão das dívidas externas do Brasil, a proteção aos pequenos e médios proprietários, a reforma agrária, a nacionalização das empresas estrangeiras, a garantia das liberdades individuais e a constituição de um governo popular orientado pelos interesses do povo. Suas intenções podem ser vistas na divulgação do Manifesto de Prestes, que incitava a derrubada do governo, observe um trecho:

[...] Além disso, os cinco últimos anos deram uma grande experiência a todos em que no Brasil tiveram de suportar e sofrer a malabarista e nojenta dominação getuliana.

E esses cinco anos de manobras e traições, de contradanças de homens do poder, de situacionistas que passam a oposicionistas e vice-versa, de inimigos "irreconciliáveis" que se abraçam, cinicamente, sobre os cadáveres ainda quentes dos lutadores de 1922, abriram os olhos de muita gente.

Onde estão as promessas de 1930? Que diferença entre o que se dizia e se prometia em 1930 e a tremenda realidade já vivida nestes cinco anos getulianos! [...] ¹¹⁷

A divulgação do referido Manifesto contribuiu para que Vargas tomasse medidas rápidas. Assim, ainda em 1935, foi aprovada a Lei de Segurança Nacional, que tinha como principal objetivo transferir para uma legislação especial os crimes contra a segurança do Estado, submetendo-os a um regime mais rigoroso, com o abandono das garantias

¹¹⁵ TRINDADE, Hélió. Integralismo. In: Verbetes CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/integralismo>. Acesso em: 30 ago.2020.

¹¹⁶ VIANNA, Marly. *Os Revolucionários...*, p. 139.

¹¹⁷ Ver Manifesto de Prestes para a Aliança Nacional Libertadora. Disponível em: <<<https://inverta.org/jornal/agencia/movimento/manifesto-da-alianca-nacional-libertadora-por-luiz-carlos-prestes>>>> Acesso em: 10 ago. 2018.

processuais¹¹⁸. Em virtude dessa lei, a ANL foi declarada ilegal e fechada. Para Marly Vianna:

A movimentação popular serviu de pretexto para o governo pedir a aprovação da Lei de Segurança Nacional e no final do ano, com nova onda de possíveis golpes, desta vez “subversivos”, pretendia-se justificar a aprovação da LSN, chamada pelos setores democráticos de “Lei Monstro”.¹¹⁹

Com o vigorar dessa lei, os comícios e quaisquer outras manifestações contrárias ao governo foram proibidas. A repressão governamental provocou a ação dos comunistas, que faziam parte da ANL, os quais se articularam e organizaram um movimento armado que ficou conhecido como Levante Comunista. Em 1935, Luiz Carlos Prestes e a alemã Olga Benário vieram clandestinamente para o Brasil:

Prestes e Olga chegaram ao Brasil num pequeno avião da empresa aérea francesa Latecoere, que vinha do Uruguai com destino a Santos. Por medida de segurança, resolveram desembarcar numa escala em Florianópolis e seguir por táxi até São Paulo, onde Miranda deveria esperá-los.¹²⁰

Neste contexto ocorreu o Levante Comunista, também conhecido como Revolta Vermelha de 35. Este movimento armado foi articulado para depor Getúlio Vargas e tomar o poder, a partir de levantes militares. Entretanto, mesmo com a eclosão do movimento em Natal, Recife e no Rio de Janeiro, não houve estrutura que garantisse o apoio de outras unidades militares, nem tampouco o apoio massivo do operariado. Em seu desfecho, todas as frentes do movimento foram rapidamente reprimidas pelas forças governistas, junto à perseguição e à prisão dos integrantes do levante e de lideranças políticas e sindicais que lhe prestaram apoio.

Em 1936, Prestes e sua esposa Olga Benário¹²¹ foram presos e ela deportada para Alemanha nazista, aonde foi executada em um campo de concentração em maio de 1942¹²². Podemos inferir que a insurreição comunista serviu para que Vargas endurecesse o regime,

¹¹⁸CPDOC. Anos de Incertezas (1930-1937). Disponível em: <<<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-7/RadicalizacaoPolitica/LeiSegurancaNacional>>> Acesso em: 10 ago. 2018.

¹¹⁹ VIANNA, Marly. *Os Revolucionários...*, p. 136.

¹²⁰ VIANNA, Marly. *Os Revolucionários...*, p. 181.

¹²¹ Ver Olga. MORAIS, Fernando. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

¹²² Olga e Prestes foram presos em março de 1936. Logo após a prisão, Olga anunciou que estava grávida. O advogado Heitor Lima tentou um habeas corpus, sob a alegação de Olga estar grávida de pai brasileiro, concebido no Brasil, garantindo que seu filho nascesse e vivesse no Brasil como brasileiro, foi negado pelo Supremo Tribunal Federal, que autorizou a deportação de Olga para a Alemanha, em setembro de 1936, aonde foi presa e após o nascimento de sua filha Anita Prestes foi morta. Disponível em: <<<https://jornalggn.com.br/historia/o-stf-e-a-expulsao-de-olga-benario-por-vladimir-aras/>>>. Acesso em: 12 set.2018.

afirmando que “o perigo comunista” rondava o país. Diante disso, Vargas declarou, com apoio do Congresso Nacional, estado de sítio e, mais tarde, estado de guerra (prorrogado até 1937). Estes foram tempos de forte repressão política, que facilitaram o caminho para o golpe de 1937.¹²³

Entretanto, o Governo Constitucional não foi apenas marcado pela intensificação dos conflitos políticos, uma vez que, nesta fase, foram iniciadas práticas educativas, principalmente com o objetivo de fazer a propaganda do regime. Promoveram-se publicações de livros com temáticas nacionais, produções cinematográficas e programas de rádio. Todas essas produções culturais eram fiscalizadas e censuradas pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC)¹²⁴, criado em 1934.

Neste contexto, o rádio e o cinema foram as principais mídias de massas estimuladas, pois não necessitavam da alfabetização do público. Assim, em 1935, foi criado o Programa Nacional, que em 1938, passou a ser chamado de a Hora do Brasil. De acordo com Maria Helena Capelato¹²⁵, o uso político do rádio contava com três finalidades: a informativa, a cultural e a cívica. Essa programação tendia a estimular o gosto pelas artes populares e exaltava o amor à pátria.

A essas mudanças acrescentou-se a gratuidade do “ensino primário”, uma das metas estabelecidas na Constituição, que visava melhor formar o trabalhador nacional. Como sequência do projeto voltado à educação, em 1935, foi criada a Universidade do Distrito Federal (UDF), composta por cinco escolas – Ciências, Educação, Economia e Direito, Filosofia, e Instituto de Artes –, com o objetivo de: “Encorajar a pesquisa científica, literária e artística e “propagar as aquisições da ciência e das artes, pelo ensino regular de suas escolas e pelos cursos de extensão popular”. Na verdade, a UDF pretendia não apenas produzir profissionais, mas formar “os quadros intelectuais do país”.¹²⁶

Notamos que o início dos anos 1930, embora tenha sido um momento de agitações e tensões políticas, trouxe ao trabalhador brasileiro ganhos materiais e simbólicos inegáveis. A partir de então, começou a ser construída uma nova relação entre Estado e

¹²³ BRANDI, Paulo. Plano Cohen. In: Verbete CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-cohen>. Acesso em: 30 ago.2020.

¹²⁴ DPDC que durante o Estado Novo irá ser transformado em Departamento Nacional de Propaganda – DNP. Disponível em: <<<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducaoCulturaPropaganda/DIP>>>. Acesso em: 12 set. 2018.

¹²⁵ CAPELATO, Maria Helena. “Estado Novo...”, p.206.

¹²⁶ CPDOC. Anos de Incertezas (1930-1937). Disponível em: <<<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos307/RadicalizacaoPolitica/UniversidadeDistritoFederal>>> Acesso em: 8 out. 2018.

trabalhador, relação essa que teve o seu ápice com o Estado Novo, período em que foi realizado, segundo a autora Ângela de Castro Gomes, um pacto direto com o povo¹²⁷.

1.3. Estado Novo, Nacionalismo e Cidadania Social

Como determinava a Constituição de 1934, Getúlio Vargas terminaria seu mandato no início de maio de 1938 e não poderia se candidatar à reeleição. No entanto, ao mesmo tempo que anunciava que iria cumprir a Constituição, Vargas dava sinais de que estava preparando um golpe para manter-se na presidência. Para continuar no poder, foi elaborado e colocado em prática, em setembro de 1937, uma conspiração que ficou conhecida como Plano Cohen. No dia 30 de setembro, o governo divulgou a “descoberta” desse plano, uma suposta carta de intenções comunista, que visava a tomada de poder no Brasil. Essa descoberta foi divulgada no programa a Hora do Brasil, ocasionando um forte clima de insegurança.¹²⁸

Com base no suposto plano, o presidente Getúlio Vargas decretou novamente estado de guerra pelo prazo de 90 dias, com autorização do Congresso. Nesta condição, o presidente atribuía a si mesmo o poder de suspender os direitos constitucionais. Desta forma, no dia 10 de novembro de 1937, o presidente cercou e fechou o Congresso, e pelo rádio anunciou a grande mudança: o início do Estado Novo. Como desdobramento, as eleições foram suspensas e os partidos políticos extintos. Sem legislativo não haveria empecilhos para o governante.

Em um pronunciamento em rede de rádio, no qual lançou um Manifesto à nação, Vargas dizia que os objetivos do Estado Novo eram o de "reajustar o organismo político às necessidades econômicas do país", deixando clara, também, sua posição acerca da intervenção do Estado na economia: "É a necessidade que faz a lei: tanto mais complexa se torna a vida no momento que passa, tanto maior há de ser a intervenção do estado no

¹²⁷ GOMES, Ângela de Castro. *A invenção...*, 1988.

¹²⁸ Plano Cohen: Documento divulgado à nação em 30 de setembro de 1937, contendo supostas “instruções da Internacional Comunista (Komintern) para a ação de seus agentes no Brasil”, segundo comunicado oficial do governo. Na realidade, tratava-se de um plano simulado de ação comunista escrito como “hipótese de trabalho”, segundo seu verdadeiro autor, o capitão Olímpio Mourão Filho, chefe do serviço secreto da Ação Integralista Brasileira (AIB). Com base no Plano Cohen, o presidente Getúlio Vargas solicitou imediatamente ao Congresso autorização para decretar o estado de guerra pelo prazo de 90 dias. A aprovação da medida abriu caminho para o golpe do Estado Novo, desfechado em 10 de novembro de 1937. A fraude do Plano Cohen só foi revelada após a extinção do Estado Novo, em 1945. Ver Anos de Incertezas (1930-1937). Disponível em: BRANDI, Paulo. Plano Cohen. In: Verbete CPDOC. Disponível em: << <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-cohen>>> Acesso em: 8 out. 2018.

domínio da atividade privada"¹²⁹. Para os ideólogos do Estado Novo, o regime foi interpretado como uma consequência histórica, necessária e inevitável:

Francisco Campos, um dos ideólogos mais importantes do Estado Novo, interpretou o regime como uma decorrência histórica e necessária a Revolução de 1930: “O 11 de novembro foi o elo final de uma longa cadeia de experiências [...] a Revolução de 30 só se operou definitivamente em novembro de 1937 [...]”. Segundo o ideólogo, o Estado Novo suscitara no país uma “consciência nacional”, unificara uma nação dividida, colocara um ponto final às lutas econômicas e impusera silêncio à querela dos partidos empenhados em quebrar a unidade do Estado e, por conseguinte, a unidade do povo. Azevedo Amaral, outro ideólogo do Estado Novo, definiu o regime como uma “necessidade” e uma “inevitabilidade”, que viria adequar as instituições às nossas realidades.¹³⁰

Durante o estabelecimento do Estado Novo ocorreram novas agitações políticas. Uma das reações contrárias ao governo foi o levante integralista, uma vez que a AIB havia ajudado anteriormente Vargas no combate ao comunismo e que seus integrantes tinham pretensões de participar do governo, ficando frustrados diante da decisão de Vargas em proibir todos os partidos políticos, o que incluía a Ação. A partir de então, organizaram-se para derrubar o governo, efetuando dois levantes integralistas, que foram reprimidos¹³¹. Sobre o Levante Integralista, Getúlio Vargas, declarou a revista *O Globo* que:

Antes de mais nada, é preciso esclarecer que o golpe integralista de 1938 foi organizado pela embaixada alemã. Os brasileiros serviram apenas como instrumentos de um plano que visava entregar o país ao governo alemão. Naturalmente se não fosse o auxílio dos agentes alemães eles jamais o teriam realizado, pois não tinham capacidade nem coragem para tal.¹³²

De acordo com Dulce Pandolfi¹³³, o regime mudou, mas Vargas manteve-se como chefe no Executivo e foi posto em prática, segundo Maria Helena Capelato, o projeto que preconizava o Estado como agente da política econômica¹³⁴. Nesse contexto, o presidente tinha como meta principal superar os atrasos e transformar o Brasil em um país desenvolvido. Instaurava-se então, o Estado Novo, período conhecido na historiografia brasileira por seu caráter intervencionista, marcado pelo nacionalismo, pelo anticomunismo e pelo autoritarismo. Por outro lado, o discurso propagandeado sobre o Estado Novo na época, segundo Ângela de Castro Gomes, era:

¹²⁹ VARGAS, Getúlio, *A nova política...*, 1941

¹³⁰ CAPELATO, Maria. “*O Estado Novo...*”, p.117.

¹³¹ CAVALARI, Rosa Maria F. *Integralismo - ideologia e organização de um partido de massa no Brasil*. São Paulo: UNESP, 1999.

¹³² Revista *O Globo*. Suplemento especial de agosto de 1950, p. 49.

¹³³ PANDOLFI, Dulce. “*Os anos 30: as incertezas...*”, p.6.

¹³⁴ CAPELATO, Maria. “*O Estado Novo...*”, p.118-119.

[...] A recuperação do valor social do trabalho – a “humanização” do trabalho – identificava a mentalidade que via na máquina superior ao homem, como o seu primeiro inimigo. Essa mentalidade fora responsável pelo materialismo avassalador da mecanização, que acabara por aniquilar o trabalhador em sua dimensão espiritual de pessoa humana.¹³⁵

Para Ângela de Castro Gomes, nessa proposta, o trabalho precisava ser visto como um ato de dignificação e espiritualização do homem, e a política de organização científica do trabalho deviria encontrar o equilíbrio entre os esforços de mecanização da produção e a proteção dos valores humanos e cristãos do trabalhador brasileiro¹³⁶. O Estado Novo voltou-se para a realização de uma política de amparo ao homem brasileiro, reconhecendo que a civilização e o progresso eram um produto do trabalho. Desta forma a imagem que o Estado Novo quis demonstrar foi a da formação de uma grande família, em que o presidente era o pai dos trabalhadores brasileiros¹³⁷.

Temos então um momento político da história do Brasil em que o caráter nacional, assim como o aspecto autoritário e intervencionista são inegáveis. Ou seja, embora existisse o desejo da construção da imagem de um Estado Nacional e de valorização do trabalhador brasileiro, a natureza autoritária e intervencionista do governo vigente acompanhava o discurso de nacionalismo e de valorização do ser trabalhador brasileiro.

Como exemplo dessa natureza intervencionista, podemos verificar a intervenção, sobretudo na economia. Os ideólogos estado novistas¹³⁸, criticavam o liberalismo, alegando ser inadaptável à realidade brasileira. Oliveira Vianna apregoava a necessidade de um Estado forte e Azevedo Amaral, afirmava que o Estado deveria atuar no jogo econômico, reajustando o que fosse prejudicial à coletividade¹³⁹.

Em relação ao caráter autoritário, tivemos a decretação da Constituição de 1937¹⁴⁰, conhecida também como “Polaca”, que substituiu a de 1934. O documento foi escrito nos moldes das constituições fascistas, como a da Polônia, do ditador Josef Pilsudski, e é justamente essa referência que contribuiu para que fosse chamada de Polaca. Com um caráter autoritário e centralizador, a carta tinha como características: o poder centralizado

¹³⁵ GOMES, Ângela de Castro. *Ideologia e Trabalho...*, p. 58.

¹³⁶ GOMES, Ângela de Castro. *Ideologia e Trabalho...*, p. 57,59.

¹³⁷ GOMES, Ângela de Castro. *A invenção...*, p.230.

¹³⁸ No Brasil os intelectuais desempenharam um papel fundamental nesse momento, uma vez que acreditavam ter a missão de guiar o povo e a partir de 1930, passaram a direcionar sua atuação no Estado, uma vez que viam um corpo fragmentado e se viam como as pessoas capazes de fazer com que esse corpo trabalhasse em harmonia. Já no Estado Novo, os mesmos identificaram o Estado como cerne da nacionalidade brasileira. Nesse sentido estes ideólogos – intelectuais, tinham a ideia de que eles pensavam e os políticos agiam. VELLOSO, Mônica. *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1987.

¹³⁹ CAPELATO, Maria. “*O Estado Novo...*”, p. 119.

¹⁴⁰ Ver. <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-35093-10-novembro-1937-532849-publicacaooriginal-15246-pe.html>. Acesso em: 8 out. 2018.

na mão do executivo – presidente (com mandato de 6 anos), não havendo o cargo de vice-presidente; a instituição do estado de emergência, que permitia ao presidente prender, exilar e invadir domicílios; a permissão ao presidente para governar por decretos-lei; a censura e a perda de liberdade da imprensa; a proibição de greves e manifestações públicas contrárias ao governo; a perda de autonomia dos estados, em que os governantes passaram a ser nomeados pelo presidente num sistema de interventoria; e a intervenção estatal na economia¹⁴¹. Sobre a Constituição de 1937, Getúlio Vargas no 10º aniversário da revolução de 1930, no dia 11 de novembro de 1940, discursou que:

Uma constitucionalização apressada, fora de tempo, apresentada como panaceia de todos os males, traduziu-se numa organização política feita ao sabor de influências pessoais e partidarismo faccioso, divorciada das realidades existentes. Repetia os erros da Constituição de 1891 e agravava-os com dispositivos de pura invenção jurídica, alguns retrógrados e outros acenando a ideologias exóticas. Os acontecimentos incumbiram-se de atestar-lhe a precoce inadaptação!¹⁴²

Dentre as questões enfatizadas na Constituição de 1937 estava o caráter nacional. De acordo com Maria Helena Capelato¹⁴³, após o golpe, apenas uma bandeira passou a existir para todos os estados, para demonstrar que o sistema federativo havia sido derrotado. Como forma de reforçar essa posição, realizou-se no Rio de Janeiro a cerimônia cívica de queima das bandeiras estaduais, para marcar a vitória do poder central sobre os estados. O caráter nacional do Estado Novo atuou sobre as mais diversas esferas da sociedade, uma vez que o mesmo, de acordo com Helena Bomeny, pretendeu:

Formar um “homem novo” para um Estado Novo, conformar mentalidades e criar o sentimento de brasilidade, fortalecer a identidade do trabalhador, ou por outra, forjar uma identidade positiva no trabalhador brasileiro, tudo isso fazia parte de um grande empreendimento cultural e político para o sucesso do qual contava-se estrategicamente com a educação por sua capacidade universalmente reconhecida de socializar os indivíduos nos valores que as sociedades, através de seus segmentos organizados, querem ver internalizados.¹⁴⁴

O exemplo desse aspecto nacional pode ser observado a partir de 1937, quando o Estado Novo criou uma série de comemorações envolvendo a população, denominada por Ângela de Castro Gomes como “tempo festivo”. Segundo a autora, o primeiro dia do

¹⁴¹ CPDOC. Diretrizes do Estado Novo (1937 - 1945). Constituição de 1937. Disponível em: <<<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos3745/PoliticaAdministracao/Constituicao1937>>>. Acesso em: 5 nov. 2018.

¹⁴² Ver Ana Paula Corti (28 de setembro de 2005). «Estado Novo (1937-1945): A ditadura de Getúlio Vargas». UOL - Educação. Disponível em: <<

¹⁴³ CAPELATO, Maria. “*O Estado Novo...*”, p.117-119.

¹⁴⁴ BOMENY, Helena. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. PANDOLFI, Dulce (Org). Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, p.139.

trabalho foi comemorado em 1938 e o presidente anunciou a regulamentação do salário mínimo e assumiu o compromisso de presentear os trabalhadores com realizações na área social. Foram três as comemorações que aproximavam as autoridades do público trabalhador:

[...] O aniversário do presidente, o Dia do Trabalho e o aniversário do Estado Novo – constituíam três ocasiões-chave para a comunicação entre Vargas e a massa de trabalhadores. Diferenciadas e com destaque para o 1º de maio, elas se reforçavam mutuamente e criavam um calendário de encontros significativos. [...] O que interessa destacar é que elas se integravam, ao mesmo tempo que precederam e redimensionaram a intenção básica da política doutrinária do Ministério do Trabalho após 1942. Ou seja, elas estruturaram uma aproximação significativa e personalizada entre autoridades e o público trabalhador.¹⁴⁵

Observamos que o pacto social entre trabalhadores e governo foi sendo intensificado. Essas comemorações objetivavam aproximar o povo do presidente, assim como a reestruturação do programa a Hora do Brasil, em 1938. O decreto-lei (nº1949/39), tornou sua transmissão obrigatória em qualquer estabelecimento comercial e nas cidades do interior aconselhavam sua transmissão por meio de alto-falantes instalados em logradouros públicos¹⁴⁶. A imprensa foi amplamente usada durante o Estado Novo, período em que o Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP, foi criado. O DIP foi constituído como:

Órgão governamental criado pelo Decreto-Lei nº 1.915, de 27 de dezembro de 1939, durante a vigência do Estado Novo, com o objetivo de difundir a ideologia estado-novista e promover pessoal e politicamente o chefe do governo, bem como as realizações governamentais. Constituiu-se, desta forma, no porta-voz oficial do regime. Foi extinto em 25 de maio de 1945, pelo Decreto-Lei nº 7.582, que criou o Departamento Nacional de Informações (DNI).¹⁴⁷

Sobre a criação do DIP, Getúlio Vargas, em pronunciamento no Senado Federal, de 13 de dezembro de 1946, afirmou:

Em 1940, e não em 1937, eu criei o Departamento de Imprensa e Propaganda, para controlar e acompanhar de perto a infiltração estrangeira no Brasil. Atuavam então em nosso país a United Press e a Associated Press... A Havas, francesa, estava controlada pelos alemães... A Havas era a agência de maior irradiação no Brasil e distribuía os serviços de todas agências europeias, inclusive a Reuter. Ao lado da Havas, a Transocean, diretamente alemã, cobria todo o território, bloqueando a United... A Havas e a Transocean distribuía o serviço telegráfico nacional. Tinham um excepcional poder de ação interna.

¹⁴⁵ GOMES, Ângela de Castro. *A invenção...*, p.216-217.

¹⁴⁶ GOMES, Ângela de Castro. *A invenção...*, p.213.

¹⁴⁷ ARAÚJO, Rejane. Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP. In: Verbete CPDOC. Disponível em: << <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/departamento-de-imprensa-e-propaganda-dip>>> Acesso em: 9 nov. 2018.

Vários jornais em língua alemã, italiana e japonesa infestavam as zonas povoadas por núcleos de origem destes povos.... A propaganda britânica também se intensificou. Mas eu não devia resolver os nossos problemas de acordo com as conveniências da propaganda internacional, e, sim, na base das conveniências do Brasil e da América... O excesso de zelo da propaganda britânica várias vezes perturbou minha ação. Mas até certo ponto foi útil, pois provocou medidas que deram a garantia de nossa impecável neutralidade (nos primeiros anos da Segunda Guerra Mundial).¹⁴⁸

A propaganda política foi utilizada como estratégia para assegurar a legitimidade do novo regime¹⁴⁹. Para Ângela de Castro Gomes, Vargas era seu personagem central e festividades, cartazes, fotografias, artigos, livros, concursos escolares, foram iniciativas realizadas em louvor do chefe do Estado Novo¹⁵⁰. De acordo com Maria Helena Capelato¹⁵¹, além da censura, o DIP era encarregado da produção e da divulgação de mensagens propagandistas. Para isso, foram produzidos livros, revistas, folhetos, fotos, cartazes, programas de rádio, cinejornais, documentários cinematográficos. Nesse momento, a imprensa e o rádio foram os veículos privilegiados para a transmissão de mensagens de propagandas. Capelato ressalta que a imprensa foi o setor mais atingido pelo DIP e no que se refere ao rádio, foi considerado fundamental para a divulgação da propaganda política. Conforme reiterou a autora:

Os organizadores da propaganda se valeram de símbolos e imagens na busca de consentimento e adesão da sociedade. A bandeira brasileira e a figura de Vargas foram os símbolos mais explorados nas representações visuais do Estado Novo. Muito significativo é o cartaz no qual se desenha o mapa do Brasil, colorido de verde e, no centro, a bandeira brasileira com a imagem de Vargas desenhada na esfera azul; ao lado havia os dizeres: “Fortes e unidos, os brasileiros do Estado Novo são guiados pela grande trindade nacional: nossa Pátria, nossa Bandeira, nosso Chefe”.¹⁵²

A propaganda, por meio das imagens e dos símbolos, foi fundamental para o êxito dos objetivos do Estado Novo, que eram a construção de uma identidade nacional, a conscientização do pequeno cidadão, a criação do novo homem, de uma sociedade nova e de um país novo. Nessa conjuntura, a propaganda, além de engrandecer a figura do chefe político e sua relação direta com o povo, demonstrava também o que sinalizamos acima, a preocupação do governo com a formação de uma identidade nacional coletiva¹⁵³.

¹⁴⁸ VARGAS, Getúlio. *A Política Trabalhista do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1949, p.82-83.

¹⁴⁹ CAPELATO, Maria. “*O Estado Novo...*”, p.117.

¹⁵⁰ GOMES, Ângela de Castro. *A invenção...*, p. 220-223.

¹⁵¹ CAPELATO, Maria Helena. “*Estado Novo...*”, p.204.

¹⁵² CAPELATO, Maria. “*O Estado Novo...*”, p.123.

¹⁵³ CAPELATO, Maria. “*O Estado Novo...*”, p.124.

A censura foi uma característica marcante do DIP. Por meio desse Departamento, o cinema brasileiro recebeu atenção do governo afim de usar películas que valorizassem o país. O cinema foi monitorado pelo departamento e as regras eram claras: as películas estavam sujeitas ao veto caso promovessem incitação contra o regime, a ordem pública e às autoridades constituídas¹⁵⁴. A censura também abrangia filmes estrangeiros. Todavia, a iniciativa do projeto Capanema era a de colocar em prática o plano estado-novista de valorização nacional. Nessa perspectiva, o filme “Argila” de 1942, foi reproduzido com o objetivo de transformar o cinema em veículo de educação, mas, devido ao seu caráter pedagógico¹⁵⁵, foi um fracasso de bilheteria:

Filmes como Argila, Romance Proibido, Aves sem Ninho e Caminhos do céu tinham um conteúdo pedagógico explícito, o que os tornava indigestos. Além disso, disputavam público com as produções norte-americanas. Sem possuir uma indústria cinematográfica capaz de suprir as necessidades do mercado, já convertido em bom receptor de filmes hollywoodianos, o cinema educador/nacionalista brasileiro resultou em fracasso de bilheteria: os temas que deveriam caminhar a reboque de enredos espetaculares capazes de seduzir o espectador convertiam-se em temas nacionalistas.¹⁵⁶

Além do cinema, a música também foi usada pelo DIP, visando a promoção de uma “musicalidade nacional”. Ou seja, neste governo a arte e a política caminhavam juntas, em prol do objetivo maior – o sentimento que une – a construção do nacionalismo. Ary Barroso foi um personagem importante na incorporação dessa proposta nacional e ficou conhecido pela música *Aquarela do Brasil*, de 1939:

Brasil, meu Brasil Brasileiro,
Meu mulato inzoneiro,
Vou cantar-te nos meus versos:

O Brasil, samba que dá
Bamboleio, que faz gingar;
O Brasil do meu amor,
Terra de Nosso Senhor.
Brasil! ... Brasil! ... Prá mim! ... Prá mim! ...

Ô, abre a cortina do passado;
Tira a mãe preta do cerrado;
Bota o rei congo no congado.
Brasil! ... Brasil! ...

Deixa cantar de novo o trovador
À merencória à luz da lua
Toda canção do meu amor.
Quero ver essa Dona caminhando

¹⁵⁴ CAPELATO, Maria Helena. “Estado Novo...”, p.207.

¹⁵⁵ O caráter pedagógico está relacionado a ensinar aquilo que o Estado Novo, defendia e preconizava.

¹⁵⁶ CAPELATO, Maria Helena. “Estado Novo...”, p. 209.

Pelos salões, arrastando
 O seu vestido rendado.
 Brasil! ... Brasil! Prá mim ... Prá mim! ...
 Brasil, terra boa e gostosa
 Da moreninha sestrosa
 De olhar indiferente.

O Brasil, verde que dá
 Para o mundo admirar.
 O Brasil do meu amor,
 Terra de Nosso Senhor.
 Brasil! ... Brasil! Prá mim ... Prá mim! ...

Esse coqueiro que dá coco,
 Onde eu amarro a minha rede
 Nas noites claras de luar.
 Ô! Estas fontes murmurantes
 Onde eu mato a minha sede
 E onde a lua vem brincar.
 Ô! Esse Brasil lindo e trigueiro
 É o meu Brasil Brasileiro,
 Terra de samba e pandeiro.
 Brasil! ... Brasil!¹⁵⁷

Não apenas músicas que exaltavam a nacionalidade foram divulgadas, mas também as que enalteciam o trabalho e que tratavam a recuperação dos malandros, devido à valorização do trabalho ocorrida durante a Era Vargas. As canções abaixo, desenvolvidas no período, exemplificam essa dimensão.

Eu Trabalhei – Roberto Riberti e Jorge Faraj

Eu hoje tenho
 Tudo, tudo que um homem quer
 Tenho dinheiro, automóvel e uma mulher
 Mas pra chegar
 Até o ponto em que cheguei
 Eu trabalhei, trabalhei, trabalhei
 Eu hoje sou feliz
 E posso aconselhar
 Quem faz o que eu já fiz
 Só pode melhorar
 E quem diz que o trabalho
 Não dá camisa a ninguém
 Não tem razão
 Não tem, não tem¹⁵⁸

É negócio casar - Ataulfo Alves e Felisberto Martins

Veja só...
 A minha vida como está mudada
 Não sou mais aquele

¹⁵⁷ *AQUARELA DO BRASIL*. Disponível em: << <https://www.letas.mus.br/ary-barroso/163032/>>>. Acesso em: 2 out.2018.

¹⁵⁸ *EU TRABALHEI*. Disponível em: < <https://www.letas.com.br/jorge-faraj/eu-trabalhei/>>. Acesso em: 2 out.2018.

Que entrava em casa alta madrugada
 Faça o que eu fiz
 Porque a vida é do trabalhador
 Tenho um doce lar
 E sou feliz com meu amor
 O estado novo
 Veio para nos orientar
 No brasil não falta nada
 Mas precisa trabalhar
 Tem café petróleo e ouro
 Ninguém pode duvidar E quem for pai de 4 filhos
 O presidente manda premiar...
 [breque] é negócio casar¹⁵⁹

Na política estado-novista, os jornais e os intelectuais brasileiros não ficaram de fora:

Em torno da revista *Cultura Política* (dirigida por Almir de Andrade) e dos jornais oficiais *A Manhã* (do Rio, dirigido por Cassiano Ricardo) e *A Noite* (de São Paulo, dirigido por Menotti del Picchia), reuniu-se as correntes mais heterogêneas da intelectualidade brasileira. Escreviam nessas publicações autores de grande projeção e perfil político menos marcado, mas também representantes da extrema direita católica e comunistas, dentre eles: Carlos Drummond de Andrade, Cecília Meireles, Gilberto Freyre, Vinicius de Moraes, José Lins do Rego, Manuel Bandeira, Nelson Werneck Sodré, Graciliano Ramos, Oliveira Viana e Gustavo Barroso.¹⁶⁰

A presença desses intelectuais em diferentes Ministérios e órgãos governamentais não implicou em uma adesão obrigatória ao pensamento autoritário, pois muitos se colocavam na posição de funcionários públicos, de forma a separar suas funções de suas ideologias políticas.¹⁶¹

Por outro lado, o objetivo do DIP, evidentemente atrelado ao Estado, era propagandear o regime vigente, usando ferramentas que aproximassem o povo do presidente. O Departamento buscava, portanto, a construção do ideal nacionalista, do ser brasileiro, de ter uma identidade nacional e um discurso que unisse a nação. Segundo Maria Helena Capelato¹⁶², cabia ao DIP organizar, estimular e divulgar a produção artística. Além da feição estética, essas iniciativas deveriam atingir os objetivos da educação cívica. Assim, o fator educação também foi contemplado pelo Departamento, junto às reformas da educação primária e do ensino secundário, promovidas pelo Ministro da Educação e Saúde Pública Gustavo Capanema.

¹⁵⁹ *O NEGÓCIO É CASAR*. Disponível em: < <https://www.lettras.mus.br/ataulfo-alves/1251895/> > Acesso em: 2 out.2018.

¹⁶⁰ CAPELATO, Maria Helena. “*Estado Novo...*”, p. 210.

¹⁶¹ Idem, p. 211.

¹⁶² CAPELATO, Maria. “*O Estado Novo...*”, p.127.

Para Helena Bomeny, a reforma da educação passou pela elaboração de um Plano Nacional de Educação, que teve como base os resultados de uma pesquisa sobre a educação nacional e a reforma do ensino secundário. Destaca a autora que outro ponto de honra do ministério foi a de organizar a juventude, num momento fundamental de formação de futuros profissionais. Nesse ensejo, o discurso da educação era de ordem e disciplina. Acrescenta a autora que houve uma militarização do pensamento. O exército e o sistema educacional estavam atrelados, visando a mobilização da juventude. Portanto, a educação neste contexto se apresenta como uma das dimensões estratégicas para o avanço do programa mobilizador proposto pelo Estado Novo¹⁶³.

Nesse cenário, os trabalhadores estavam cada vez mais próximos do seu governante, mas o sentimento de proximidade ainda estava em construção. Essa proximidade não se explica apenas pelo fato das propagandas e dos demais meios utilizados pelo DIP. Sobre essa questão, menciona Jorge Ferreira que não há propaganda que transforme um personagem em líder político, em uma figura legendária, sem que haja realizações que afetem a vida material e simbólica dos homens e mulheres que o reverenciam:

O “mito” Vargas, portanto, não foi criado simplesmente na esteira da vasta propaganda política, ideológica e doutrinária veiculada pelo Estado. Não há propaganda, por mais elaborada, sofisticada e massificante, que sustente uma personalidade pública por tantas décadas sem realizações que beneficiem, em termos materiais e simbólicos, o cotidiano da sociedade. O “mito” Vargas, assim, exprimia um conjunto de experiências que, longe de se basear em promessas irrealizáveis, fundamentadas tão somente em imagens e discursos vazios, alterou a vida dos trabalhadores.¹⁶⁴

Somado a esses aspectos, salienta Michelle Macedo que a propaganda política por si só, por mais eficaz e sofisticada que seja, não sustenta um mito político duradouro. Antes é preciso que haja realizações materiais e simbólicas, que afetem o cotidiano da sociedade¹⁶⁵. E essas realizações, somadas a tal proximidade, já vinham sendo construídas desde a Revolução de 1930, a partir das concessões e garantias dos direitos trabalhistas.

Diante disso, podemos considerar o Estado Novo, segundo Francisco Weffort, como o primeiro momento em que se tenta dar sentido mítico ao Estado, personalizado não só no que se entende por Estado Nacional ou Nação, como também em seus expoentes e

¹⁶³ BOMENY, Helena. *Três decretos...*, p.138-151.

¹⁶⁴ FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil...*, p.62.

¹⁶⁵ MACEDO, Michelle. *O movimento queremista...*, p.62.

chefes¹⁶⁶. Para isso, a imprensa teve papel preponderante, mas esse fator não explica, sozinho, a relação construída entre o governo getulista e o trabalhador brasileiro, uma vez que o objetivo dos trabalhadores: “Não era apenas exaltar gratuitamente a Vargas, e sim dar um passo à frente, avançar, conseguir um emprego, um aumento salarial ou melhorar de vida. A aceitação do regime, enfim não implicava necessariamente resignação ou conformismo”.¹⁶⁷

Ainda sobre o Estado Novo, Ângela de Castro Gomes¹⁶⁸ verifica outras medidas estabelecidas pelo regime, destacando os ganhos materiais obtidos pelo trabalhador, dentre eles a lei dos dois terços (que obrigava as empresas a manterem este percentual de empregados brasileiros) e a valorização do trabalho manual. Maria Helena Capelato¹⁶⁹ agrega outra medida efetiva, que foi a valorização do produto nacional. O governo voltou suas atenções para o mercado interno, aboliu os impostos interestaduais e introduziu um sistema tributário padronizado para facilitar a sua integração. Essa iniciativa de modernizar e superar o atraso do Brasil gerou mais oportunidades de emprego, o que reforçou o relacionamento que estava sendo construído entre governo e trabalhador.

A geração de maiores oportunidades de emprego pode ser vista a partir de: 1937 – criação do Conselho Técnico de Economia e Finanças (CTEF); 1938 – criação do Conselho Nacional, do Conselho Nacional do Petróleo e do Código Brasileiro do Ar; 1939 – criação do Instituto de Resseguros do Brasil; 1941 – criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), da Companhia Hidrelétrica de São Francisco, do Conselho Federal do Comércio Exterior e do Ministério da Aeronáutica e da FAB; 1942 – criação da Vale do Rio Doce e da Fábrica Nacional de Motores (FNM); e, em 1943, criação da Companhia Nacional de Álcalis.¹⁷⁰ As criações citadas acima não representam apenas maiores oportunidades de emprego, mas também simbolizam conquistas ao trabalhador brasileiro no que tange às transformações ocorridas no país.

Às conquistas citadas acima, agrega-se também o estabelecimento da Justiça do Trabalho de 1939, “[...] Encarregada de julgar e conciliar os dissídios surgidos, individual

¹⁶⁶ WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. São Paulo: Paz e Terra, 1978, p.55.

¹⁶⁷ FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil...*, p.71.

¹⁶⁸ GOMES, Ângela de Castro. *A invenção...*, p.223.

¹⁶⁹ CAPELATO, Maria. “*O Estado Novo...*”, p.119.

¹⁷⁰ OSÓRIO, Lígia. “*Projeto nacional...*”, p. 75-76.

ou coletivamente, entre empregados e empregadores, bem como quaisquer controvérsias surgidas no âmbito das relações de trabalho”.¹⁷¹

Para Arion Romita¹⁷², a Justiça do Trabalho é um produto perfeito e acabado do Estado Novo e a sua regulação compunha uma estrutura complexa. A Justiça do Trabalho foi apenas mais um dos elementos que constituiu o arcabouço modernizador do Estado Novo. Segundo o autor, apesar da mesma ser estabelecida pela Constituição de 1934, ela só vicejou no ambiente político instaurado em 1937, com o Estado Novo.

Se por um lado não podemos deixar de mencionar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943, que assegurava a igualdade salarial de homens e mulheres, por outro lado, também precisamos destacar o caráter da Constituição de 1937, que proibia greves e quaisquer espécie de reivindicações trabalhistas:

Aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a CLT das Leis do Trabalho (CLT) encontra-se em vigor desde 10 de novembro do mesmo ano. O seu artigo 1º indica qual a matéria por ela regida: “Esta CLT estatui as normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho, nela previstas.” Nem toda a matéria do direito do trabalho está incluída na CLT, sendo que algumas desde logo dela ficaram excluídas, como os acidentes do trabalho, e várias outras foram sendo objetos de leis especiais, extravagantes, estranhas ao texto consolidado. Mas não resta a menor dúvida que a parte substancial e essencial do direito do trabalho positivo nela se encontra. Constitui a CLT um verdadeiro código, representativo do particularismo e da autonomia do direito do trabalho, como ramo especial do direito, em confronto com o chamado direito comum, geral, e os demais ramos especiais da ciência jurídica. Pela própria vastidão da matéria legislada, justifica-se este tratamento especial, com princípios próprios e autonomia didática, científica, legislativa e judiciária.¹⁷³

A CLT reafirmou também os direitos conquistados pelo trabalhador durante os governos anteriores a Vargas. Essas leis asseguravam: carteira de trabalho; direito a férias; igualdade salarial entre homens e mulheres e regulamentação da jornada de oito horas de trabalho. Ressalta-se que ao mesmo tempo que garantia benefícios aos trabalhadores, leis também foram criadas para mantê-los sob controle, mas não podemos ignorar a obtenção desses ganhos materiais:

Esta medida representou, de um lado, o atendimento das reivindicações operárias que foram objeto de intensa luta da categoria por várias décadas

¹⁷¹ CPDOC. Anos de Incerteza (1930 - 1937) – Justiça do Trabalho. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/PoliticaSocial/JusticaTrabalho>. Acesso em: 6 jul. 2020.

¹⁷² ROMITA, Arion. Justiça do Trabalho: produto do Estado Novo. PANDOLFI, Dulce (Org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, p.96-112.

¹⁷³ MORAIS, Evaristo e SIQUEIRA, José. Consolidação das Leis de Trabalho (CLT). In: Verbete CPDOC. Disponível em: << <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/consolidacao-das-leis-do-trabalho-clt>>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

e, de outro, o controle, através do Estado, das atividades independentes da classe trabalhadora, que acabou perdendo sua autonomia através do controle estatal.¹⁷⁴

Acerca da concessão das leis trabalhistas, Ângela de Castro Gomes, assinala duas dimensões dessa chamada “dáviva”, a voluntária e a obrigatória. A dimensão voluntária refere-se a retribuição, ao reconhecimento por parte desse trabalhador as benesses obtidas por intermédio do governo getulista e a dimensão obrigatória relaciona-se a “obrigação política”, aonde o trabalhador deveria reconhecer todos os benefícios que lhe foram cedidos via legislação social, agora, retribuindo com o seu apoio político.

A relação contratual era complexa, pois seus termos eram ambivalentes. A troca entre povo e presidente remetia a dois termos virtuosos, embora com posições hierárquicas distintas. Aquele que fazia a doação dispensava não apenas recursos materiais, mas igualmente espirituais. O presidente era o provedor de “seu” povo, pois tinha a virtude de entendê-lo e, em o fazendo, de amá-lo. Portanto, para doar era preciso possuir muitas propriedades/qualidades. Era esta condição que não só permitia, mas igualmente obrigava à doação. [...] Da mesma forma, receber era um ato virtuoso, pois implicava a ideia de aceitar o vínculo, e como tal, de não faltar com a retribuição ao longo do tempo.¹⁷⁵

De acordo com a autora, as leis sociais eram encaradas como uma dívida da coletividade nacional para com os trabalhadores e o povo. Nesse sentido o povo tinha o direito de receber e o dever de contribuir. Esse conjunto de leis e as outras medidas implantadas pelo Estado Novo corroboraram para que, segundo Ângela de Castro Gomes, fosse construído um pacto direto com o povo, no qual Getúlio Vargas foi a figura que concedeu leis ao trabalhador, porque conhecia o seu dever de assim o fazer, a fim de manter a harmonia social.¹⁷⁶

Foi neste momento que o trabalhador conquistou a sua cidadania social. Somado a isso, de acordo com as ponderações de Michelle Macedo, observamos uma associação desses trabalhadores, que relacionam a imagem de Vargas ao trabalho e conseqüentemente aos ganhos materiais e simbólicos obtidos, uma vez que o Estado, como doador de benefícios sociais, comprometer-se-ia a satisfazer as demandas do povo, que, por sua vez, segundo a mesma, retribuiria com gratidão e reconhecimento.¹⁷⁷

Diante disso, podemos notar que embora o Estado Novo tenha tido um caráter intervencionista e autoritário, ainda assim proporcionou ganhos simbólicos e materiais para o trabalhador brasileiro, como exemplo com a CLT (1943). Ainda neste período,

¹⁷⁴ CAPELATO, Maria. “*O Estado Novo...*”, p.120.

¹⁷⁵ GOMES, Ângela de Castro. *A invenção...*, p.229-230.

¹⁷⁶ GOMES, Ângela de Castro. *A invenção...*, p.232-233.

¹⁷⁷ MACEDO, Michelle. *O movimento...*, 2013.

observamos a construção de um pacto social entre trabalhadores e o governo getulista. Para Jorge Ferreira, compreender o apoio que os trabalhadores dedicaram a Vargas e posteriormente sua identificação ao PTB: “Implica admitir que eles viveram experiências políticas, econômicas e culturais e, a partir de um leque de alternativas, adotaram suas estratégias, manifestaram atitudes e comportamentos e construíram sua identidade política. Em outras palavras, fizeram suas escolhas”.¹⁷⁸ Acrescenta o autor que:

Sem uma ampla base de legitimidade, sem os ganhos materiais e simbólicos obtidos por operários e assalariados, a conjugação repressão-propaganda não bastaria para sustentar o reconhecimento dos trabalhadores a Getúlio Vargas em seu primeiro governo e, após a queda do Estado Novo, pouco restaria do prestígio do líder, do trabalhismo e do próprio PTB.¹⁷⁹

Entretanto, os ganhos conquistados pelo trabalhador brasileiro, assim como a construção desse pacto social ocorrido no período, não puderam impedir o declínio e o fim do Estado Novo, que passava por momentos de tensões políticas. Tensões essas que podem ser vistas a partir a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1942) e da divulgação do Manifesto dos Mineiros (1943). Contudo, compreendemos que o Estado Novo, desde a sua implementação através de um golpe, passou por momentos de crises políticas que como veremos no capítulo a seguir, acabaram se intensificando nos anos finais do período, corroborando, assim, para um processo de declínio paulatino e o seu posterior fim.

¹⁷⁸ FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil...*, p.153.

¹⁷⁹ FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil...*, p.153-154.

CAPÍTULO II: DO DECLÍNIO A ACLAMAÇÃO POPULAR: O FIM DO ESTADO NOVO E O QUEREMISMO.

2.1. O declínio e o fim do Estado Novo

Apesar de todas as conquistas obtidas pelo trabalhador brasileiro, o declínio do Estado Novo foi inevitável e pode ser notado nos registros do presidente, encontrados em seu diário, pelo qual já em 27 de janeiro de 1942, demonstrava reservas quanto ao futuro do Estado Novo:

Devo confessar que me invade uma tristeza. Grande parte desses elementos que aplaudem esta atitude (romper relações diplomáticas com a Alemanha), alguns poucos que até me caluniam, são os adversários do regime que fundei (o Estado Novo), e chego a duvidar que possa consolidá-lo para passar tranquilamente o governo ao meu substituto.¹⁸⁰

O ano de 1943 fundamentou as reservas já descritas por Vargas em 1942. Apesar das conquistas sociais empreendidas pelo Estado Novo, o ano de 1943 foi marcado pela intensificação de conflitos, quando ocorreu o primeiro protesto organizado contra o governo, em Minas Gerais, com o Manifesto dos Mineiros, redigido e assinado por advogados mineiros. Boa parte desses advogados tornar-se-iam influentes juristas e importantes próceres políticos da União Democrática Nacional (UDN), maior partido de oposição a Vargas no período da redemocratização. Sobre o Manifesto dos Mineiros, comenta Maria Benevides:

O Manifesto dos mineiros, originalmente intitulado Manifesto ao povo mineiro, datado de 24 de outubro de 1943 — em homenagem à Revolução de 1930 —, foi o primeiro pronunciamento público de setores liberais contra o Estado Novo. As formas organizadas de oposição à ditadura restringiam-se, até então, à ação da esquerda (socialistas e comunistas) e aos movimentos operário e estudantil, sobretudo no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Recife, sempre clandestinos e sujeitos a severa repressão. A importância comumente atribuída ao Manifesto dos mineiros, malgrado o conteúdo do texto ser relativamente brando — mais próximo de um discurso de bacharéis do que de um libelo oposicionista de cunho radical —, decorre dos seguintes fatos: 1) de seu caráter precursor, por ser a primeira manifestação ostensiva, coletiva e assinada, organizada por membros de elites liberais, até então ausentes em qualquer contestação pública; 2) de seu significado regional, no sentido de ser uma resposta dos mineiros ao que percebiam como “a espoliação do poder político de Minas Gerais a partir da ascensão de Getúlio Vargas”, o que confirma a importância das tradições regionalistas na política brasileira; 3) da reação do governo, recorrendo a sanções contra os signatários (demissões ou aposentadorias dos cargos), o que foi objeto

¹⁸⁰ VARGAS GETULIO, *Diário*, volume II, página 451, Siciliano, FGV, 1997, p.451.

de grande repercussão em todos os setores da oposição ao regime, e 4) da vinculação entre os principais articuladores do manifesto com o movimento conspiratório que desembocaria na criação da União Democrática Nacional (UDN) em torno da candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes às eleições presidenciais de 1945.¹⁸¹

De acordo com Maria Helena Capelato, o Manifesto dos Mineiros foi assinado por intelectuais, políticos e empresários, que afirmavam:

Se lutamos contra o fascismo, ao lado das Nações Unidas, para que a liberdade e a democracia sejam restituídas a todos os povos, certamente não pedimos demais reclamando para nós mesmos os direitos e as garantias que as caracterizam.¹⁸²

Desta forma, podemos inferir que o Manifesto dos Mineiros foi um dos elementos decisivos para o fim do Estado Novo. Essa fase de declínio também teve relação direta com a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. A posição do Brasil diante da guerra inicialmente era de neutralidade:

A consciência política brasileira ditou-nos imperativamente o caminho a seguir. Decretando a lei de neutralidade, procuramos, ao mesmo tempo, pela participação ativa na Conferência do Panamá, estreitar ainda mais os laços de solidariedade que nos ligam aos povos do continente americano. Essa medida de nossa política exterior traçou os rumos que se impunham ao nosso patriotismo e tradição pacifista e as demais providências tomadas decorrem naturalmente da necessidade de sua aplicação com o objetivo de amortecer e anular os reflexos inevitáveis da guerra sobre a nossa vida internacional.¹⁸³

Esse posicionamento inicial sofreu mudanças após uma série de torpedeamentos a navios brasileiros por submarinos alemães em 1942¹⁸⁴. Diante desse episódio, a mídia, os jornais e o povo¹⁸⁵ passaram a questionar e a reivindicar um posicionamento mais enfático do governo brasileiro em relação à guerra, ou seja a demanda popular insere-se no conjunto de causas que culminou no dia 21 de agosto de 1942, quando foi enviada para a Itália e Alemanha a declaração de guerra do Brasil ao eixo:

¹⁸¹ BENEVIDES, Maria. In: Verbete CPDOC. Disponível em: <<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/manifesto-dos-mineiros>>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

¹⁸² CAPELATO, Maria. “O Estado Novo...”, p.138.

¹⁸³ *Folha da Manhã*. Discurso de Getúlio Vargas. 21 de setembro de 1939, p. 2. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=21468&anchor=214824&origem=busca>. Acesso em: 10/12/2018.

¹⁸⁴ MELLO, Lane. Quem realmente afundou os navios brasileiros na SGM? Disponível em: <https://fatosmilitares.com/quem-realmente-afundou-os-navios-brasileiros-na-sgm/> 4 de janeiro de 2016. Acesso em: 12/08/2020.

¹⁸⁵ Houve aclamação popular para que Vargas se posicionasse em relação à guerra.

“Senhor Ministro

A orientação pacifista da política internacional do Brasil manteve-o, até agora, afastado do conflito em que se debatem quase todas as nações, inclusive deste hemisfério.

[...]

Consequentemente, o atentado contra a integridade do território e a soberania dos Estados Unidos deveria ser considerado como ato de agressão ao Brasil, determinando a nossa participação no conflito e não a simples declaração de solidariedade com o agredido, seguida, algum tempo depois, da interrupção das relações diplomáticas com os Estados agressores.

[...]

A esses atos de hostilidade, limitamo-nos a opor protestos diplomáticos tendentes a obter satisfações e justa indenização, reafirmando porém nesses documentos nossos propósitos de manter o estado de paz.

[...]

Não há como negar que a Itália (Alemanha) praticou contra o Brasil atos de guerra, criando uma situação de beligerância que somos forçados a reconhecer na defesa da nossa dignidade, da nossa soberania e da nossa segurança e da América.

Em nome do Governo Brasileiro, peço, Senhor Ministro, se digne Vossa Excelência levar esta declaração ao conhecimento do Governo italiano (alemão) para os devidos efeitos.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Excelência os protestos da minha alta consideração.

Oswaldo Aranha
Ministro das Relações Exteriores do Brasil¹⁸⁶

Mediante a essa declaração foi oficializada a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Esse posicionamento teve relação direta com o fim do Estado Novo, uma vez que trouxe efeitos contraditórios:

Para o Estado Novo, a entrada do Brasil na guerra ao lado dos Aliados teve efeitos contraditórios. De um lado, o regime ganhou tempo. O estado de guerra representava um bom argumento para o governo adiar por tempo indeterminado a consulta popular que deveria validar a Constituição de 1937. De outro, a opção por lutar contra o nazi-fascismo colocou em xeque a manutenção de uma ditadura no país. As oposições procuraram aproveitar o desgaste do governo decorrente dessa contradição para retomar a iniciativa. Foi nesse quadro de redefinições que o Estado Novo entrou em crise e finalmente caiu em outubro de 1945.

¹⁸⁷

Essa relação direta tem a ver com a vitória dos aliados, contrários à política totalitária do eixo.¹⁸⁸ Isso enfraqueceu Vargas e fortaleceu o discurso de seus opositores,

¹⁸⁶ O Brasil e a Segunda Guerra Mundial – Ruptura de relações, Ministério das Relações Exteriores, Rio, 1944, p.191-192, apud. Delgado de Carvalho, op. Cit, p.402-403.

¹⁸⁷ Ver Diretrizes do Estado Novo (1937 - 1945) > Queda de Vargas e fim do Estado Novo. CPDOC. <<cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 12 dez.2018.

¹⁸⁸ CAPELATO, Maria. “O Estado Novo...”, p.136.

pois, na concepção deles, a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, ao lado dos aliados, lutando contra o regime nazifascista, indicava uma contradição, uma vez que, internamente, o regime possuía, segundo eles, características semelhantes as fascistas¹⁸⁹.

Para os oponentes¹⁹⁰ de Vargas era contraditório o Brasil enviar um contingente da Força Expedicionária Brasileira (FEB), possuindo tantas características em comum com os regimes fascistas, que estavam sendo combatidos na Europa. Sobre a influência dos regimes fascistas no Estado Novo, Maria Helena Capelato comenta que: “Apesar de apresentar características próprias, o Estado Novo brasileiro teve inegável inspiração europeia”. Como exemplos dessa inspiração destaca a: “Crítica à liberal democracia e a proposta de organização de um Estado forte e autoritário encarregado de gerar as mudanças consideradas necessárias para promover o progresso dentro da ordem”¹⁹¹. Somado a isso Boris Fausto ressalta que:

Nesse quadro geral de emergência de regimes totalitários e autoritários, tanto na Europa do Leste como na Europa ocidental, é possível apontar alguns regimes com direta influência na organização do Estado Novo e na construção de sua ideologia. Chovendo no molhado, lembro, por exemplo, que a moldura sindical do Estado Novo teve forte influência da Carta del Lavoro, vigente na Itália de Mussolini, e que as técnicas de propaganda estado-novistas foram muito influenciadas pelo exemplo nazi-fascista.¹⁹²

Nesse cenário, a oposição utilizou a lógica da contradição de forma perspicaz e mais incisiva como argumento, objetivando enfraquecer Vargas e seu prestígio social, o que acabou por contribuir para o processo de queda do Estado Novo. Desta forma, podemos compreender que essa contradição político-ideológica foi um dos elementos principais que colaboraram para seu fim, assim como o aumento de custo de vida, ocasionada pela entrada do Brasil na guerra: “[...] A falta de víveres, o aumento do custo dos produtos essenciais, a necessidade de a classe média apelar para o câmbio negro produziram

¹⁸⁹ A palavra fascismo designa, assim, um movimento político-ideológico liderado por Mussolini, e, a partir de 1922, o regime político estabelecido, aos poucos, na Itália que deveria constituir a base para a construção do Estado Fascista. Pouco a pouco, no entanto, foram sendo denominados fascistas, ou assim se autodenominando, diversos movimentos e partidos nacionalistas situados à extrema-direita do espectro político. Em comum, eles possuem estruturas centradas na liderança de um chefe – tal como, na Itália, a figura de II Duce – e são visceralmente antiliberais, antidemocráticos e antibolchevistas. FALCON, Francisco. *Fascismo – novas e antigas ideias*. PARADA, Maurício (Org). Brasil: Mauad, 2008, p.13-14.

¹⁹⁰ Associar o regime Getulista ao fascismo, foi um argumento utilizado pelos opositores de Vargas, com o intuito de tirá-lo do poder.

¹⁹¹ CAPELATO, Maria. “*O Estado Novo...*”, p. 109-110.

¹⁹² FAUSTO, Boris. *Repensando o Estado Novo. O Estado Novo no contexto internacional*. PANDOLFI, Dulce (Org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, p.18.

descontentamentos, a impopularidade do governo cresceu, favorecendo a organização das oposições [...]”.¹⁹³

O processo de declínio do Estado Novo contou com um ambiente de tensões políticas que foram se fortalecendo ao longo do governo de Vargas, tendo em vista que, desde o estabelecimento do regime, as oposições e conflitos políticos foram se intensificando. No ano de 1943, observamos esse fortalecimento a partir das oposições que lutavam pelo fim da censura e de outros órgãos repressivos. Nesse cenário ocorreram, por exemplo, passeatas estudantis com críticas ao governo, promovidas pela União Nacional dos Estudantes (UNE)¹⁹⁴.

A partir de então, podemos inferir que o fim do Estado Novo foi um processo paulatino, que contou com oposições a favor do retorno da democracia. Por um lado, com as eleições e o surgimento de partidos políticos e, por outro, com o Queremismo, movimento em que o povo foi para as ruas pedir a permanência de Vargas no poder. Todavia, os manifestantes não conseguiram alcançar seus objetivos e o presidente foi deposto e só retornou por voto direto em 1951. Entretanto, ainda que o Estado Novo tenha sido encerrado, não podemos ignorar as suas heranças na vida nacional. Como destaca Helena Bomeny:

O Estado Novo completou 60 anos em 10 de novembro de 1997. Suas marcas, mais que profundas, são estruturais. De tal forma integram a vida política, social e econômica brasileiras que o presidente Fernando Henrique Cardoso, sempre que quer marcar seu programa de governo como um programa moderno, sintonizado com o mundo contemporâneo, deixa escapar um quase refrão: “Estamos fechando a Era Vargas”. No entanto, as heranças do Estado Novo na vida nacional são muito mais insistentes do que a fala de um presidente. Elas se enraizaram em muitos setores da vida cultural, social, econômica e política país.¹⁹⁵

O trabalhador brasileiro e seus ganhos materiais e simbólicos enquadram-se no bojo dessas heranças. Uma vez que o governo Getulista correspondeu aos seus anseios, foi estabelecido um pacto entre estes e Vargas de forma a construir o trabalhismo. Esta adesão dos trabalhadores ao getulismo teve uma dupla lógica, que pode ser explicada primeiro pelo viés material, pois havia interesse nos benefícios trazidos pelos direitos trabalhistas e, em um segundo momento, pela lógica simbólica, que conformou a mobilização de uma determinada identidade¹⁹⁶. Um exemplo dessa lógica simbólica pode ser visto no parecer

¹⁹³ CARONE, Edgar. 1976. *Estado Novo*. Difel, p.285-298.

¹⁹⁴ MARTINS, Luciano. *Estado Novo*. In: *Verbete CPDOC*. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/estado-novo>. Acesso em: 30 ago.2020.

¹⁹⁵ BOMENY, Helena. *Três decretos...*, p.139.

¹⁹⁶ GOMES, Ângela de Castro. *A invenção...*, p.327.

de Jorge Ferreira, que destacou que muitos trabalhadores se sentiam gratos a Vargas pelas benesses recebidas através da nova política trabalhista¹⁹⁷.

A partir destas dimensões, observamos que, embora o Estado Novo tenha desempenhado um papel autoritário e intervencionista, ainda assim, foi estabelecida e construída uma relação positiva entre o governo getulista e os trabalhadores brasileiros.

Ocorreu nesse momento, de forma notável, a valorização do trabalhador e a construção de uma reciprocidade entre o Estado nacional Getulista e o operariado urbano. Nesse contexto, cidadania e trabalho se tornaram expressões complementares¹⁹⁸, em um processo no qual democracia era sinônimo de cidadania social, representada pela aquisição de direitos sociais, amparo e a garantia do cumprimento daquilo que se encontrava na legislação trabalhista. Sobre democracia, Michelle Macedo pontua que Getúlio Vargas foi a figura definidora no processo de transição para esse modelo, seja pela adesão ou pela oposição¹⁹⁹.

Percebemos também que: “O grande projeto político a ser materializado no Estado Novo, iniciado com a Revolução de 1930, tinha como núcleo central a construção da nacionalidade e a valorização da brasilidade, o que vale dizer a afirmação da identidade nacional brasileira”.²⁰⁰ Sobre a herança estadonovista, Ângela de Castro Gomes afirma que:

Sem dúvida, aquele período modernizou a administração pública e deixou saldos favoráveis em termos de desenvolvimento econômico e social, embora restringindo a cidadania civil e eliminando a cidadania política. Portanto, se os trabalhadores até hoje veem Getúlio Vargas como uma liderança que lhes concedeu direitos básicos, tal fato precisa ser entendido e enfrentado. É óbvio que a classe trabalhadora e o povo brasileiro perderam muito durante a ditadura do Estado Novo. Mas receberam um reconhecimento até então desconhecido. Olhando por essa perspectiva, o Estado Novo deixou como matriz a ideia de que, no Brasil, só um Estado forte pode ser eficaz e que os procedimentos democráticos são onerosos e frequentemente inúteis, pela inépcia e corrupção dos políticos “profissionais”.²⁰¹

Diante disso, percebemos que o projeto político nacionalista de valorização ao trabalhador nacional foi levado em consideração e colocado em prática pelo Estado Novo, seja pelas leis ou pelos investimentos nas diversas esferas sociais, ou, ainda, pela geração

¹⁹⁷ FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil...*, 2011.

¹⁹⁸ FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil...*, p.41.

¹⁹⁹ MACEDO, Michelle. *O movimento queremista...*, p.27.

²⁰⁰ BOMENY, Helena. *Três decretos*, p.151.

²⁰¹ GOMES, Ângela de Castro. “Estado Novo: ambiguidades e heranças do autoritarismo no Brasil”. IN: GOMES, Ângela. *Brechó: estudos de história política e historiografia*. Curitiba: Editora Prismas, 2018, p.261.

de novas oportunidades de emprego, conquistadas essas obtidas a partir das diversas criações e inaugurações ocorridas nas décadas de 1930 e de 1940.

São, portanto, inegáveis as conquistas e os avanços obtidos pelos trabalhadores brasileiros durante este período e essa herança têm os acompanhado até hoje. A exemplo desses ganhos podemos mencionar a legislação trabalhista, implantada e garantida ainda nos primeiros anos do governo Vargas. Essas conquistas, levaram a construção de uma relação de reciprocidade entre o governo e povo que podem ser vistas durante o Estado Novo, assim como também podem ser visualizadas no movimento queremista, no retorno de Vargas em 1951, por voto direto e posteriormente na convulsão social ocorrida com a sua morte no dia 24 de agosto de 1954.

2.2. “Nós queremos Getúlio” – Uma análise do Movimento Queremista

Anterior ao movimento queremista, a partir da decretação da Lei Constitucional nº9, de fevereiro de 1945, iniciou-se no Brasil o processo de redemocratização. A Lei previa em seus artigos, entre outros pontos, que: “ Art.77. O Presidente da República será eleito por sufrágio direto em todo o território nacional”; assim como: “Art. 79. O período presidencial será de seis anos”.²⁰² Diante disso, percebemos já uma articulação que previa a abertura do sistema político. Ainda neste ano, no mês de abril, ocorreu a fundação da União Democrática Nacional (UDN), que tornou-se uma expressiva força política de oposição a Getúlio Vargas e aos seus aliados. Para Maria Vitória Benevides, a UDN surge como uma:

Associação de partidos estaduais e correntes de opinião” contra a ditadura estadonovista, caracterizou-se essencialmente pela oposição constante a Getúlio Vargas e ao getulismo. Embora tenha surgido como uma frente, a UDN organizou-se em partido político nacional, participando de todas as eleições, majoritárias e proporcionais, até 1965. Seu principal adversário das urnas era o Partido Social Democrático (PSD), de representação majoritária no Congresso.²⁰³

A partir da fundação da UDN, portanto, o governo getulista passou a enfrentar mais uma frente oposicionista. Cabe ressaltar que na semana seguinte a sua criação foi concedida a anistia geral aos condenados por crimes políticos no Brasil pelo Decreto-lei nº 7.474.

²⁰² *LEI CONSTITUCIONAL Nº 9, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1945*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicon/1940-1949/leiconstitucional-9-28-fevereiro-1945-365005-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 13 jan.2019.

²⁰³ BENEVIDES, Maria. União Democrática Nacional (UDN). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/uniao-democratica-nacional-udn>>. Acesso em: 13 jan.2019.

Entre os presos políticos anistiados estavam Luís Carlos Prestes²⁰⁴, Gregório Bezerra²⁰⁵, e Carlos Marighella²⁰⁶, dentre outros.

Todavia, a imagem de Vargas já estava desgastada, sobretudo em meio à Segunda Guerra Mundial, quando foi associada aos líderes fascistas europeus. A luta contra o fascismo e a entrada do Brasil na guerra, como destacamos, foi utilizada pelos opositores nas campanhas de oposição a Vargas, que relacionaram a sua imagem à tirania e às contradições políticas. Desta forma, Vargas passou a ser comparado com o “Duce” e/ou o “Führer”, conforme um trecho do *jornal “Correio da Manhã”*:

Não sabemos o título do chefe do Governo porque presidente da República não é. Ele o era oriundo do voto, até p doá 10 de novembro de 1937, quando pela calada da noite, desfechou o golpe contra a nação, surpreendida e desarmada. Desde então, presidente não é porque ninguém lhe deu esse título. Ditador diz que é. Duce ou Führer, não se animou ainda a se intitular.²⁰⁷

A partir de então “Os grupos liberais tentaram provar, de todas as formas, a sua concepção de que Getúlio Vargas era incompatível com a natureza da política brasileira. Para eles, democracia e Vargas não combinavam”.²⁰⁸ Paralelo a isso, incorporaram o nome do brigadeiro Eduardo Gomes no cenário político, como o próximo presidente da República. Neste momento, Gomes foi associado a palavra democracia e apresentado pela

²⁰⁴ Luís Carlos Prestes nasceu em Porto Alegre no dia 3 de janeiro de 1898, filho de Antônio Pereira Prestes, oficial do Exército da arma de engenharia, e de Leocádia Felizardo Prestes, professora primária. Além de Luís Carlos, o casal teve quatro filhas. A família Prestes mudou várias vezes de residência, transferindo-se de Porto Alegre para Alegrete (RS) e voltando depois à capital gaúcha, de onde viajou para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal. ALVES, Alzira e CARNEIRO, Alan. Luís Carlos Prestes. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/prestes-luis-carlos>>. Acesso em: 13 jan.2019.

²⁰⁵ Gregório Lourenço Bezerra nasceu em Panelas de Miranda, hoje Panelas (PE), no dia 13 de março de 1900, filho de Lourenço Bezerra e de Belarmina Conceição, lavradores pobres. Aos quatro anos de idade iniciou-se no trabalho agrícola, auxiliando a família. Mudou-se ainda muito jovem para Recife, onde trabalhou como empregado doméstico, carregador, vendedor ambulante de jornais e ajudante de obras. Operário da construção civil, foi preso pela primeira vez em 1917, ano de grandes greves em vários pontos do país, quando participava de uma passeata nas ruas da capital pernambucana. COUTINHO, Amélia. Gregório Lourenço Bezerra. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gregorio-lourenco-bezerra>>. Acesso em: 13 jan.2019.

²⁰⁶ Carlos Marighella nasceu em Salvador no dia 5 de dezembro de 1911, filho de Augusto Marighella, mecânico nascido na Itália, e de Maria Rita Marighella, descendente de escravos africanos. Desde cedo, Carlos Marighella foi influenciado pelas idéias socialistas de seu pai. Depois de concluir os estudos básicos no Ginásio da Bahia, matriculou-se, em 1929, no curso de engenharia civil da Escola Politécnica, também em Salvador. No início da década de 1930, ainda estudante, ingressou no Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB). Devido à militância, foi preso pela primeira vez em 1932, tendo que abandonar os estudos. Ainda assim, depois de solto, continuou a atuar junto ao movimento estudantil baiano. MALIN, Mauro. Marighella, Carlos. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/marighella-carlos>>. Acesso em: 13 jan.2019.

²⁰⁷ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 2 de março de 1945, p.10. Edição 15438. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194. Acesso em: 14 jan.2019.

²⁰⁸ MACEDO, Michelle. *O movimento queremista...*, p.34.

oposição como o candidato a levaria a o povo. O apoio à candidatura de Gomes foi massivo e:

Mobilizou amplos setores sociais: oligarquias que perderam o poder a partir de 1930, antigos aliados de Vargas que se sentiram traídos, indivíduos que apoiaram o golpe de 1937 mas se desligaram do Estado Novo antes de 1945, intelectuais liberais e até mesmo as tendências esquerdistas, como socialistas – membros da União Democrática Socialista – e comunistas dissidentes da linha oficial do partido.²⁰⁹

Todavia, como relata Michelle Macedo, a campanha udenista não conseguiu fascinar os trabalhadores, mesmo falando em nome do povo. Foi nesse novo cenário político que, a partir de março de 1945, uma série de conflitos começaram a ocorrer, indicando um maior apoio a Getúlio Vargas por parte dos trabalhadores, num movimento que ficou conhecido posteriormente como Queremismo.

Os liberais não conseguiam entender o porquê de os trabalhadores reivindicarem a permanência de Vargas no poder, uma vez que relacionavam o seu governo ao autoritarismo. Sendo assim, tentando buscar explicações para tal fato, associaram as reivindicações dos trabalhadores pela permanência de Vargas à propaganda do estado que, segundo eles, teria “criado uma imagem bondosa do Estado e do ditador Getúlio Vargas”.²¹⁰ Nesse sentido, a explicação liberal: “[...] denunciava a aplicação, nos anos do Estado Novo, das técnicas de propaganda política de massa pelo DIP, importadas da Alemanha nazista, sobre uma população pobre, analfabeta e ignorante, permitindo que, no ocaso da ditadura, surgissem tais constrangimentos”.²¹¹

Aqui, observamos como a oposição apontou para a propaganda enquanto uma ferramenta política que justificava a escolha de Vargas pelo povo. Notamos, assim, que era superestimada a anulação da consciência política dos trabalhadores, que chegaram a ser descritos na grande imprensa como: “[...] desordeiros, provocadores, arruaceiros, bêbados, exaltados, violentos, selvagens, entre outras qualificações”.²¹²

Para a oposição, esse trabalhador, adepto ao queremismo, não passava de um alienado ou uma massa de manobra do estado. Contrapondo a essa ideia, Elza Borghi menciona que: “Não se pode atribuir o apoio incontestado das massas à sua ignorância ou à

²⁰⁹ MACEDO, Michelle. *O movimento queremista...*, p.36.

²¹⁰ MACEDO, Michelle. *O movimento queremista...*, p.42.

²¹¹ FERREIRA, Jorge. *Queremismo, trabalhadores e cultura política*. VARIA HISTORIA, nº28, Dezembro, 2002, p.72.

²¹² FERREIRA, Jorge. *Queremismo, trabalhadores...*, p.72.

força da propaganda de seu mito, como fazia o pensamento liberal”²¹³. Não obstante a isso, Jorge Ferreira destaca que:

O quererismo, antes de ser apressadamente interpretado como vitória final de um suposto condicionamento homogeneizador da mídia do Estado Novo, expressou uma cultura política popular e a manifestação de uma identidade coletiva dos trabalhadores, resultados de experiências vividas e partilhadas entre eles, ao mesmo tempo políticas, econômicas e culturais, antes e durante o primeiro governo de Vargas.²¹⁴

Ainda para Jorge Ferreira, por mais eficaz que uma propaganda política seja, ela por si não é capaz de sustentar uma personalidade pública por tantas décadas. Ou seja: “O mito Vargas e o movimento que decorre dele, o quererismo, expressavam um conjunto de experiências que, longe de se basear em promessas irrealizáveis, fundamentadas tão somente em imagens e discursos vazios, alterou a vida dos trabalhadores”.²¹⁵ Um dos exemplos dessa alteração pode ser visto na incorporação das leis sociais, que não devem ser menosprezadas:

É muito difícil, hoje, imaginar um mundo sem um conjunto de leis sociais que resguardem os direitos dos trabalhadores. Esse mundo, no entanto, já existiu – e aqueles que pediam a continuidade de Vargas o conheceram. No caso brasileiro, entre 1931 e 1934, em apenas quatro anos, portanto, toda a legislação trabalhista, a exceção do salário mínimo, foi promulgada: limitação da jornada de trabalho, regulamentação do trabalho feminino e infantil, horas extras, férias, repouso semanal remunerado, pensões e aposentadorias, criação da Justiça do Trabalho, etc. O impacto das leis sociais entre os assalariados não pode ser minimizado.²¹⁶

Os quereristas relacionavam a figura de Vargas às leis sociais, à cidadania social e à valorização do trabalho. Diante disso, a imagem negativa dos opositores sobre os trabalhadores fortaleceu-os. Vargas, em uma entrevista ao *Correio da Manhã*, afirmou que não havia nele qualquer preocupação de ordem pessoal e nem tampouco estaria cogitando candidaturas²¹⁷, reafirmando o seu desinteresse pelo assunto também no discurso que proferiu no dia do Trabalho. Todavia, ainda assim, os trabalhadores insistiam e clamavam: “Queremos Getúlio!”²¹⁸

²¹³ CABRAL, Elza. O quererismo na redemocratização de 1945. Dissertação de mestrado. Niterói: UFF, 1984, p.55.

²¹⁴ FERREIRA, Jorge. *Quererismo, trabalhadores...*, p.70.

²¹⁵ FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil...*, 2011.

²¹⁶ FERREIRA, Jorge. *Quererismo, trabalhadores...*, p.73

²¹⁷ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 3 de março de 1945, p.12. Edição 15439. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194. Entrevista de Vargas à imprensa. Acesso em: 14 jan.2019.

²¹⁸ MACEDO, Michelle. *O movimento quererista...*, 2013.

Sem entender o motivo do crescimento de pessoas favoráveis a Vargas, a oposição continuou a desmerecer seus feitos e a associá-lo ao fascismo. Mesmo assim, o prestígio de Vargas aumentava. É interessante pontuar que, de acordo com Michelle Macedo, mesmo os setores sociais²¹⁹ mais atingidos pelo “esforço de guerra” engrossaram as fileiras a favor de Getúlio.²²⁰

O movimento pró Getúlio cresceu e tornou-se mais organizado em maio de 1945, sendo reconhecidamente intitulado como “Movimento Queremista”. O Queremismo foi um movimento político que defendeu a permanência de Vargas na presidência do Brasil até o fim dos trabalhos da nova Assembleia Constituinte e também a sua candidatura ao Executivo nacional. Para Jorge Ferreira:

O queremismo, inicialmente um conjunto de manifestações populares de reações aos insultos a Vargas, tornou-se, a partir daí um movimento com feições mais definidas em termos organizacionais e políticos, sobretudo com a fundação do Comitê Pró-Candidatura Getúlio Vargas do Distrito Federal e o apoio, discreto, do DIP, do Ministério do Trabalho e de empresários que apoiavam o governo.²²¹

Na conjuntura do fim do Estado Novo e da Lei eleitoral de maio de 1945, houve ainda a fundação do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB²²², por meio de políticos e de grupos próximos ao presidente, e a inauguração em julho do Comitê Pró Candidatura de Vargas. Nesse contexto, foram marcadas eleições diretas para presidente no dia 02 de dezembro deste mesmo ano, pelo decreto-lei nº7.586, que também promulgou o terceiro Código Eleitoral, que permitiu eleições diretas para a presidência da República e para os governos estaduais. Também nesse mês ocorreu a oficialização do queremismo: “A partir daí as denominações “queremista”, “queremos” e “queremismo” foram oficializadas e a fundação de comitês tornou-se notícia frequente nos jornais”.²²³

No dia 18 de maio de 1945, *O Jornal*²²⁴, já manifestava a sua preocupação em relação à campanha intitulada por eles de continuísmo, relatando que foram pixadas casas

²¹⁹ Os setores sociais que a Michelle Macedo se refere são os operários, uma vez que para aumentar a produção nacional, a jornada de trabalho mudou para 10 horas, a lei de férias foi suspensa, a lei que estabelecia o pagamento de horas extras e a lei que regulamentava o trabalho noturno de crianças e mulheres também sofreram modificações.

²²⁰ MACEDO, Michelle. *O movimento queremista...*, p.45

²²¹ FERREIRA, Jorge. *Queremismo, trabalhadores...*, p. 74.

²²² Partido político de âmbito nacional fundado no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 15 de maio de 1945, e extinto em outubro de 1965 em decorrência da aplicação do Ato Institucional nº 2. MORAIS, Marieta. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965). Disponível em:<<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/partido-trabalhista-brasileiro-1945-1965>>. Acesso em: 14 jan.2019.

²²³ MACEDO, Michelle. *O movimento queremista...*, p.52.

²²⁴ O Jornal foi escolhido pois essa edição em específico atende os objetivos desse trabalho.

particulares em Natal: “NATAL, 17 (Meridional) – Pela quarta vez consecutiva as paredes das casas particulares amanheceram pixadas e pintadas com grandes letras “Queremos Getúlio”. O fato vem assumindo aspecto de gravidade e proporções nunca vistas”. Continuando a reportagem, a matéria afirmava que a campanha precisava ser reprimida.²²⁵ Percebemos aqui o alarme e a preocupação que o movimento queremista passou a causar e sua intensificação a partir da sua oficialização.

Ainda em maio, o Partido Comunista do Brasil – PCB²²⁶ voltou à legalidade, obtendo seu registro eleitoral para participar das eleições. E, em julho, foi fundado o Partido Social Democrático – PSD²²⁷, a partir da ação de lideranças políticas ligadas a Vargas no Estado Novo, em oposição à candidatura de Eduardo Gomes à presidência, e o posterior lançamento do general Eurico Gaspar Dutra como candidato presidencial.

Nesse mesmo mês, o queremismo contou com uma organização maior, marcada pela realização de comícios e por um maior investimento em propagandas. Conforme José Antônio Aranha, líder queremista: “Está na hora de mostrarmos que o povo não é uma massa amorfa e inconsciente, mas uma expressão viva e poderosa”.²²⁸

Os jornais continuaram a se manifestar, apresentando a campanha queremista em diversos lugares do Brasil. No dia 27 de julho de 1945, *O Jornal*, publicou: “Queremismo no interior cearense”, descrevendo que: “Continua em todo o interior o queremismo descobrindo-se a existência de uma placa da sede do PSD da cidade de Iguatú, com os seguintes dizeres: “Em primeiro lugar Getúlio, em segundo Dutra, e em terceiro Menezes Pimentel”.²²⁹ Notamos que o movimento se fortaleceu e se espalhou para vários lugares do Brasil.

Com o passar do tempo eram cada vez maiores a expressividade e o crescimento do movimento queremista. A própria UDN não podia mais negar isso, pois o seu maior rival

²²⁵ *O Jornal*. Rio de Janeiro, 18 de maio de 1945. Edição 07684. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_04&pasta=ano%20194. Acesso em: 15 jan.2019.

²²⁶ ALVES, Alzira. Partido Comunista Brasileiro. In: Verbetes CPDOC. Disponível em: << <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-brasileiro-pcb>>>. Acesso em: 14 jan.2019.

²²⁷ HIPÓLITO, Lúcia. Partido Social Democrático. In: Verbetes CPDOC. Disponível em: << <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-social-democratico-psd-1945-1965>>>. Acesso em: 14 jan.2019.

²²⁸ Entrevista de José Antônio Aranha – líder queremista ao Jornal O Globo, no dia 28 de maio de 1945. P.40-41. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=194019450504>. Acesso em: 15 jan.2019.

²²⁹ *O Jornal*. Rio de Janeiro, 27 de julho de 1945. Edição. 07744. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_04&pasta=ano%20194. Acesso em: 15 jan.2019.

nesse momento era Vargas, mesmo não tendo se candidatado. Diante disso, mais uma vez com o objetivo de desmerecer o movimento, a oposição associava esse crescimento à propaganda que, segundo eles, fora demagógica e alienante no Estado Novo.²³⁰

De acordo com os ganhos materiais e simbólicos conquistados pelo trabalhador, que durante a Primeira República não tinha garantias, assim como devido à valorização da noção de trabalho, ocorrida após 1930, não podemos considerar que o povo tenha se associado a Vargas em 1945 simplesmente pela difusão de propagandas políticas. Conforme foi asseverado, a propaganda, por si só, não explica os laços construídos entre os trabalhadores e o presidente.

O trabalhador brasileiro, antes de mais nada, era um sujeito histórico que possuía cultura política²³¹, reconhecia os feitos de Vargas e que, por isso, acreditou que naquele momento seria melhor permanecer ao lado dele, uma vez que o mesmo garantiu e poderia continuar garantindo a realização dos seus interesses. Ou seja, os trabalhadores optaram por aquilo que eles acreditavam ser mais benéfico, o que pode ser pensado na perspectiva de Peter Burke, quando afirma que: “a mente das pessoas não é como uma folha de papel em branco em que as elites escrevem o que querem”.²³²

A oposição não aceitava esse argumento e continuava a combater o queremismo nos jornais, o que pode ser observado na intensificação de ataques ao movimento, a partir de agosto de 1945. No início desse mês, *O Jornal*, publicou uma reportagem sob o título: “O queremismo e o golpismo”. No corpo do texto defendia que: “O queremismo e o golpismo são, direta ou indiretamente, obra de invenção estadonovista, para caracterizar duas correntes políticas de tendências radicalmente perversas”²³³. A oposição enxergava o movimento como fruto das políticas implementadas durante o Estado Novo.

Já no dia 04 de agosto de 1945 foi divulgado em *O Radical* um manifesto dos trabalhadores, que contribui para a percepção de que os queremistas não se associaram a Vargas somente pela manipulação, uma vez que no texto foram indicados os sentimentos de gratidão e de reconhecimento de todas as benesses conquistadas por eles durante o período em que o presidente esteve no poder.

²³⁰ MACEDO, Michelle. *O movimento queremista...*, 2013.

²³¹ Segundo Jorge Ferreira, entende-se por cultura política: “Todo o conjunto de atitudes, representações sociais e códigos de comportamento que forma as crenças, ideias e valores socialmente reconhecidos por um setor, grupo ou classe social”. FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil...*, p.32.

²³² BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1981.

²³³ *O Jornal*. Rio de Janeiro, 03 de agosto de 1945. Edição 07750. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_04&pasta=ano%20194. Acesso em: 15 jan.2019.

[...] Mas porque, então, falam hoje tanto em operário; em proteção ao operário, em casa para o operário, quando antigamente, antes do advento getuliano, eles, os tais ‘democratas’, não se lembravam do operário nas suas campanhas políticas e nos parlamentos? [...] Ao menos um grande benefício ele nos prestou: despertou na sua consciência o valor que representa dentro da nação o que sempre lhe foi negado; deu-lhe personalidade, civismo e liberdade para fazer valer os seus direitos que sempre lhe negaram os tais ‘democratas’. [...]

[...] Operário! Em que democracia brasileira você foi recebido no Palácio do Catete? Em que democracia brasileira você escreveu uma carta ao Presidente da República e obteve resposta prontamente? Em que democracia brasileira você se hobreou, nas ruas, com o Presidente da República e teve a honra de apertar-lhe a mão? Em que democracia brasileira você teve o prazer de ver o Presidente da República tomar nos braços o seu filho querido, pobre, mas tão brasileiro quanto os filhos dos tais ‘democratas’? [...]

[...] É por isso que eles os tais ‘democratas injuriam o Presidente Vargas, taxando-o de fascista e nos chamam de “BAGUNCEIROS, ANALFABETOS E BÊBADOS”.²³⁴

Nesse contexto, os embates continuam, junto às divulgações de notícias contrárias ao movimento pelos grupos de oposição a Vargas. No dia 05 de agosto de 1945, *O Jornal*, divulgou em sua manchete: “O quererismo e a violência”. Essa reportagem retratou a violência que estava ocorrendo em alguns estados em virtude do movimento. Segundo o jornal, essa violência ocorria: “Ora disfarçada, ora ostensiva, mas sempre e cada vez mais ridícula”.²³⁵ Mesmo diante da oposição, o movimento se fortalecia cada dia mais. Um exemplo dessa dimensão pode ser visto no discurso realizado pelos seus componentes em São Paulo, publicado pelo *O Jornal*, no dia 07 de agosto. Nesse discurso, 31 pessoas e 8 oradores declamaram o que ficou registrado como: “Onde Getúlio morrer morreremos com ele”.²³⁶ As publicações no *O Jornal*, durante os meses iniciais do ano de 1945, giraram em torno de Getúlio e posteriormente do quererismo. O intuito era menosprezar, ridicularizar e diminuir o movimento.

Mesmo assim, o movimento foi tomando corpo e sua repercussão só aumentava. Um exemplo de seu fortalecimento foi a realização, no dia 20 de agosto de 1945, do grande comício quererista, que ocorreu no Largo da Carioca e surpreendeu a oposição. Para

²³⁴ *O Radical*. Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1945, p.6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830399&pesq=O%20RADICAL>. Acesso em: 16 jan.2019.

²³⁵ *O Jornal*. Rio de Janeiro, 05 de agosto de 1945. Edição 07752. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_04&pasta=ano%20194. Acesso em: 16 jan.2019.

²³⁶ *O Jornal*. Rio de Janeiro, 07 de agosto de 1945. Edição 07753. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_04&pasta=ano%20194. Acesso em: 16 jan.2019.

Michelle Macedo, o objetivo dos queremistas era mobilizar o maior número de pessoas. Para isso: “Promoveram uma grande campanha entre 15 e 18 de agosto, convocando a população a participar do grande comício do dia 20”. A autora acrescenta que não foi apenas o Rio de Janeiro que se engajou nos preparativos para o comício, já que outras capitais, da mesma forma: “Amanheceram cobertas de cartazes, faixas, boletins e retratos de Getúlio Vargas”.²³⁷ Diversos cartazes foram colados para o comício e um deles foi publicado, pelo *O Jornal*, trazendo os seguintes dizeres:

Neguem todos a obra do PRESIDENTE VARGAS,
Menos os trabalhadores!
Se Getúlio Vargas não é candidato, ele não poderá,
entretanto, recusar ao povo o direito de candidatá-lo.
O povo lança pois a sua candidatura. ²³⁸

Observamos nesse cartaz a inconformidade do povo em aceitar o fato do presidente Vargas não se candidatar. No dia seguinte, *O Jornal* propagou notícias sobre o comício ocorrido em 20 de agosto de 1945. O dia 21 de agosto de 1945, que sucedeu o comício queremista, repercutiu nos jornais. Um exemplo dessa repercussão pode ser visto nas publicações do *O Jornal*, que destacou em sua manchete: “O sr Getúlio Vargas prometeu achar um caminho, com o povo, para a felicidade do Brasil”. No corpo dessa manchete, o periódico se preocupou em narrar os principais acontecimentos ocorridos no comício queremista, ressaltando que: “O comício “queremista” encerrou-se com uma visita ao palácio Guanabara”.

Não obstante a essas informações, *O Jornal*, mencionou um conflito ocorrido na durante o retorno dos queremistas: “Grupos de “queremistas” provocaram desordens em várias partes e ameaçaram redações de jornais”²³⁹. O objetivo dos jornais de oposição a Vargas era desqualificar o movimento, minimizando as ações queremistas. Todavia, o interessante, a partir desse comício, foi a manifestação do povo diante da proposta de apoio a um outro candidato que não fosse Getúlio. Sobre isso, *o Jornal* descreve que diante da invocação do nome de Dutra como candidato do povo, uma expressiva massa de trabalhadores continuava a pedir por Getúlio: “Diz o locutor: o general Dutra é o candidato do povo. A chuva continuou. O comício também: Queremos Getúlio, Queremos

²³⁷ MACEDO, Michelle. *O movimento queremista...*, p.64.

²³⁸ *O Jornal*. Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1945, 1ª seção. Edição 07762. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_04&pasta=ano%20194. Acesso em: 16 jan.2019.

²³⁹ *O Jornal*. Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1945. Edição. 07765. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_04&pasta=ano%20194. Acesso em: 16 jan.2019.

Getúlio”²⁴⁰. Diante de tais declarações, percebemos que o povo não queria um outro candidato que o representasse, eles queriam Getúlio, que em suas percepções era o homem que melhor continuaria representando a classe trabalhadora.

Não apenas a oposição era forte, a propaganda política dos queremistas foi igualmente grande: “ Com recursos financeiros obtidos, os queremistas também compravam páginas de jornal para propagar sua campanha; afinal de contas era difícil conseguir espaço na grande imprensa, praticamente toda anti-getulista”.²⁴¹ Nesses boletins redigidos pelos queremistas e encaminhados ao povo, horários e datas dos comícios eram divulgados, além de textos que objetivavam explicar as motivações do movimento. Vejamos um exemplo do dia 17 de agosto de 1945:

Nós queremos Getúlio
 Porque Getúlio representa o bem do Brasil;
 Porque Getúlio fez de um país grande uma grande potência;
 Porque Getúlio soube dirigir e resguardar o Brasil na fase mais tormentosa que a humanidade passou;
 Porque Getúlio é um gênio político de que o Brasil se orgulha e o brasileiro se envaidece;
 Porque Getúlio é um homem do povo e porque Getúlio tem um bom coração;
 Porque Getúlio só tem compromissos com os homens que trabalham e por eles é estimado;
 Porque os políticos não gostam de Getúlio;
 Porque, antes de Getúlio, o trabalhador, o vagabundo e o criminoso se confundiam no mesmo caso de polícia;
 Porque Getúlio viu que o trabalhador tinha deveres e lhe deu direitos; tinha família e lhe deu assistência; tinha fome e lhe deu pão; estava doente e lhe deu hospital; que ficava velho e lhe deu aposentadoria; [...] que o trabalhador tinha filho e lhe deu escola; que o operário era homem e lhe deu a mão; enfim, Getúlio viu que o trabalhador era gente e lhe deu uma situação na sociedade.
 É por isso que
 Nós queremos Getúlio.²⁴²

Observamos neste boletim queremista o apelo ao trabalhador, para que ele refletisse sobre a sua realidade no período anterior a Vargas. Diante desse escrito, notamos como o movimento reforçava que que Vargas foi o presidente responsável em levar o trabalhador a alcançar um lugar na sociedade, ou seja, se antes esse sujeito não ocupava um lugar reconhecido de forma legal, essa perspectiva foi modificada. Nessa leitura, ele obteve,

²⁴⁰ *O Jornal*. Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1945. Edição. 07765. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_04&pasta=ano%20194. Acesso em: 16 jan.2019.

²⁴¹ MACEDO, Michelle. *O movimento queremista...*, p.66.

²⁴² *O Jornal*. Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1945, p.3. Edição. 07762. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_04&pasta=ano%20194. Acesso em: 16 jan.2019.

ganhos materiais como escola, aposentadoria, hospitais, e ganhos simbólicos como a figura paternalista de Vargas. Foram conquistas que o trabalhador brasileiro levou muito tempo para obter e que contribuíram para o presidente tornar-se sinônimo de conquistas trabalhistas e simbólicas antes não vivenciadas.

Diante do crescimento queremista e após seu primeiro comício, os jornais continuam a atacar e diminuir o movimento. Em contrapartida, a popularidade e prestígio de Vargas aumentava. Sobre o episódio em que supostamente houve um homem que tentou matá-lo, a autora Michelle Macedo destaca que a população, indignada, pediu o linchamento do suposto assassino. Percebemos, aqui, que o clima de tensão estava instaurado e crescente. Nesse clima, a UDN tentou realizar uma campanha anti-queremista, na qual foram distribuídos boletins sob o título: “Queremos Getúlio em São Borja”:

Nós queremos açúcar,
 Nós queremos carne,
 Nós queremos o fim do câmbio negro,
 Nós queremos vida barata,
 E, por isso, nós queremos
 GETÚLIO VARGAS, em SÃO BORJA. ²⁴³

A oposição persistia, assim como as informações que objetivavam diminuir o governo. Assim, cinco dias antes do primeiro grande comício queremista, aconteceu um fato que desconcertou tanto o PSD quanto a UDN: Prestes declarou apoio a Vargas. A união política entre o “Cavaleiro da Esperança” e o “Pai dos Pobres” preocupou a oposição, que logo encontrou nessa união um argumento para criticar um pouco mais o governo getulista:

A nação Brasil fica assim sabendo do que se está passando, na sala de espera de um presídio, entre o chefe do governo e o chefe dos rebeldes. Sob o olhar malicioso dum regime fascista em falência aberta, que se pintará de vermelho pela metade e se rotulará de democrático. ²⁴⁴

Após a legalização do PCB, na realização de seu primeiro comício, Prestes fez questão de deixar claro os motivos que o levaram a unir-se a Vargas politicamente:

Antes da guerra, nós, comunistas, lutávamos contra a democracia burguesa aliada dos senhores feudais mais reacionários e submissa ao capital estrangeiro colonizador, opressor, explorador e imperialista. Hoje, o problema é outro, a democracia burguesa volta-se para a esquerda, a classe operária tem a possibilidade de aliar-se com a pequena burguesia do campo e da cidade e com parte democrata e progressista da burguesia

²⁴³ *O Jornal*. Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1945, p.2. Edição. 07768. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_04&pasta=ano%20194. Acesso em: 17 jan.2019.

²⁴⁴ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 10 de abril de 1945, p.4. Edição. 15470. Edição 15667. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194. Acesso em: 17 jan.2019.

nacional contra a minoria reacionária e aquela parte igualmente reacionária do capital estrangeiro colonizador.²⁴⁵

O Queremismo evoluiu e caminhava para o seu segundo grande comício, que ocorreu no dia 30 de agosto de 1945: “Durante os discursos, toda vez que o nome do chefe de governo era pronunciado, o seguinte estribilho era cantado: Ge-tú-lio [...] Outras vezes cantavam: Queremos Getúlio”.²⁴⁶ Todavia, assim como no primeiro comício, Vargas declarou seu desejo de encerrar sua vida política:

Está traçado o caminho das urnas. [...] Portanto, é preciso que os cidadãos se alistem para votar. A arma do cidadão é o voto depositado nas urnas. Deste modo, ele fará pesar a sua vontade. Mas o voto consciente, não o voto de cabresto dos cabos eleitorais. [...] Eu quero apenas presidir a essas eleições, para que o povo brasileiro escolha livremente o seu representante. Representantes que serão mandatários de suas aspirações e os obreiros da grandeza do Brasil.²⁴⁷

Os queremistas não aceitavam esse posicionamento e nesse contexto passaram a escrever telegramas que eram: “Correspondências ao presidente transformou-se em um eficiente meio de reivindicação queremista no ano de 1945”. Tais escritos passaram a ser redigidos a Vargas, pois as pessoas entendiam que os telegramas eram: “[...] um eficiente meio de comunicação com o presidente”.²⁴⁸ Essas correspondências vinham de todos os lugares do Brasil:

Do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Sergipe, Paraíba, Piauí, Amapá, Pará, Amazonas, Mato Grosso, enfim, de norte a sul do país, foram recebidos telegramas pelos comitês queremistas estaduais, os quais os repassavam para o Comitê do Distrito Federal e daí publicadas na imprensa.²⁴⁹

Esses telegramas vindos de várias partes do Brasil ressaltavam: “[...] com insistência, os benefícios alcançados com as leis sociais, mas as repetidas declarações de gratidão e reconhecimento demonstram sensibilidades políticas que dizem algo mais do que a simples constatação dos ganhos materiais obtidos na legislação”.²⁵⁰

O Jornal, no dia 02 de setembro de 1945, publicou alguns desses telegramas, pois, segundo o periódico, devido aos mesmos “O movimento pró candidatura do Sr Getúlio

²⁴⁵ Trecho do discurso de Prestes no comício de 23 de maio de 1945. PRESTES, Luís Carlos. União Nacional para a Democracia e o Progresso. Publicado em: <www.marxists.org/portugues/prestes/1945/05/23>. Acesso em 06 de março de 2019.

²⁴⁶ MACEDO, Michelle. *O movimento queremista...*, p.101.

²⁴⁷ *O Jornal*. Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1945, p.1. Edição. 07774. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_04&pasta=ano%20194. Acesso em: 06 mar.2019.

²⁴⁸ MACEDO, Michelle. *O movimento queremista...*, p.74 e 90.

²⁴⁹ MACEDO, Michelle. *O movimento queremista...*, p.75.

²⁵⁰ FERREIRA, Jorge. *Queremismo, trabalhadores...*, p.79

Vargas à Presidência da República cada vez mais se agiganta, tomando proporções imprevisíveis”. Acrescenta que continuariam: “[...] na tarefa de divulgação de outras expressivas mensagens encaminhadas à sua Excelência”²⁵¹.

A seguir, mencionaremos alguns telegramas²⁵². O primeiro que cito veio de Uberaba: “Lutei na revolução de 30 e estou lutando até hoje ao lado de V. Excia, pois venho respeitosa e, em meu nome e de todos os operários do Triângulo Mineiro solicitar permissão para votar em V.Excia. – Clarimundo Moreira Lemos”. O segundo veio de São Sebastião Paraíso: “Exmo. Sr. Presidente da República. Hoje coração brasileiro vibra de patriotismo e como tal venho testemunhar a V.Excia. minha gratidão. O Brasil mais se convence que é necessário o governo de V.Excia. – Conceição Machado”²⁵³. O terceiro foi escrito em Canaverde:

Habitantes da vila Cana Verde, município de Perdões, hipotecam inteira indissolúvel solidariedade política V.Excia. Adiantando ainda não obedecerem em absoluto nenhuma orientação política do município que seja adversa ao seu ideal. Cordiais saudações. – Cristovão Carneiro, fazendeiro – Dolatino Anastácio Bastos, fazendeiro – Jonas Cipriano Carneiro, fazendeiro – Dirceu Cardoso, farmacêutico – Horácio Cardoso, comerciante – Abílio Cardoso, comerciante e Morel Anastácio Freire. ²⁵⁴

O quarto telegrama veio de Dolores de Indaiá: “Se os ignorantes vos negarem, os sábios vos afirmarão. – Bernardo Costa”²⁵⁵. O quinto foi escrito em São João Del Rey:

Levamos conhecimento V.Excia . que nesta data, reunindo vontade irrevogável de grande número eleitores, resolvemos sufragar próximas eleições nome V.Excia para Presidente República. Não cogitamos saber se V.Excia tem ou não compromissos outro candidato. Entendemos só V.Excia . nesse momento incertezas pode conduzir destinos Patria, elevando cada vez mais gloria e progresso Brasil. Respeitosas saudações. Francisco Guimarães Mata e José Dias Carvalho. ²⁵⁶

O sexto telegrama veio de Patos: “Trabalhadores nesta cidade mandam dizer que estão aguardando ordens de v.excia para o que der e vier. – Tobias Canto, pelos trabalhadores da construção civil”²⁵⁷. O sétimo foi escrito na Paraíba do Sul:

²⁵¹ *O Jornal*. Rio de Janeiro, 02 de setembro de 1945. Edição 07777. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_04&pasta=ano%20194. Acesso em: 07 mar.2019.

²⁵² Estes telegramas foram escolhidos pois compõem a mesma edição do *O Jornal*.

²⁵³ *O Jornal*. Rio de Janeiro, 02 de setembro de 1945. Edição 07776. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_04&pasta=ano%20194. Acesso em: 07 mar.2019.

²⁵⁴ *O Jornal*. Rio de Janeiro..., Edição 07776.

²⁵⁵ *O Jornal*. Rio de Janeiro..., Edição 07776.

²⁵⁶ *O Jornal*. Rio de Janeiro, 02 de setembro de 1945. Edição 07776. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_04&pasta=ano%20194. Acesso em: 07 mar.2019.

²⁵⁷ *O Jornal*. Rio de Janeiro..., edição 07776.

Queira Vossa Excelencia aceitar minhas jubilosas congratulações motivo patriótico ato público determinando sagrar nas urnas próximas eleições nome V.Excia . supremo magistrado Nação. Neste município solidário conduta cívica espero participar ativamente da campanha eleitoral nacional. Respeitosas saudações. – Agostinho Medici²⁵⁸.

A oitava mensagem veio de Petrópolis:

Envio-lhe este telegrama afim de lhe dizer que sei perfeitamente que as eleições decretadas por V.Excia. mas eu ainda espero e tenho fé em Deus que vossencia há de conseguir o posto que ocupa de Presidente da República este é o meu prazer, e de todos os brasileiros que tiverem o mesmo pensamento de justiça. – José de Souza Carvalho²⁵⁹.

Do Estado de Minas Gerais, da capital Belo Horizonte, foi escrito: “Os operários da Companhia fabril, em Belo Horizonte, manifestam solidariedade pela candidatura de V.Excia Presidencia da República, nosso único desejo. Antônio Ernesto de Oliveira e família hipotecam inteira solidariedade V.Excia. e simpatia seu governo”.²⁶⁰ O décimo telegrama veio de Jequitinhonha: “Comunico ilustre acatado chefe que meu voto será dado a Getúlio Vargas para presidência da República como prova do meu reconhecimento de um sertanejo. Saudações. – Luiz Pimenta de Figueiredo”.²⁶¹

Percebemos, a partir da leitura de telegramas publicados pelo *O Jornal*, que o movimento queremista não se restringiu a um lugar específico. Ao contrário disso, alcançou diversas cidades brasileiras. Por outro lado, notamos que o desejo do povo era o da candidatura de Vargas, bem como da constituinte com Getúlio. Esses telegramas manifestavam apoio e ao mesmo tempo reivindicavam um posicionamento do governante, afinal de contas o silêncio de Vargas os incomodava:

Aí vêm as eleições e o nome de V.Excia. continua em silêncio. Na Amazônia o povo não se conforma com esse silêncio. No coração de cada habitante V.Excia. ergueu uma estátua pelo mérito de vossas obras patrióticas e em reconhecimento, nos tugúrios de palha, nas casas de alvenaria, na cidade e no interior, vêem-se o pequenino e o grande retrato de V.Excia. O nome eminente patrício amigo corre de boca em boca desde o palácio à choupana, desde a floresta à cidade lembrado para Presidência da República. O povo diz que desde D.Pedro I V.Excia foi o primeiro presidente que encontrou a chave e abriu as portas de nossa prosperidade e bem-estar. Não é pecado dizer, sem diminuir outros candidatos, que V.Excia. já foi posto a prova como homem, como brasileiro, como administrador, juiz e ainda como amigo dos vossos patrícios. Desiludidos com o sucessivo quadriênio da Velha República, de resultados quase nulos, o povo não quer arriscar-se a um ‘pode ser’ ou solução de continuidade enquanto D. Getúlio Vargas viver. Isto é opinião geral daqui e minha. Não direi a V.Excia. que tenho dez, cem ou mil

²⁵⁸ *O Jornal*. Rio de Janeiro..., edição 07776.

²⁵⁹ *O Jornal*. Rio de Janeiro..., edição 07776.

²⁶⁰ *O Jornal*. Rio de Janeiro..., edição 07776.

²⁶¹ *O Jornal*. Rio de Janeiro..., edição 07776.

votos; V.Excia não precisa de esgrima ou ginástica eleitoral. Direi apenas que meu voto, de minha mulher e de seis filhos pertencem a V.Excia. e ainda de mais quatro se não fossem crianças. Aqui termino pondo ao inteiro serviço de V.Excia. a minha humilde pessoa. (Manoel Marinho da Silva – Óbidos/Amazonas)²⁶²

Os telegramas apontam que, embora a oposição a Vargas tenha crescido, o povo estava com ele. E esse povo, ao contrário do que a oposição preconizava, não se achava ingênuo ou massa de manobra: “Pelo contrário ingenuidade para eles, seria acreditar na oposição”. Em suma, o objetivo dos queremistas, indicado nos telegramas era: “Convencer Getúlio Vargas a aceitar sua candidatura, pois somente ele poderia, segundo a concepção queremista, assegurar leis trabalhistas”.²⁶³

Embora Vargas tenha declarado o desejo de findar sua vida política e se comprometido com o calendário eleitoral, a oposição alarmada e desconfiada não acreditou em nenhuma palavra proferida pelo até então presidente. A essa desconfiança somava-se a percepção de que o povo brasileiro não se identificara com o brigadeiro Eduardo Gomes ou com o general Eurico Gaspar Dutra, os quais, em seus discursos, não conseguiram convencê-los.

O queremismo continua avançando e se antes o lema era: “Queremos Getúlio”, agora, os queremistas gritam por: “Constituinte com Getúlio”. Assim, no dia 03 de outubro de 1945 foi realizado outro comício queremista, no Largo Carioca (centro do Rio de Janeiro), no mesmo dia em que se comemorava a Revolução de 1930. Este não foi um comício apenas local, uma vez que foi transmitido pelo rádio à vários lugares do Brasil. Hugo Borghi, um dos oradores do discurso queremista, redigiu e leu uma ata que comunicava as decisões atribuídas ao povo:

- 1º - A Nação brasileira, representada pela opinião soberana de seu povo, quer as eleições a 2 de dezembro próximo;
- 2º - as referidas eleições devem ser destinadas a eleger os legítimos representantes do povo para comporem a ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, destinada à criação de Estatuto Legal, que deverá reger a vida política do país;
- 3º - as eleições para Presidente da República deverão ser realizadas em época que a nova Constituição elaborada prefixar;
- 4º - o povo determina que S. Excia., o Presidente da República, proceda à convocação imediata de seu Ministério, a fim de atender ao que ficou decidido por essa Assembleia Constituinte, para que se cumpram os trâmites legais da redemocratização do país.²⁶⁴

²⁶² *O Jornal*. Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1945, p.6. Edição. 07774. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_04&pasta=ano%20194. Acesso em: 07 mar.2019.

²⁶³ MACEDO, Michelle. *O movimento queremista...*, p.87.

²⁶⁴ *O Jornal*. Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1945, 1ª seção, p.3.

No dia seguinte, a UDN publicou também um comunicado minimizando o discurso proferido por Borghi. Após esse episódio, as oposições se uniram contra Vargas afim de desenvolver: “[...] entendimentos preliminares no sentido de levar a efeito um movimento cívico com o propósito de realizar, por todo o mês de outubro, manifestações para garantir data das eleições presidenciais a 2 de dezembro”.²⁶⁵ Em resposta a essa proposta e aos insultos recebidos pelos queremistas, os mesmos, redigiram o chamado “Manifesto dos Trabalhadores”, publicado no jornal *O Radical*, no dia 04 de outubro de 1945.

Em algumas partes do país, os operários falavam dos insultos que estavam sofrendo por apoiarem Vargas, sendo tachados de “bagunceiros, analfabetos e bêbados”²⁶⁶. A intenção desse manifesto era deixar claro que seu apoio não estava relacionado à ingenuidade, mas sim por reconhecer que no governo getulista foram recebidos bens materiais e simbólicos antes não vistos ou vividos: “No final, o manifesto chama o trabalhador a refletir sobre qual seria a verdadeira democracia. Seria aquela dos “democratas”? Ou aquela que receberam leis sociais e reconhecimento político”?²⁶⁷

Incansáveis, os queremistas promoveram no dia 13 de outubro de 1945 um novo comício e, embora estivessem insistentes, Vargas permanecia cauteloso, principalmente nas palavras que usava quando fazia suas declarações. Um exemplo dessa cautela e de sua intenção de seguir o calendário eleitoral pode ser verificado a partir de um discurso proferido durante um almoço oferecido na Escola Técnica de Santa Cruz. Nesse discurso, Vargas convocou o povo a se alistar no PTB e reafirmou sua despreensão em efetuar um novo golpe, destacando as vantagens dessa atitude:

1º - defender os trabalhadores das tentativas de absorção por parte dos elementos extremistas; 2º - evitar que os operários constituam uma massa de manobra para os políticos de todos os tempos e de todos os matizes, os quais, depois de eleitos pelos trabalhadores, se esquecem de seus compromissos para com eles assumidos; 3º - que os trabalhadores devam ir às urnas escolhendo os representantes saídos do seu seio e intérpretes de suas aspirações e 4º - que esses representantes farão valer suas opiniões para uma organização constitucional em bases verdadeiramente democráticas.²⁶⁸

²⁶⁵ MACEDO, Michelle. *O movimento queremista...*, p.120.

²⁶⁶ *O Radical*. Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1945, p.6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830399&pesq=O%20RADICAL>. Acesso em: 15 mar.2019.

²⁶⁷ MACEDO, Michelle. *O movimento queremista...*, p.121.

²⁶⁸ *O Jornal*. Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1945, p.7. Edição. 07813. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_04&pasta=ano%20194. Acesso em: 15 mar.2019.

Após esse comício, um outro foi marcado para o dia 26 de outubro, mas não foi realizado. Nesse misto de informações e clima tenso, no dia 28 de outubro foi criado um outro partido de oposição à Vargas – o Partido de Representação Popular – PRP²⁶⁹, fundado pelo líder integralista Plínio Salgado, após ser anistiado e retornar de Portugal. Além disso, no dia 28 de outubro Vargas nomeou seu irmão Benjamim Vargas, como chefe de polícia do Distrito Federal, o que foi encarado pelos seus opositoristas como uma ameaça ao processo de redemocratização. Nesse momento, o clima efervescente teve o seu ápice, culminando na deposição de Vargas no dia 29 de outubro de 1945.

2.3. Da deposição de Vargas à vitória de Dutra

No dia 29 de outubro, ministros militares se movimentaram para depor Getúlio Vargas da presidência do Brasil. Vargas renunciou ao cargo, o que marcou o fim do Estado Novo. Desta forma, José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal, tornou-se o 15º presidente, até a posse do presidente que seria eleito em dezembro. Sobre esse momento Lira Neto discorre que:

No dia 29 de outubro de 1945, contudo, aceitara a humilhante queda sem esboçar reação. Pedira apenas 48 horas para encaixotar objetos pessoais e abandonar o palácio. Talvez no íntimo á planejasse o próprio retorno, como sugeria o depoimento do sobrinho Serafim Dornelles, que o acompanhou no voo do Rio de Janeiro a São Borja.²⁷⁰

De São Borja, Getúlio voltava a afirmar em suas cartas a possibilidade de sacrificar a si mesmo, uma vez que preferia ser lembrado: “Como um mártir que sucumbira em defesa do povo, da pátria e das causas que defendia a ter que passar à memória coletiva como um poltrão que recolhera as armas e baixara a cabeça para os adversários”.²⁷¹ Em uma dessas cartas, o ex-presidente deixou clara a sua insatisfação com o ocorrido, assinalando que este foi um momento dramático em sua vida:

A situação dramática da minha vida no desenrolar dos últimos acontecimentos políticos pode ser resumida em poucas linhas.

Um grupo de políticos, sob pretexto de democratizar o Brasil, lançou mão de um militar [brigadeiro Eduardo Gomes] como candidato à presidência da República, para com ele fazer a desordem. Eram os golpistas.

Lançaram sobre mim, através de uma imprensa sem categoria moral, conhecida campanha de ódio e difamações.

²⁶⁹ Partido político de âmbito nacional fundado em 26 de setembro de 1945 por Plínio Salgado e registrado definitivamente em 10 de novembro do mesmo ano.

²⁷⁰ NETO, Lira. *Getúlio: Da volta pela consagração popular ao suicídio (1945-1954)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p.14

²⁷¹ NETO, Lira. *Getúlio: Da volta pela consagração...*, p.14.

Para manter a ordem, levantei a candidatura doutro militar [general Eurico Gaspar Dutra], declarando reiteradas vezes que não era candidato a qualquer cargo público.

Atendi a tudo que reclamavam no terreno das franquias liberais: liberdade de opinião, de reunião, de propaganda, anistia ampla, lei eleitoral, designação da data para as eleições, formação de partidos etc.

A campanha sistemática contra mim continuara, mas veio afinal a reação do povo em meu favor, revoltado pela injustiça. E foi tão intensa essa reação e de tal forma cercou-me o calor da solidariedade popular que alarmou os que pretendiam aniquilar-me.

Certo dia, um grupo de generais, sob pretexto fútil e abusando dos cargos de confiança de que eu os investia, lançou contra mim um Exército aparelhado de tanques, canhões e metralhadoras, depondo-me do governo.

Retirei-me para uma fazenda no meu estado natal. Vivo só, no meio de gente simples que não sabe trair.

O novo governo que se instituiu para democratizar o país suprimiu todas as liberdades. Em nome da democracia, dera um golpe de força. Para consolidar essa democracia, estabeleceu a censura, proibiu as atividades partidárias e começou a praticar uma série de mesquinhas contra mim, contra minha família, contra meus amigos.

Não satisfeitos com isso, querem arrancar-me ao solo da pátria ou sequestrar-me a liberdade. Talvez só com o meu sacrifício eu consiga remir os inocentes que estão sendo perseguidos e libertar-me das mesquinhas do governo títere togado influenciado por colaboradores odientos ou covardes, muito inferiores à missão que se arrogaram.

Na perspectiva de violências que se aproximam, deixo estas declarações para conhecimento do povo brasileiro.²⁷²

Vargas, sempre que teve oportunidade, indicou que não saiu do governo por livre e espontânea vontade e sim por deposição: “Entre para o governo por uma revolução, saí por uma quartelada”.²⁷³

Enquanto reforçava essa posição, nos bastidores da disputa presidencial encontravam-se Eduardo Gomes, candidato da União Democrática Nacional (UDN) e do outro lado Eurico Gaspar Dutra, candidato do Partido Social Democrata (PSD). Muitas propagandas pró Eduardo Gomes, o brigadeiro, foram realizadas, com um apelo especial ao eleitorado feminino, tais como a frase de efeito: “Vote no brigadeiro, que é bonito e solteiro”²⁷⁴. Uma curiosidade ligada ao candidato é que o famoso doce brigadeiro foi criado por senhoras pró UDN nessa época, com o objetivo de arrecadar dinheiro para a sua campanha.

²⁷² “Notas de Getúlio Vargas sobre sua deposição do Governo, a campanha difamatória de que foi vítima, analisando as candidaturas para a Presidência da República e sua situação como cidadão”. Arquivo CPDOC-FGV (Documento GV c 1945.II.00/2).

²⁷³ Carta de Getúlio Vargas a João Neves da Fontoura. 18 de novembro de 1945. Arquivo CPDOC-FGV (Documento GV c 1945.II.14).

²⁷⁴ FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: Getulismo, PTB e cultura política popular – 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p.70.

Para os jornais, como o *Correio da Manhã*, a vitória de Eduardo Gomes era dada como certa. Nesse contexto, slogans depreciativos ao ex-presidente continuavam sendo divulgados. Um deles associou Vargas a Dutra: “Lembrai-vos de 37”. Esse slogan tinha o objetivo de tornar negativa a imagem de Dutra, pois para os mesmos o povo naquele momento via o governo getulista com negatividade.

Mas, o prestígio de Vargas, ao contrário do que pensavam seus opositores, não diminuiu. Como exemplo disso, Lira Neto menciona um documentário de curta-metragem, intitulado “A espetacular deposição do presidente Vargas – as doze horas que abalaram o Brasil”²⁷⁵. Segundo o mesmo, sempre que a figura de Vargas aparecia, ela era aplaudidíssima pela plateia. Porém, quando a de Dutra aparecia, as palmas cessavam²⁷⁶. Observamos aqui que o prestígio de Dutra não era grande e os discursos do mesmo não mobilizavam nem um pouco as camadas populares. Interessante notar que a indiferença popular a Dutra foi transformada em adesão logo após Vargas declarar o seu apoio a ele. Mas antes disso, houve diversas tentativas e solicitações feitas a Vargas, como a do financiador e articulador da campanha queremista Hugo Borghi, para que o mesmo deixasse de lado o silêncio e manifestasse seu apoio a Dutra, uma vez que era entendido que “Somente o prestígio de Dutra junto ao alto-comando dos quartéis poderia impedir Getúlio de ser banido do país, como vinham exigindo furiosamente os jornais”.²⁷⁷

Vargas permaneceu em São Borja sem manifestar apoio político a nenhum dos dois candidatos presidenciais: Dutra e Eduardo Gomes. Porém, uma declaração do ex-presidente trazia à tona possíveis intenções de intervir politicamente nas eleições: “[...] estou me sentindo como um garoto que espia do lado de fora a preparação de um banquete [...] os pratos, as colheres, os talheres, a comida, tudo está no lugar. Quando os convidados começaram a se sentar, prontos para servir, o garoto puxa a toalha da mesa e então acabou o banquete”.²⁷⁸

A situação era complicada. Declarar o apoio a Dutra era difícil para Vargas, pois, ele sentia-se traído pelo general, que foi protagonista em sua queda, junto a outros militares. Todavia, o cenário começa a mudar e Vargas, antes em silêncio, passou a indicar sinais de possíveis intervenções na política. Um exemplo desses sinais foi o Manifesto dos

²⁷⁵ Carta de Manuel do Nascimento Vargas Neto a Getúlio Vargas, 5 de novembro de 1945. Arquivo CPDOC-FGV (Documento GV C 1945.II.05).

²⁷⁶ NETO, Lira. *Getúlio: Da volta pela consagração...*, p.30

²⁷⁷ FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: Getulismo...*, p.78.

²⁷⁸ VARGAS, Alzira. “*Vida de Getúlio: Itu, a meta dos candidatos*”. Fatos e Fotos. 7 de setembro de 1963.

Trabalhadores que proferiu, conseguido pelos queremistas e exposto ao retornarem de São Borja:

Trabalhadores do Brasil! Deste rincão longínquo da Pátria, dirijo minha saudação a todos vós, desejando que ela seja ouvida em todos os quadrantes do país. Condensai as vossas energias e moldai a vossa consciência coletiva ingressando no Partido Trabalhista Brasileiro. [...] O PTB é, por princípio, o herdeiro e continuador dos postulados da Revolução de 1930, que não pode ser interrompida, nem pelo arbítrio, nem pela violência [...]. Deposito em vós a minha fé e a minha confiança, e espero que a vossa organização nas fileiras do Partido Trabalhista vos assegure, num sistema democrático, a representação a que tendes direito e possais dirigir os destinos do Brasil para um futuro de prosperidade, de glória, de fraternidade, de justiça.²⁷⁹

Esse manifesto foi divulgado entre os trabalhadores brasileiros em panfletos e cartazes, distribuídos e colados em lugares estratégicos. A divulgação desse manifesto alarmou os opositores de Vargas, que passaram a perceber que o ex-presidente não estava mais em silêncio e sim se posicionando politicamente. Diante disso, os udenistas passaram a reivindicar mudanças, que tinham o objetivo de apagar a memória de Vargas, como por exemplo a sugestão da alteração do nome da avenida Presidente Vargas para avenida da Liberdade.²⁸⁰

Os jornais opositores²⁸¹ divulgaram mensagens em forma de repúdio ao manifesto lançado pelos queremistas: “E ele continua, de São Borja, complicando o andamento das eleições. Continua em retratos e em cartazes queremistas”.²⁸² Observamos, aqui, que o queremismo não teve seu fim com a deposição de Vargas, uma vez que o ex-presidente continuou atuando em outras esferas nos bastidores políticos.

Concomitante à manifestação das oposições, a discussão e o pedido para que Vargas declarasse apoio a Dutra era insistente. Os eleitores, em contrapartida, não desejavam votar em Dutra, pois, o encaravam como um traidor. Podemos ver essa questão ser esboçada no comentário do petebista Gilberto de Sá: “Vocês não me convencerão a votar no homem

²⁷⁹ Mensagem de Getúlio Vargas ao Partido Trabalhista Brasileiro concitando-o à união em torno dos postulados da Revolução de 1930. Arquivo CPDOC-FGV (Documento GV c 1945.II.I0/2)

²⁸⁰ *Folha da Tarde*. 15 de novembro de 1945. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=23340&anchor=206944&origem=busca>. Acesso em: 15 mar.2019.

²⁸¹ Como o *Tribuna da Imprensa*, o *Folha da Tarde*, o *Diário de Notícias*, o *Diário Carioca* e alguns outros.

²⁸² *Correio da Manhã*. 27 de novembro de 1945. Edição 15667. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194. Acesso em: 15 mar.2019.

que traiu o presidente Getúlio”.²⁸³ Dadas às circunstâncias, a vitória do brigadeiro parecia certa, tendo em vista a pouca força do candidato que se opunha a ele.

Nesse cenário, Getúlio tem sua candidatura a senador pelo Rio Grande do Sul oficializada. Enquanto os getulistas festejam sua pretensão à vaga, seus opositoristas divulgam manifestos em jornais que adotavam essa perspectiva. As eleições se aproximam e, há uma semana delas, o pedido para que Vargas se posicionasse quanto ao apoio político a Dutra era realizado de forma insistente. Nesse momento, não eram dois os candidatos à presidência da República, mas três pois, Iedo Fiuza, segundo Lira Neto um “velho amigo de Getúlio”²⁸⁴, se candidatou pelo PCB.

A nova candidatura assustou a oposição que pensou que Vargas apoiaria Iedo e que esse era o seu trunfo. Os petebistas, diante dessa nova situação, reforçaram o pedido para que o ex-presidente se manifestasse:

Vimos pedir uma palavra de ordem para que os trabalhistas de todo o Brasil se arregimentem em torno de um candidato com compromissos claros, positivos, de respeitar a obra social do governo de vossa excelência. Continuaram [...] Ainda recentemente de público declarava o general Eurico Gaspar Dutra comprometer-se à execução do programa dos trabalhistas, o que equivale dizer que respeitaria a obra de vossa excelência.²⁸⁵

A efervescência continuou, com o apoio expressivo de alguns jornais, principalmente o *Correio da Manhã*, diariamente a Gomes, junto à ferrenha oposição a Dutra e a Fiuza. Trechos do poema “O brigadeiro” de Manuel Bandeira, foram publicados diversas vezes com destaque pela imprensa:

Brigadeiro da Esperança,
Brigadeiro da lisura,
Que há nele que tanto afiança
A sua candidatura?
- Alma pura!
[...]
O Brasil, barco tão grande
Perdido em denso nevoeiro,
Pede mão firme que o mande:
Deus manda que timoneiro?
- O brigadeiro!²⁸⁶

²⁸³ *Correio da Manhã*. 17 de novembro de 1945. Edição 15659. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194. Acesso em: 15 mar.2019.

²⁸⁴ NETO, Lira. *Getúlio: Da volta pela consagração...*, p.42

²⁸⁵ Carta do Diretório Estadual do PTB (São Paulo) a Getúlio Vargas solicitando orientação para o posicionamento oficial do Partido em relação às candidaturas presidenciais. 20 de novembro de 1945. Arquivo CPDOC-FGV (Documento GV c 1945.II.18).

²⁸⁶ NETO, Lira. *Getúlio: Da volta pela consagração...*, p.45

O processo de declínio de Eduardo Gomes pode ser visto em um de seus discursos, realizado no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, quando o mesmo afirmou que: “Para se eleger presidente da República, não precisaria contar com os votos desta malta de desocupados que andam por aí, referindo-se aos getulistas de todos os matizes”.²⁸⁷ Hugo Borghi, dono de várias emissoras de rádio, passou a propagar que o brigadeiro disse que não precisaria do voto dos “marmiteiros ou seja, dos trabalhadores e operários”.²⁸⁸

Aproximada as eleições, mais precisamente no dia 27 de novembro de 1945, Vargas decide se posicionar politicamente e declara enfim o seu apoio a Eurico Gaspar Dutra. Logo após sua manifestação, a notícia foi divulgada nos jornais: Ele disse: “Votai em Dutra”²⁸⁹:

Brasileiros!

A abstenção é um erro. Não se vence sem luta, nem se participa da vitória ficando neutro. Fora do governo, meu espírito sofreu a decantação de quaisquer ressentimentos, por injustiças sofridas.

[...]

O momento não é de nomes, mas de programas e de princípios. Recentemente, em mensagem aconselhei aos trabalhadores que cerrassem fileiras em torno do programa do Partido Trabalhista Brasileiro, representante e defensor de seus interesses. O general Eurico Gaspar Dutra, candidato do PSD, em repetidos discursos e, ainda agora, em suas últimas declarações, colocou-se dentro das ideias do programa trabalhista e assegurou, a esse partido, garantias de apoio, de acordo com suas forças eleitorais. Ele merece, portanto, os nossos sufrágios.

[...]

Agredido, injuriado, traumatizado pelo choque dos ódios e das paixões políticas, venho dizer-vos que esqueci tudo isso e encontrei, no amor pela minha pátria, forças para me renovar.²⁹⁰

Alguns dirigentes petebistas ficaram desolados com a notícia, assim como os oposicionistas. Enfim, no dia 02 de dezembro, ocorreu a décima quarta eleição presidencial do Brasil, de forma direta, junto a eleições gerais diretas para o Senado Federal e para a Câmara dos Deputados. E já pela manhã o *Correio da Manhã* destacou na primeira página: “Nossa causa é invencível”²⁹¹, deixando claro mais uma vez seu apoio a Gomes.

No transcorrer dos dias que se seguiram, com a apuração dos votos, os jornais oposicionistas continuavam confiantes: “O povo escolheu livremente os seus mandatários.

²⁸⁷ NETO, Lira. *Getúlio: Da volta pela consagração...*, p.49

²⁸⁸ NETO, Lira. *Getúlio: Da volta pela consagração...*, p.49

²⁸⁹ Manifesto de Getúlio Vargas aconselhando o PTB e a população brasileira a cerrar fileiras em torno da candidatura Dutra à presidência da República e expondo os motivos de tal iniciativa. Arquivo CPDOC-FGV (Documento GV c 1945.II.25)

²⁹⁰ Manifesto de Getúlio Vargas aconselhando o PTB..., Arquivo CPDOC-FGV.

²⁹¹ *Correio da Manhã*. 4 de dezembro de 1945. Edição 15673. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194. Acesso em: 15 mar.2019.

Brigadeiro! Brigadeiro! Brigadeiro! ”.²⁹² No dia 05 e 06 de dezembro os resultados passaram a ser divulgados e estes eram favoráveis a Eduardo Gomes. Diante desse cenário, os jornais e a oposição já cantavam vitória antes do fim propriamente dito das apurações: “O que o jornal não havia confessado ainda aos leitores era que, se levados em conta os totais da apuração nacional, Dutra já ultrapassara Eduardo Gomes em quase 180 mil votos. Até então, o general batera na casa dos 456 mil sufrágios. O brigadeiro patinava nos 276 mil”.²⁹³

O dia 07 de dezembro consolidou o que a oposição temia, a vitória de Dutra, antes um inexpressivo candidato que se encorpou após a declaração de apoio de Getúlio a ele:

Ao final, Eurico Gaspar Dutra obteve 3,2 milhões de votos contra cerca de 2 milhões conferidos a Eduardo Gomes. A diferença de mais de 1 milhão de sufrágios foi atribuída, historicamente, à interferência de Getúlio em favor do candidato pessedista às vésperas do pleito.²⁹⁴

Notamos a vitória de um candidato improvável, que foi apoiado por um presidente deposto. E por mais que a oposição não quisesse atribuir à Vargas a vitória de Dutra, os números confirmavam a popularidade do ex-presidente. Sem sair de São Borja, ele conseguiu ser eleito:

Senador pelo PSD do Rio Grande do Sul (com 461.913 votos) e pelo PTB de São Paulo (onde obteve 414.943 sufrágios), além de se eleger deputado federal pelos trabalhistas por seis unidades da federação – Bahia (10.032 votos), Paraná (20.745 votos), Rio de Janeiro (20.745 votos), Minas Gerais (32.012 votos), São Paulo (119.055 votos) e Distrito Federal (116.712 votos) – e ainda pelo PSD em mais outra, o Rio Grande do Sul (11.291 votos). Além disso foi o candidato mais votado em dois dos maiores colégios eleitorais do país (São Paulo e Distrito Federal) e o segundo colocado em outros dois (Rio de Janeiro e Minas Gerais).²⁹⁵

O prestígio, a popularidade, a estima e a força de Vargas eram inegáveis e podem ser confirmados nos números que ele obteve, mesmo tendo sido deposto e estando em sua fazenda em São Borja. Percebemos então que o queremismo foi um movimento que não apenas lutou inicialmente pela permanência de Getúlio e posteriormente pela sua candidatura, mas atuou de forma precisa e consistente nos bastidores da décima quarta eleição presidencial.

²⁹² *Correio da Manhã*. 5 de dezembro de 1945. Edição 15674. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194. Acesso em: 15 mar.2019.

²⁹³ NETO, Lira. *Getúlio: Da volta pela consagração...*, p.54

²⁹⁴ NETO, Lira. *Getúlio: Da volta pela consagração...*, p, p.55

²⁹⁵ BRANDI, Paulo. *Da vida para a história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983, p.199.

Ou seja, embora Vargas tenha sido deposto, o movimento queremista não foi derrotado, ainda que seu objetivo inicial maior fosse que Vargas permanecesse no poder. Sua luta não consistia apenas em centrar-se na sua figura, de forma a ultrapassar esse objetivo e: “O resultado final foi a institucionalização do movimento em um partido de trabalhadores, o PTB”.²⁹⁶ Não obstante a isso, o resultado das eleições trouxe à tona para os opositoristas que os trabalhadores: “[...] de maneira contundente e irreversível, passaram a ter vontade política”.²⁹⁷

E é justamente no sentido de mobilizar os trabalhadores como classe social que consistiu na vitória queremista. O queremismo incorporou um papel político de resgate às

[...] crenças, ideias, tradições, sensibilidades e valores políticos presentes entre os trabalhadores, antes e depois de 1930, e “dialogando” com esses trabalhadores, o queremismo mobilizou-os como classe social, com consciência de sua identidade coletiva.²⁹⁸

Diante disso, observamos que o queremismo foi um movimento inicialmente de pouca organização, que lutava pela permanência de Vargas no poder e posteriormente pela Constituinte com Getúlio. Vargas, mesmo deposto, ainda assim continuou a exercer seu papel político. E no que tange aos trabalhadores brasileiros, a situação os instigou a terem vontade política e, sobretudo, exercê-la. A vitória de Dutra, um candidato inexpressivo e improvável, que cresceu nas eleições após a declaração de apoio de Vargas, pode também ser considerada uma vitória dos queremistas, que atuaram de forma veemente na divulgação de manifestos e pronunciamentos de Vargas, fossem elas em rádios, jornais, cartazes ou panfletos. Cabe assinalar que o candidato vitorioso apoiado por Vargas, Eurico Gaspar Dutra, cumpriu o seu mandato por completo, ficando no poder de 1946 a 1951, ano em que ocorreu o retorno do presidente deposto em 1945, por meio de eleições diretas.

²⁹⁶ FERREIRA, Jorge. *Queremismo, trabalhadores...*, p.83.

²⁹⁷ FERREIRA, Jorge. *Queremismo, trabalhadores...*, p.83.

²⁹⁸ FERREIRA, Jorge. *Queremismo, trabalhadores...*, p.84.

Capítulo III - RETORNO, CRISE E SUICÍDIO

3.1. A vitória de um candidato improvável, apoiado por um presidente deposto

A influência e prestígio de Vargas eram fatos inegáveis e comprovados em números nas eleições de 1945. Sua vitória no campo estadual foi o passo intermediário para que chegasse ao Catete mais uma vez, só que agora por meio do voto direto, pelo voto do povo. Mas, antes desse momento chegar, Eurico Gaspar Dutra assumiu a presidência da República, sendo o 16º presidente do Brasil.

O governo de Dutra foi marcado pelo afastamento das políticas nacionalistas implementadas por Vargas. Em seu comando a Constituição de 1946 foi promulgada sendo revestida de caráter liberal-democrático. Nesta nova Carta não foram aprovadas medidas de nacionalização de bancos, minas e seguros. Isso demonstrava a abertura do governo ao capital estrangeiro. É nesse sentido que o governo de Dutra foi considerado “entreguista”:

Termo utilizado de forma pejorativa a partir do final da década de 1940 para designar a corrente que defendia um modelo de desenvolvimento para o Brasil baseado na participação do capital internacional e na “entrega” da exploração das riquezas naturais a grupos estrangeiros. Aos entreguistas se opunham os nacionalistas, defensores do desenvolvimento baseado no capital nacional.²⁹⁹

Esse mesmo governo aproximou-se ainda mais dos EUA e, no contexto inicial da Guerra Fria, rompeu as relações diplomáticas com a União Soviética. Nesta perspectiva, o PCB foi considerado ilegal e seus parlamentares foram cassados³⁰⁰. De acordo com Paulo Vizentini:

Em outubro de 1947 o Brasil rompeu relações diplomáticas com a União Soviética a partir de um incidente sem maior importância. Na verdade, essa ruptura fazia parte de uma política mais ampla, e fora longamente preparada pelo governo. Nesse contexto, o Partido Comunista foi novamente colocado na ilegalidade no mesmo ano, paralelamente à uma significativa repressão ao movimento operário. Essa política anticomunista de Dutra não se devia apenas às concepções ideológicas e demandas sociais do Governo. Seu caráter um tanto exagerado vinculava-

²⁹⁹ CPDOC. Entreguismo. Verbete. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/entreguismo>. Acesso em: 22 ago. 2020.

³⁰⁰ O Partido Comunista Brasileiro – PCB, foi fundado em 1922. Em 1945, o PCB retornou a legalidade e segundo José Antônio Segatto, “emergiu à luz do dia e transformou-se num grande partido de massas”. Todavia durante o governo de Dutra sob a influência da guerra fria, Segatto afirma que foi: “Desencadeada violenta perseguição aos comunistas: em maio de 1947, o PCB teve seu registro cassado e foi posto na ilegalidade”. Somado a isso funcionários públicos suspeitos de serem comunistas foram demitidos e o governo rompeu relações diplomáticas com a União Soviética. Os anos subsequentes também foram de altas perseguições aos comunistas. SEGATTO, José. “PCB: a questão Nacional E a democracia”. DELGADO, Lucília; FERREIRA, Jorge (Org). *O Brasil Republicano (Volume 3)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p.219-240.

se à necessidade de evidenciar perante os EUA o engajamento do país na luta contra a subversão esquerdista.³⁰¹

Nesse contexto, ainda, os salários foram congelados, o que contribuiu para que muitas greves se instaurassem no Brasil. Somado a isso, o general presidente limitou a intervenção estatal e liberou as importações, ou seja, esse governo se distanciou da política nacional-estatista do governo anterior.

Diante destas opções, o ano de 1948 foi marcado por uma grande inflação. Na tentativa de contornar o problema, o governo elaborou o Plano Salte, que visava desenvolver as áreas de saúde, alimentação, transporte e energia. O plano teve poucos resultados práticos e durou pouco mais de um ano³⁰². De uma forma geral, a governança de Dutra representou um afastamento claro da política de nacionalismo econômico preconizada pelo governo de Vargas, na medida em que, segundo Vizontini, o setor externo da economia foi liberalizado.

Enquanto liberalizava o setor externo da economia, no plano interno o governo priorizava o combate à inflação. Além do tom anti-industrialista da política econômica, a redução de investimentos públicos praticamente inviabilizou o Programa de Obras Públicas e Reequipamento, iniciado em 1944. Enquanto isso, Vargas, agora na oposição, denunciava a possibilidade do governo abrir o setor siderúrgico e petrolífero aos interesses estrangeiros.³⁰³

Findado o governo Dutra, nas eleições do ano de 1950, Getúlio Vargas, o presidente deposto em 1945, retorna à presidência da República, mas, agora por meio do voto direto. Ou seja, Vargas retorna ao Catete nos braços do povo e permanece no poder até o dia 24 de agosto de 1954 – data do seu suicídio.

3.2. O retorno do presidente deposto: nos braços do povo.

Vargas, após ser deposto do governo federal, em 1945, não se afastou da política e, nesse mesmo ano, elegeu-se senador e deputado por diferentes estados³⁰⁴. Logo após

³⁰¹ VIZENTINI, Paulo. Do nacional-desenvolvimentismo à política externa independente. DELGADO, Lucília; FERREIRA, Jorge (Org). *O Brasil Republicano (Volume 3)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p.200.

³⁰² CALICCHIO, Vera. Plano Salte. In: *Verbetes CPDOC*. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-salte>. Acesso em: 26 out.2020.

³⁰³ VIZENTINI, Paulo. *Do nacional-desenvolvimentismo...*, p. 200.

³⁰⁴ Senador pelo PSD do Rio Grande do Sul (com 461.913 votos) e pelo PTB de São Paulo (onde obteve 414.943 sufrágios), além de se eleger deputado federal pelos trabalhistas por seis unidades da federação – Bahia (10.032 votos), Paraná (20.745 votos), Rio de Janeiro (20.745 votos), Minas Gerais (32.012 votos), São Paulo (119.055 votos) e Distrito Federal (116.712 votos) – e ainda pelo PSD em mais outra, o Rio

Dutra assumir o mandato, com a sua ajuda, Vargas afastou-se do mesmo e ao longo dos anos foi articulando a sua volta ao executivo nacional. Nas eleições de 1950, sua campanha de retorno à presidência da República foi marcada pela memória de um povo que não havia esquecido o que seu governo havia realizado. Nesse sentido, *jingles* que visavam o enaltecimento de Vargas foram criados:

Ai, Gegê!
 Ai, Gegê!
 Ai, Gegê!
 Que saudade que nós temos de você.
 O feijão subiu de preço,
 O café subiu também.
 Carne-seca anda por cima
 Não se passa pra ninguém.
 Tudo sobe, sobe, sobe,
 Todo dia no cartaz.
 Só o pobre do cruzeiro
 Cada dia desce mais.³⁰⁵

O comício de lançamento de campanha de Vargas contou com a adesão popular. Suas promessas destinavam-se aos trabalhadores brasileiros: “Se eu for eleito a 3 de outubro, no ato da posse o povo subirá comigo as escadarias do Catete. E comigo ficará no governo”. O cargo a vice-presidência ainda era uma incógnita e Vargas convidou a Góes Monteiro a sua composição eleitoral. Com a sua recusa, Vargas teve de aceitar a contragosto a candidatura de Café Filho como seu vice.³⁰⁶

Durante sua campanha eleitoral, o ex-presidente viajou por vários estados, apregoando o nacionalismo e a valorização do trabalhador brasileiro. No dia 3 de outubro de 1950 iniciaram-se as novas eleições. No dia seguinte, as urnas começaram a ser abertas e as vantagens de Vargas sobre seus concorrentes – Eduardo Gomes e Cristiano Machado – só cresciam. Assim, o resultado final consagrou a vitória de Getúlio: “Por 3 849 040 votos – um recorde histórico até então no país – contra 2 342 384 sufrágios conferidos ao brigadeiro Eduardo Gomes”.³⁰⁷ Após a vitória, Vargas voltou à presidência: “nos braços do povo”, ou seja, por meio do voto direto, com uma campanha direcionada aos

Grande do Sul (11.291 votos). Além disso foi o candidato mais votado em dois dos maiores colégios eleitorais do país (São Paulo e Distrito Federal) e o segundo colocado em outros dois (Rio de Janeiro e Minas Gerais). BRANDI, Paulo. *Da vida para a história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983, p.199.

³⁰⁵ “Ai, Gegê!”, marcha de João de Barro e José Maria de Abreu. Gravação de Jorge Goulart. Disco Continental n° 16172-a, lançado em março de 1950.

³⁰⁶ VARGAS, Getúlio. *A campanha presidencial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952, p.41-52.

³⁰⁷ NETO, Lira. *Getúlio (1945-1954): Da volta pela consagração...*, p.198.

trabalhadores. Ao retornar, tentou retomar a política econômica de desenvolvimento da indústria de base e enfrentou muita resistência de seus opositores.

O segundo governo de Vargas também foi marcado pela campanha “O petróleo é nosso” e pela criação da Petrobrás em 1953. Essa luta começou quando foi encontrado, no ano de 1938, um poço de petróleo na Bahia. Todavia, um empecilho foi levantado, pois o Brasil não dispunha de tecnologia de prospecção e essa condição requeria o investimento do capital estrangeiro, o que contrariava os interesses nacionalistas.³⁰⁸

Desta forma, um grande paradoxo era colocado: de um lado a necessidade do capital estrangeiro e os liberais defendendo a não nacionalização do petróleo³⁰⁹ e do outro, a defesa de que o petróleo brasileiro não poderia ser entregue a empresas que não fossem pátrias pelos nacionalistas, grupo aliado de Vargas. Foi nesse cenário que se iniciou a campanha com o *slogan*: “O petróleo é nosso”. A fim de proteger o petróleo brasileiro, o governo getulista fundou, em 1953, a Petrobrás, uma empresa estatal que existe até hoje.³¹⁰

Não obstante a isso, a segunda governança de Vargas foi marcada por outras criações, na perspectiva do nacional-estatismo³¹¹, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE)³¹² de 1952 e as Centrais elétricas brasileiras (ELETROBRÁS)³¹³ em 1954³¹⁴, além da expansão das atividades da Companhia

³⁰⁸ LAMARÃO, Sérgio e MOREIRA, Regina. *Petrobrás 50 anos. Fatos e Imagens*. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Petrobras50anos> Acesso em: 22 ago. 2020.

³⁰⁹ Os liberais durante a campanha “O petróleo é nosso”, se manifestaram contra a nacionalização do petróleo, uma vez que os liberais apoiavam a busca de empréstimos e a entrada de empresas multinacionais, nesse sentido, segundo a política liberal, só assim o Brasil alcançaria recursos financeiros e toda a tecnologia necessária ao seu desenvolvimento.

³¹⁰ Na década de 1990, o neoliberalismo foi muito forte no Brasil e durante o governo de Fernando Henrique Cardoso propostas que indicavam a quebra do monopólio estatal no setor petrolífero foram levados adiante. Após uma série de discussões, o governo de FHC se comprometeu em não privatizar a Petrobrás e garantir à empresa o privilégio de exploração das 29 bacias já identificadas. SARMENTO, Carlos e MOREIRA, Regina. *Petrobrás 50 anos. Fatos e Imagens*. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Petrobras50anos> Acesso em: 22 ago. 2020.

³¹¹ O nacional-estatismo de Vargas voltou-se para o sistemático processo de industrialização do país, baseado na forte intervenção do Estado na economia. DELGADO, Lucília; FERREIRA, Jorge (Orgs). *O Brasil Republicano (Volume 2)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

³¹² CPDOC. E ele voltou... o segundo governo Vargas > Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/BNDE>. Acesso em: 22 ago.2020.

³¹³ BRANDI, Paulo. Eletrobrás. In: *Verbetes CPDOC*. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/eletrobras-centrais-eletricas-brasileiras-s-a>. Acesso em: 22 ago.2020.

³¹⁴ “A criação da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) foi proposta em 1954 pelo presidente Getúlio Vargas. O projeto enfrentou grande oposição e só foi aprovado após sete anos de tramitação no Congresso Nacional. Em 25 de abril de 1961, o presidente Jânio Quadros assinou a Lei 3.890-A, autorizando a União a constituir a Eletrobras. A instalação da empresa ocorreu oficialmente no dia 11 de junho de 1962, em sessão solene do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE), no Palácio Laranjeiras, no Rio de Janeiro, com a presença do presidente João Goulart”. Disponível em: <https://eletrobras.com/pt/Paginas/Historia.aspx>. Acesso em: 22 ago.2020.

Siderúrgica Nacional (CSN) e da Companhia Vale do Rio Doce, que foram criadas durante o Estado Novo.

Todavia, mesmo diante da política de investimentos nacional-estatista, o cenário brasileiro não era dos melhores, uma vez que a situação econômica do país estava decadente, a inflação estava alta e os salários baixos. Diante disso, em 1953, mesmo com as greves sendo proibidas, elas irromperam em São Paulo, Rio de Janeiro, Belém e Santos. A greve de São Paulo contou com a adesão de 300 mil trabalhadores e acabou por enfraquecer de forma direta o governo getulista³¹⁵.

Dentre as reivindicações trabalhistas estava em pauta o aumento do salário mínimo. O ministro do trabalho nessa época era João Goulart, que atendeu grande parte das demandas colocadas, sendo a medida mais polêmica o aumento de 100% do salário mínimo. Tal ação não agradou a diversos setores e causou uma oposição ainda maior ao governo getulista, custando a demissão do ministro³¹⁶. Essas e outras ações, somadas à instabilidade econômica vivenciada pelo país, resultaram numa ferrenha campanha antigetulista, segundo a qual Vargas era acusado de ser comunista e de favorecer a corrupção e a agitador social.

A conjuntura de crise se agravou com o atentado ao jornalista Carlos Lacerda, ferrenho opositor a Vargas, em 1954. Esse atentado resultou na morte do major da aeronáutica Rubens Vaz. O episódio aconteceu quando Lacerda chegava em casa com o seu filho e ali foram surpreendidos por um pistoleiro. Lacerda levou um tiro no pé e o major, seu segurança, acabou sendo morto. As investigações começaram e a oposição buscou relacionar Vargas ao episódio de forma constante. Nesse processo investigativo, a República do Galeão teve protagonismo³¹⁷.

Segundo Lamarão, a República do Galeão atuou de forma independente durante as investigações relacionadas ao atentado da Toneleros. A princípio as investigações estavam sendo realizadas pela polícia civil e acrescenta o autor que, devido a inoperância da mesma os suspeitos passaram a ser levados para a Base Aérea do Galeão.³¹⁸

³¹⁵ KORNIS, Mônica e SANTANA, Marco. Greve. In: Verbete CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/greve>. Disponível em: 22 ago.2020.

³¹⁶ CPDOC. No governo Getúlio Vargas > O aumento do salário mínimo e a saída de Jango do Ministério do Trabalho. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NoGovernoGV/Salario_minimo_e_saida_do_minisminis_do_trabalho. Acesso em: 22 ago. 2020.

³¹⁷ Nesse contexto os jornais o Correio da Manhã e Tribuna da Imprensa, noticiaram de forma constante os desdobramentos do atentado. NETO, Lira. Getúlio: Da volta pela consagração popular ao suicídio (1945-1954). São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 295.

³¹⁸ LAMARÃO, Sérgio. *República do Galeão*. In: Verbete CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/galeao-republica-do>. Acesso em 23 ago.2020.

Com as investigações, chegou-se ao mandante do crime, Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal de Vargas. Diante da posição de Fortunato, mesmo sem provas, Vargas acabou envolvido no episódio. Esse atentado desencadeou um impasse político no qual a renúncia do presidente passou a ser uma exigência dos chefes militares, que reiteravam que caso não fosse atendida, levaria a uma nova deposição. Nesse cenário, jornais³¹⁹ como *Diário de Notícias*, *Diário Carioca*, *Correio da Manhã*, *O Globo* e *Estado de São Paulo*, se posicionaram ferrenhamente contra o governo getulista. Em relação à cobertura jornalística da crise, Alzira Alves e Fernando Lattman afirmam que esta pode ser dividida em quatro etapas:

A primeira etapa corresponde à fase de apresentação do incidente (atentado), da construção do seu significado de grave crise política e moral (...) Inicia-se, obviamente, com a divulgação da notícia do atentado e prossegue pelos dois ou três dias imediatamente posteriores. (...) A segunda etapa, consiste, basicamente, nos movimentos de reprodução da indignação coletiva (...) Seria a fase da acusação. (...) A terceira etapa é da articulação em torno da renúncia. (...) E a quarta e última etapa do processo é a articulação da imposição da renúncia ou deposição.³²⁰

Nesse sentido, as quatro etapas identificadas por Alzira Alves e Fernando Lattman, apontam a evolução dos jornais de acordo com fases da crise³²¹:

Jornal	Fase 1 Apresentação	Fase 2 Acusação	Fase 3 Apelo	Fase 4 Imposição
Diário de Notícias	5, quinta-feira	6, sexta-feira	10, terça-feira	13, sexta-feira
Diário Carioca	5, quinta-feira	6, sexta-feira	10, terça-feira	15, domingo
Correio da Manhã	5, quinta-feira	6, sexta-feira	10, terça-feira	19, quinta-feira
O Estado de S.Paulo	5, quinta-feira	7, sábado	10, terça-feira	14, sábado
O Globo	5, quinta-feira	-	21, sábado	-
O Jornal	5, quinta-feira	-	24, terça-feira	-
Folha da Manhã	5, quinta-feira	-	24, terça-feira	-

A cobertura jornalística segundo Alzira Alves e Fernando Lattman

A imprensa como um todo reagiu de diversas formas ao acontecimento. Por um lado, tivemos jornais que trataram o caso de forma mais radical: *Diário de Notícias*;

³¹⁹ Estes jornais foram escolhidos e mencionados nesse momento, pois apresentam reportagens diárias sobre o atentado da Toneleros, colocando o governo de Vargas sob suspeita em suas publicações. Os autores Alzira Alves e Fernando Lattman, em seu artigo: *Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954*, traçaram uma tabela com as principais reportagens dos jornais listados entre os dias 5 a 25 de agosto de 1954.

³²⁰ ALVEZ, Alzira e LATTMAN, Fernando. *Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954*. GOMES, Ângela (Orgs). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994, p.32.

³²¹ ALVEZ, Alzira e LATTMAN, Fernando. *Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954*. GOMES, Ângela (Orgs). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994, p.34.

Diário Carioca; e *Correio da Manhã*. Enquanto outros, *O Globo*; *O Jornal*; e *Folha da Manhã*, foram moderados em suas colocações. Por outro, as forças militares uniram-se contra Getúlio: a Aeronáutica tomou a frente para resolver as investigações e a Marinha, hostil a Vargas, encampou as acusações ao lado de diversos generais do Exército. Toda essa conjuntura levou ao inevitável – o apelo pela renúncia de Vargas era algo contundente, já no dia 21 de agosto de 1954.³²²

A permanência de Vargas na presidência era algo que estava se tornando cada vez mais insustentável e se agravou ainda mais quando o seu próprio filho foi convocado para depor na República do Galeão. Vargas já imaginava que o próximo seria ele³²³. São nessas circunstâncias que chegamos a 24 de agosto de 1954. Segundo Jorge Ferreira, ainda nas primeiras horas desse dia, Vargas presidiu sua última reunião ministerial e Amaral Peixoto propôs o seu licenciamento do cargo:

Tancredo Neves escreveu uma nota comunicando o licenciamento de Vargas e, pouco antes das 5 horas da manhã, a notícia foi divulgada ao país. Contudo, duas horas depois, um grupo de generais chegou ao Palácio do Catete exigindo que o licenciamento se tornasse em renúncia.
324

Sem ter muito o que fazer: “Suas alternativas eram mínimas: renunciava à presidência da República, ao custo de sua desmoralização política, ou seria deposto por um golpe militar”.³²⁵ Emblematicamente, o presidente afirmou que só sairia do Catete morto. Vargas cumpriu o que havia afirmado e um pouco mais tarde, Alzira Vargas, sua filha, ouviu o barulho de um tiro:

Vargas estava morto. Sobre um móvel do quarto, Amaral Peixoto encontrou uma carta, logo nomeada Carta-Testamento. [...] Duas horas depois, por volta das nove da manhã, o país estarrecido, tomava conhecimento do seu conteúdo pelos microfones da rádio nacional³²⁶.

Para Ângela de Castro Gomes, o suicídio de Vargas na madrugada do dia 24 de agosto de 1954 pode ser pensado como a sua última cartada política, uma vez que essa ação, somada à divulgação da carta testamento, estimulou a mobilização de uma multidão revoltada contra os seus adversários, de forma tanto a evitar o golpe militar que seria dado

³²² As diversas reações da imprensa em relação ao acontecimento, seja de radicalidade, moderação ou neutralidade, tem ligação direta a posição política preconizada por cada jornal.

³²³ FERREIRA, Jorge. *Crises da República: 1954, 1955 e 1961*. DELGADO, Lucília; FERREIRA, Jorge (Org). *O Brasil Republicano (Volume 3)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p.309.

³²⁴ FERREIRA, Jorge. *Crises da República...*, p.309.

³²⁵ FERREIRA, Jorge. *Crises da República...*, p.309.

³²⁶ FERREIRA, Jorge. *Crises da República...*, p.310.

naquele momento para retirá-lo do poder, quanto a possibilitar a manutenção da ordem democrática e a eleição de Juscelino Kubistchek em 1955.³²⁷

Ao tomar conhecimento da notícia, os trabalhadores brasileiros foram para as ruas chorar pelo seu presidente que acabara de falecer. Segundo Jorge Ferreira, as ruas do Rio de Janeiro lotaram e violentos motins populares ocorreram. Os populares seguiam a procura daqueles que se opuseram a Vargas em vida e símbolos vinculados e eles foram destruídos, assim como também foram atacadas as sedes dos jornais *O Globo*, *Tribuna da Imprensa*, *A Notícia* e *O Mundo*. O autor acrescenta que o único jornal que não sofreu retaliações foi o *Última Hora*.³²⁸ A carta-testamento deixada por Vargas evidenciou o que ele procurou estabelecer e tornar público desde o seu primeiro governo, a parceria e o pacto com o trabalhador brasileiro:

E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço do seu resgate. Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, as calúnias não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História.³²⁹

Diante de tal acontecimento, cenas notórias de comoção social foram vistas nas proximidades do aeroporto Santos Dumont. Enquanto uma multidão chorava, outros gritavam e outros desmaiavam ao acompanhar o cortejo fúnebre do presidente. Tal repercussão não se restringiu apenas ao Rio de Janeiro, mas ocorreu em diversos lugares do Brasil como no Rio Grande do Sul e em outros estados, como veremos a seguir. Foi com um tiro no peito, uma carta-testamento e inúmeras cenas de comoção social pela sua morte que findou o governo getulista, mas não o seu legado, que pode ser observado, por exemplo, no governo de João Goulart, considerado herdeiro político de Getúlio Vargas.³³⁰

³²⁷ GOMES, Angela de Castro. A última cartada. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Ano 1, nº10, agosto 2004, p. 14-19.

³²⁸ O Jornal *Última Hora* foi fundado em 195, por Samuel Wainer. De acordo com Carlos Eduardo Real, foi criado para servir de respaldo ao getulismo junto à opinião pública. O que justifica, segundo Alzira Alves de Abreu e Fernando Lattman, o porquê de suas publicações serem marcadas pelo apoio incondicional à figura de Vargas. LEAL, Carlos. *Última Hora*. In: Verbete CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/ultima-hora> Acesso em 23 ago.2020. ALVEZ, Alzira e LATTMAN, Fernando. Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954. GOMES, Ângela (Orgs). Vargas e a crise dos anos 50. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994, p.31.

³²⁹ Carta-testamento de Getúlio Vargas. Arquivo CPDOC-FGV (Documento GV C 1954.08.24/2)

³³⁰ D'Araújo, Maria. No governo Getúlio Vargas > A herança de Vargas: a crise de 1954 e a carta testamento. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NoGovernoGV/A_heranca_de_Vargas. Acesso em: 23 ago.2020.

3.3. A repercussão social do suicídio de Vargas através da cobertura dos jornais cariocas

Os periódicos são uma interessante fonte para a construção do saber histórico que, a partir da década de 1970, passaram por um processo contraditório de reconhecimento e de relutância, uma vez que: “Reconhecia-se, portanto, a importância de tais impressos e não era nova a preocupação de se escrever a História da imprensa, mas relutava-se em mobilizá-los para a escrita da História por meio da imprensa”.³³¹

O jornal como fonte era visto com desconfiança, mas essa perspectiva passou por modificações a partir dos anos setenta. Com o passar do tempo e uma metodologia própria desenvolvida para a sua análise, os jornais passaram a ser pensados na perspectiva de uma fonte histórica que, como qualquer outra, deve ser utilizada criticamente pelo historiador, para não correr o risco de se deixar levar pelo seu discurso e realizar uma interpretação precipitada, acrítica e superficial.

É válido ressaltar que o jornal, assim como qualquer outra fonte histórica, não é neutro. Ele atende a demandas, anseios e interesses distintos, cabendo ao historiador saber interrogá-lo e abordá-lo com os rigores teóricos e metodológicos necessários. Segundo Luca, para uma análise problematizada, é necessário traçar os diferentes perfis de cada jornal, pensando em elementos como:

Ano de Fundação, local. 2. Fundador. 3. Identificação do tipo (interesse – classificação). - Jornais de classes populares x jornais de elite. - Jornal anarquista, alternativo, político-partidário e/ou contestatório. - Observar o início das frases, como ele se dirige ao público pretendido. 4. Conhecer o “alcance” do periódico (circulação). 5. Observar propagandas. 6. Analisar a concorrência. 7. Analisar a organização editorial e as tecnologias usadas.³³²

Diante dessa proposição, considerada relevante, se faz necessária uma análise prévia do perfil de cada jornal. No caso específico da presente Dissertação, contemplaremos apesar de ter sido realizado uma pesquisa mais extensa incluindo outros jornais os quais se encontram em anexo, os periódicos selecionados para uma análise mais profunda foram: *Jornal do Brasil*, *Tribuna da Imprensa* e *Última hora*,³³³.

Para tal, precisamos inicialmente responder algumas questões iniciais relacionadas ao perfil de cada um dos três jornais trabalhados. Nesse sentido, o *Jornal do*

³³¹ LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por...*, p.111.

³³² LAPUENTE, Rafael. *O jornal impresso...*, p.1-12.

³³³ Dentre os 90 periódicos encontrados, precisei realizar uma seleção do material que iria trabalhar. Diante de tamanha riqueza de fontes, selecionei 10 jornais, com perfis distintos.

Brasil foi fundado em 1891, por Rodolfo Dantas, em apoio à República recém instalada no Brasil e pontuando as reivindicações populares. O periódico tinha caráter popular, contestador e moderado, sendo conhecido como o "jornal das cozinheiras".³³⁴ O segundo jornal analisado foi o *Tribuna da Imprensa*. Fundado em 1949, por Carlos Lacerda, foi um jornal de oposição ao governo de Vargas e de caráter assumidamente liberal conservador.³³⁵ E, por último, problematizamos o jornal a *Última Hora*, estabelecido por Samuel Wainer, em 1951, o vespertino constituiu-se enquanto um jornal de oposição à classe dirigente e a favor de um governo, o de Vargas, acusado de tê-lo beneficiado e financiado.³³⁶

Durante o segundo governo de Vargas, o presidente financiou a criação de jornais, como por exemplo o a *Última Hora*, pois a maioria dos existentes eram contrários à sua chefia.³³⁷ Durante essa fase, Vargas teve um relacionamento um tanto conturbado com os periódicos, que não deram cobertura jornalística à sua campanha. Como exemplo dessa relação insere-se o *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda, filiado à União Democrática Nacional – UDN, sendo um jornal de oposição declarada ao governo getulista. Diante disso, no intuito de mudar essa situação, Vargas, colaborou para a criação do jornal *Última Hora* com o objetivo de: “Romper o cerco de grande parte da imprensa contra seu governo e estabelecer um novo canal de comunicação”.³³⁸

Embora a relação entre Getúlio e os jornais não fosse tão amistosa, o dia 24 de agosto de 1954 trouxe à tona um sentimento ímpar na sociedade brasileira, no sentido de não ter sido visto antes tal comoção. Diante disso, jornais de diferentes perfis – favoráveis, oposicionistas ou neutros ao governo –, publicaram o fato. Alguns enfatizaram o rumo dos acontecimentos, assim como a comoção social. Já outros, numa tentativa de minimizar o episódio, enfatizaram a posse e posteriormente as ações do novo presidente Café Filho. Ou seja, alguns pontuaram de forma mais enfática o suicídio e outros o trataram apenas jornalisticamente.

³³⁴ *Jornal do Brasil (RJ)* – Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 07 mar.2019.

³³⁵ *Tribuna da Imprensa (RJ)* – Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 07 mar.2019.

³³⁶ *Última Hora (RJ)* – Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 07 mar.2019.

³³⁷ Nem sempre foram contrários. Por exemplo o Jornal (Diário) Carioca inicialmente apoiou a Revolução de 1930, depois foi desiludido e no fim já não apoiava o governo como no início. LEAL, Carlos. Diário Carioca. In: Verbete CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-carioca>. Acesso em: 23 ago.2020.

³³⁸ ALVES, Alzira e LATMAN, Fernando. *Fechando o cerco...*, p.29.

A despeito da posição marcada por cada jornal, fato é que houve uma comoção social histórica com o suicídio. Tratava-se do presidente deposto em 1945, após 15 anos de governo, e que, da deposição, retornou ao poder pelos braços do povo nas em 1951 e, a partir de então, vivencia uma crise conjuntural (econômica, política, social) em seu segundo governo. Ainda assim, com sua morte, Vargas conseguiu deixar claro para os seus opositoristas que o povo que esteve com ele nos governos anteriores continuaria com ele, mesmo após a sua morte. Neste sentido, a imprensa foi um dos atores mais diretamente envolvidos na crise de 1954 e:

A morte, nesse caso, não foi senão um elemento de um conjunto maior, de uma conjuntura política de crise que se iniciou com a posse de Vargas em 1951, mas que estava referenciada principalmente ao período do Estado Novo, e cujo desfecho em 1954 teve desdobramentos que iriam atravessar todo o final da década de 50 e chegar até 1954.³³⁹

A morte, o desaparecimento físico de Vargas, foi algo tão inesperado e súbito que provocou convulsões sociais notórias na sociedade brasileira. O suicídio trouxe à tona a busca por explicações e ocasionou inúmeras manifestações sociais³⁴⁰. O relacionamento construído entre Vargas e o trabalhador brasileiro foi tão forte – com consideráveis ganhos materiais e simbólicos –, que, ao saber da notícia do suicídio, esses trabalhadores foram para as ruas chorar pelo presidente que os amparou, mesmo em meio a um segundo governo conturbado.

3.4. Repercussão do suicídio de Vargas nos Jornais Cariocas (24 de agosto de 1954 a 31 de agosto de 1954).

Trataremos agora, de forma pontual, como os periódicos cariocas *Jornal do Brasil*, *Tribuna da Imprensa* e *Última Hora* interpretaram e levaram ao público informações relativas ao suicídio de Vargas. A intenção é problematizar a convulsão social ocorrida com o suicídio do Vargas e como diferentes jornais abordaram esse episódio marcante na história brasileira. Para isso, três questões nortearam essa análise, sendo elas: Por que amar Vargas? Por que chorar por Vargas? Por que se desesperar por Vargas?

Iniciaremos a discussão com o *Jornal do Brasil*. O jornal em questão foi fundado no dia 9 de abril de 1891, por Rodolfo de Sousa Dantas e Joaquim Nabuco. Em sua primeira fase (1891-1893), o jornal já se mostrava contestador, o que pode ser evidenciado na sua declaração de princípios:

³³⁹ ALVES, Alzira e LATMAN, Fernando. *Fechando o cerco...*, p.24.

³⁴⁰ HENRIQUE, Fábio. *Suicídio...*, p. 17-21.

Traçava as diretrizes básicas de sua conduta política, afirmando seu propósito de criticar o governo, mas estabelecendo ao mesmo tempo limites a essa atuação. O jornal apresentava-se como um órgão de posições moderadas, que pretendia manter boas relações com o regime republicano.³⁴¹

Nesse primeiro momento, o *Jornal do Brasil* seguiu, contestando alguns aspectos republicanos e sofrendo impasses por intermédios dos monarquistas históricos³⁴². Além do perfil crítico, o periódico também se preocupava em destacar os problemas do dia a dia da cidade.

A segunda fase do *Jornal do Brasil* (1893-1894) contou com negociações para a sua compra e entrega de sua direção a Rui Barbosa. Neste período, outros novos princípios de defesa foram incorporados ao periódico, como os: “Traços de um roteiro”, de autoria de Rui, explicitava os novos compromissos do periódico que seriam: a defesa do regime republicano, associada porém ao combate à degeneração do regime promovida pela ditadura de Floriano”.³⁴³

As mudanças continuaram ocorrendo e a terceira fase do periódico ((1894-1919), foi marcada novamente por uma venda, agora à firma Mendes e Cia. Nesse momento, reafirmou-se o perfil oponente a todos aqueles que, segundo eles, corrompessem as leis, assim como houve uma preocupação por parte do jornal em se apresentar como defensor dos menos favorecidos, dando voz a estes a partir da divulgação das suas reclamações.³⁴⁴

Entre 1919 e 1930 observamos a quarta fase do jornal. De uma forma geral, ela é apontada como moderada e conciliadora, com o apoio às candidaturas de Nilo Peçanha em 1922 e posteriormente de Washington Luís em 1926. Foi nesse período, onde já observávamos as articulações que levaram a Revolução de 1930, que o Jornal criticou de forma moderada a Aliança Liberal e a candidatura de Getúlio Vargas. Assim:

Com a eclosão da Revolução de 1930 o *Jornal do Brasil* foi submetido a fortes represálias, que culminaram na invasão e no empastelamento de sua sede. Com isso, o jornal viu-se impedido de circular por um período de quatro meses.³⁴⁵

É nesse cenário que, entre 1931 e 1950, observamos a reabertura do Jornal e uma posição de diligência em relação ao Governo Provisório, mas, ainda assim, mesmo que de forma moderada tecesse tímidas críticas ao governo, em 1932 deixou evidente a sua

³⁴¹ FERREIRA, Marieta e MONTALVÃO, Sérgio. *Jornal do Brasil*. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/jornal-do-brasil>

³⁴² Os monarquistas históricos condenavam Nabuco por sua moderação diante do governo.

³⁴³ FERREIRA, Marieta e MONTALVÃO, Sérgio. *Jornal do Brasil* ...

³⁴⁴ FERREIRA, Marieta e MONTALVÃO, Sérgio. *Jornal do Brasil* ...

³⁴⁵ FERREIRA, Marieta e MONTALVÃO, Sérgio. *Jornal do Brasil* ...

simpatia pela revolta paulista. Com o desfecho da revolta e a vitória política dos paulistas, ocorreu a subsequente elaboração da Constituição de 1934, que o boletim apoiou. É também nesse momento que inúmeras discussões internas ocorreram em relação ao perfil do jornal, nas quais alguns defendiam que o periódico deveria continuar apenas como um boletim de notícias e assim deveria se distanciar de grandes temas políticos:

Dessa forma, o *Jornal do Brasil* foi perdendo sua importância como órgão noticioso, voltando-se quase que exclusivamente para os anúncios classificados. Mantendo suas primeiras páginas inteiramente ocupadas por anúncios, o jornal recebeu nessa época o apelido pejorativo de “jornal das cozinheiras”.³⁴⁶

Ainda assim, apesar das discussões internas, o Jornal não perdeu totalmente o seu caráter contestador e com um perfil “conservador e católico”, passou a criticar os movimentos de esquerda³⁴⁷. De acordo com Ferreira e Montalvão, com o advento do Estado Novo: “O *Jornal do Brasil* adotou uma política de conciliação, mantendo relações cordiais com o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e demonstrando simpatia para com a legislação trabalhista e a política econômica de Vargas”.³⁴⁸

No período da redemocratização em 1945, o boletim não se envolveu de forma aberta na campanha eleitoral para a presidência da República. E nas eleições de 1950, se manteve discreto, apontando algumas simpatias ao candidato Eduardo Gomes.³⁴⁹

Com a vitória de Vargas, o periódico passou a discutir a política econômica anti-inflacionária, durante o segundo Governo de Vargas:

O *Jornal do Brasil* manteve sua linha de discrição, não participando das campanhas radicais que envolviam o governo de Getúlio Vargas. O jornal condenou o atentado da Toneleros e reprovou o chamado “mar de lama”, mas não se pronunciou a favor do *impeachment* do presidente nem encampou as denúncias apaixonadas de Carlos Lacerda.³⁵⁰

Com o suicídio de Vargas, o jornal apoiou a sucessão presidencial com o vice Café Filho e noticiou, entre os dias 24 e à 31 de agosto de 1954, os desdobramentos nacionais em virtude da morte de Getúlio.

No dia 24 de agosto de 1954, o ~~Jornal~~ publicou a manchete: “Renunciou o Presidente da República”. Já no dia 25 de agosto de 1954, o ~~periódico~~ noticiou a trágica madrugada do dia de agosto: “A população desta cidade, acompanhou sem dúvida, os

³⁴⁶ FERREIRA, Marieta e MONTALVÃO, Sérgio. *Jornal do Brasil ...*

³⁴⁷ Repudiou a Aliança Nacional Libertadora (ANL), o Levante Comunista (1935) e até mesmo o Integralismo, devido ao seu grande extremismo.

³⁴⁸ FERREIRA, Marieta e MONTALVÃO, Sérgio. *Jornal do Brasil ...*

³⁴⁹ FERREIRA, Marieta e MONTALVÃO, Sérgio. *Jornal do Brasil ...*

³⁵⁰ FERREIRA, Marieta e MONTALVÃO, Sérgio. *Jornal do Brasil ...*

acontecimentos cujo desfecho imprevisto, surpreendente e trágico, veio consternar a nação inteira”.³⁵¹ Mas, por que houve uma consternação nacional? Podemos relacionar essa resposta às últimas palavras descritas por Vargas, citadas na mesma página: “A sanha dos meus inimigos deixou a minha morte. Sinto não ter feito pelos humildes aquilo que desejava fazer”.

A partir da leitura deste texto é possível compreender a escolha de Vargas em ressaltar que não concluiu a série de feitos que desejava em relação aos humildes, em uma referência direta ao grupo que elegeu como sujeito principal das políticas de seus governos: os trabalhadores. Ou seja, todas as benesses cedidas pelo governo de Vargas entre 1930 e 1945 e depois entre 1951 e 1954 se mostravam insuficientes e ele gostaria de fazer mais, afinal de contas foi o “pai dos pobres”.

Um pai presente, que concedeu toda uma legislação trabalhista que se preocupou em atender as necessidades básicas do operariado brasileiro. Foi diante de todo esse legado que o boletim mencionou em suas páginas a grande afluência ao Catete, pois o povo desejava se sentir próximo ao seu amado pai-presidente, ainda que morto. Paralelo a isso, foi também noticiado nesse dia a posse de Café Filho, a decretação do luto oficial por 8 dias, e as diversas homenagens vindas do senado, da câmara e do legislativo.³⁵²

Por outro lado, distúrbios em vários pontos da cidade foram notabilizados e apedrejamentos a jornais e emissoras – consideradas oposições à Vargas em vida aconteceram³⁵³. Mas por que apedrejar? Para os populares esse foi antes de mais nada um ato simbólico, onde este poderia manifestar seu total apoio a Vargas, embora morto, e seu desprezo a instituições que de certa forma o perseguiram em vida.

Com a chegada da urna funerária, novas comoções foram percebidas. Não obstante ao cenário nacional e enfaticamente ao Rio de Janeiro, o *Jornal do Brasil* preocupou-se em pontuar a repercussão da notícia do suicídio de Vargas no exterior (Caracas, Portugal, EUA), assim como no estado de Belo Horizonte, onde muitas desordens, assim como o fechamento de comércios ocorreram, em sinal de luto. Luto oficial no Espírito Santo, com um grande sentimento de pesar da população, assim como em Sergipe e em Pernambuco.

Esse sentimento de tristeza pôde ainda ser percebido de uma forma mais intensa, nas visitas ao corpo de Getúlio Vargas. Segundo o jornal, as filas eram longas e a rua

³⁵¹ Ed. 00196. Pág. 7. 25 ago 1954.

³⁵² Ed. 00196. Pág. 7. 25 ago 1954.

³⁵³ Ed. 00195. Pág. 9. 24 ago 1954.

do Catete desde as primeiras horas da manhã estavam intransitáveis, assim como cenas impactantes foram notadas nesse dia:

A maioria das pessoas ao se aproximar do esquife, beijavam-no e debruçavam sobre o mesmo, choros, ataques, gritos, se sucediam a todo o momento. Até às 21 horas de ontem cerca de 400 pessoas foram atendidas no serviço médico do S.A. M. D. U. Instalado numa pequena dependência ao lado da sala onde se achava em exposição o corpo do presidente Vargas.³⁵⁴

No caixão não se encontrava apenas o corpo de um chefe de Estado, mas de um homem que soube valorizar o trabalhador brasileiro e dar garantias ao mesmo em vida. Ou seja: “Para os trabalhadores, em particular, o Estado nos anos 1930 e 1940 tornou-se produtor de bens materiais e simbólicos”.³⁵⁵ O povo estava velando, alguém que instituiu: “Novas relações entre o Estado e a classe trabalhadora”.³⁵⁶ Alguém que não se preocupou apenas em criar uma legislação trabalhista, como também órgãos que garantissem o cumprimento dessas leis.

Nesse cenário de tristeza e convulsão social, no dia 26 de agosto de 1954, o periódico discorreu sobre a repercussão dolorosa no exterior do desaparecimento de Vargas. No dia 27 de agosto de 1954, teve-se no destaque do novo governo, como nomeações e as primeiras ações, e no dia seguinte voltou a destacar as novas demonstrações de pesar pelo suicídio, no Tribunal Federal de Recursos e no Tribunal Superior Eleitoral.³⁵⁷

No dia 29 de agosto de 1954 não foram feitas referências relacionadas às repercussões causadas pelo suicídio de Vargas. No dia 30 nada foi digitalizado e, por fim, no dia 31 de agosto de 1954, além de reportagens alusivas ao governo Café Filho e os seus desdobramentos, o *Jornal do Brasil* assinalou a homenagem feita à Getúlio Vargas pelo Tribunal Regional Eleitoral, o monumento a Vargas em Vitória e as diversas missas celebradas em Porto Alegre.³⁵⁸

Contestação, moderação, discricção, cautela e diligência foram marcas fundamentais percebidas no *Jornal do Brasil*, que reafirmou o seu caráter popular nas publicações sobre o dia 24 de agosto de 1954. Entre as notícias, enfatizou também informações europeias e norte-americanas e anúncios de empregos. Por outro lado, desde o dia 25 agosto noticiou fatos relacionados ao suicídio, tais como a comoção e a indignação popular. A partir da mesma data, passou também a mencionar o novo presidente e suas

³⁵⁴ Ed. 00196. Pág. 9. 25 ago 1954.

³⁵⁵ FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil ...*

³⁵⁶ FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil ...*

³⁵⁷ Ed. 00197/00198/00199. Págs 7, 6 e 5. 26-28 ago 1954.

³⁵⁸ Ed. 00200. Pág.1. 29 de ago 1954.

primeiras ações. Ou seja, esse jornal abriu espaço para reportagens sobre o suicídio, não o tratando apenas jornalisticamente, no sentido de apenas pontuar, mas procurou mencionar como o povo se sentiu com essa notícia, reportando-se a uma comoção social inédita no Brasil.

Dando continuidade à discussão, o segundo jornal analisado foi o *Tribuna da Imprensa*, um jornal carioca diário e vespertino, criado em 1949, por Carlos Lacerda, comprado por Hélio Fernandes em 1962 e que deixou de circular em papel em 2008. Ainda em 1949, Lacerda, então filiado à União Democrática Nacional (UDN), destacou as principais proposições do jornal, que seria a de fazer oposição às forças remanescentes do getulismo. O periódico se preocupou em criticar o governo getulista do governo provisório ao Estado Novo:

Quatro dias após o lançamento do jornal, Carlos Lacerda, através do artigo “50 anos de século XX”, explicitou com maior rigor as diretrizes de seu pensamento político: enquanto a Revolução de 1930 havia configurado a destruição da rotina constitucional no Brasil, a Revolução de 1932 fora o último grande ato da velha democracia brasileira contra a nova ordem instituída. O Governo Provisório e o período de 1934 a 1937 haviam representado um acordo entre as antigas e as novas forças políticas e sociais que dominavam o Estado. O Estado Novo, por sua vez, não fora senão a instauração da própria ditadura de Vargas, “um misto de caudilhismo sul-americano e de fascismo europeu.”³⁵⁹

Durante os bastidores das eleições de 1950, o periódico fez várias denúncias em relação à violência policial durante o Estado Novo e apoiou a candidatura de Eduardo Gomes, sem deixar de mencionar em suas páginas os discursos do também candidato Cristiano Machado. Para o jornal, eles estavam apoiando uma candidatura democrática que não foi capaz de convencer a população brasileira, que creditou os seus votos a Getúlio Vargas, este último que por escolha do povo, ou seja, por voto direto, assumiu a presidência do Brasil.³⁶⁰

Durante o segundo governo de Vargas, o *Tribuna da Imprensa* continuou sendo oposição à Vargas e, em 1951, entrou numa campanha contra o jornal *Última Hora*, alegando que o Estado possuía interesses nesse jornal. Em dezembro de 1952, um artigo assinado por Otávio Mangabeira enfatizou mais uma vez a posição do boletim, contrária a Vargas. Nesse artigo foi enfatizada uma dupla crise que estaria em torno do presidente.

³⁵⁹ LEAL, Carlos. *Tribuna da Imprensa*. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/tribuna-da-imprensa>. Acesso em 26 out.2020.

³⁶⁰ LEAL, Carlos. *Tribuna da Imprensa...*

Segundo Mangabeira: uma crise de governo e uma crise de regime.³⁶¹ O texto foi uma das tentativas do periódico em enfraquecer a figura de Vargas.

De acordo com Foster Dulles, esse foi o jornal que desferiu: “os mais violentos ataques ao governo”. E durante a crise do segundo governo Vargas, enfaticamente no momento do Atentado da Toneleros, o boletim acirrou sua posição contrária ao governo de forma exorbitante. Devido à tamanha oposição, com os desdobramentos provocados devido ao suicídio de Getúlio Vargas em 1954, o boletim sofreu retaliações por parte dos populares que tentaram empastelar a sua redação.

No dia 24 de agosto de 1954, o *Tribuna da Imprensa* divulgou a manchete: “Suicidou-se Getúlio, desfechando um tiro no coração em seus aposentos”. Continuou abordando um dos desdobramentos provocados pela morte de Vargas, que foi o fechamento dos comércios no Rio de Janeiro e, logo depois, nas páginas sucessoras, passou a dar uma ênfase maior ao novo governo, o de Café Filho, suas declarações iniciais e seu dramático discurso no senado.

No dia 25 de agosto de 1954, nada foi digitalizado. Houve um silêncio que foi interrompido no dia 26, quando a primeira página do periódico se preocupou novamente em destacar o governo de Café Filho, mencionando as nomeações e as exonerações do novo governo, o novo ministro da justiça e apresentando os “homens do governo café Filho”. Em contrapartida, ainda no dia 26, o boletim acabou salientando também a missa em sufrágio pelo presidente morto, assim como a repercussão da morte de Vargas no exterior (Cidade do Vaticano, Peru, Bélgica, Portugal, Chile, França, EUA, Guatemala, Londres, o luto oficial na Argentina, Suíça). Nas páginas seguintes continuou expondo a grande emoção que tomou conta da população durante o embarque do corpo de Vargas, assim como a grande comoção que ocorreu quando o corpo chegou no aeroporto Santos Dumont, quando os populares transpuseram os portões cantando o hino nacional. O periódico continua narrando que milhares de pessoas estavam pranto, desfilando diante do corpo de Vargas, no Palácio do Catete.

Diante desta descrição, cabe a indagação: Por que amar Vargas? Por que chorar por Vargas? Por que se desesperar por Vargas? Uma hipótese ancorada na análise desta Dissertação é que Vargas representava o bem do Brasil, pois mudou o seu perfil político e econômico, fazendo-o avançar, soube dirigi-lo e resguardá-lo na fase mais tormentosa que

³⁶¹ LEAL, Carlos. *Tribuna da Imprensa...*

a humanidade passou, a Segunda Guerra Mundial, e foi um gênio político de que o país se orgulhava, um homem do povo e que teve um bom coração.³⁶²

De acordo com o amazonense Manoel Marinho da Silva, em *O Jornal*, Vargas era um exemplo de homem e brasileiro, administrador e juiz e acima de tudo amigo.³⁶³ Em meio a essas e outras percepções, por que amar Vargas? O periódico, a partir da indicação redigida pelos leitores, fomenta hipóteses para a questão: porque Vargas era o chefe da família e foi aquele que amparou o brasileiro.³⁶⁴ Porque Vargas protegeu ao trabalhador.³⁶⁵ Porque Vargas não havia sido apenas um presidente e sim um amigo.³⁶⁶

Prosseguindo a publicação em torno dos acontecimentos, o jornal *Tribuna da Imprensa*, no dia 27 de agosto de 1954, mencionou as desordens ocorridas no Rio Grande do Sul, as quais provocaram 6 mortes e ferimentos em cerca de 70 pessoas. Ainda nesse dia, o boletim continuou a ressaltar as mudanças promovidas por Café Filho, tais como: a nova política econômica e o anúncio do ministro da fazenda.³⁶⁷

Nos dias 28 e 29 de agosto de 1954 não houve destaque para os desdobramentos da morte de Vargas e o enfoque foi nos bastidores para as próximas eleições³⁶⁸. No dia 30, o jornal publicou a formação da grande frente nacional em apoio a Café Filho³⁶⁹ e no dia 31 as desordens na rua, geradas devido à aliança PCB-PTB.³⁷⁰

O jornal *Tribuna da Imprensa*, marcadamente contrário ao governo getulista, e também alvo de ações contrárias de populares, noticiou os acontecimentos relacionados ao suicídio, porém sua ênfase foi no governo de Café Filho, suas declarações e ações. Este foi um jornal que, embora tenha tratado o suicídio jornalisticamente, ainda assim mencionou a comoção social ocasionada pela morte de Getúlio Vargas.

Por fim cabe discutir o jornal *Última Hora*, um jornal de oposição à classe dirigente e a favor do governo de Vargas.³⁷¹ Nesse sentido, o boletim foi criado para servir de respaldo ao governo getulista junto à opinião pública. Samuel Wainer, o fundador apresentava Vargas como: “O poder contra o poder”, a contraditória figura política que,

³⁶² MACEDO, Michelle. *O movimento queremista...*, p.66.

³⁶³ O Jornal. Rio de Janeiro, 31 agosto de 1945, 1ª seção, p.6.

³⁶⁴ O Jornal. Rio de Janeiro, 26 agosto de 1945, 3ª seção, p.8.

³⁶⁵ O Jornal. Rio de Janeiro, 31 agosto de 1945, 1ª seção, p.6.

³⁶⁶ O Jornal. Rio de Janeiro, 31 agosto de 1945, 1ª seção, p.6.

³⁶⁷ Ed. 01420. 27 ago 1954.

³⁶⁸ Ed. 01421. 28 e 29 ago 1954.

³⁶⁹ Ed 01422. 30 ago 1954.

³⁷⁰ Ed 01423. 31 ago 1954.

³⁷¹ *Última Hora (RJ)* – Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 07 mar.2019.

embora na presidência da República, empenhava-se em lutar contra “a classe dirigente brasileira” na qual estariam congregados os “verdadeiros elementos do poder”.³⁷²

Wainer, manteve relações diretas com Vargas. Desta forma, a posição defendida pelo periódico era de apoio a Getúlio, servindo como uma ponte entre o governo e o povo. Somada a essa defesa, o boletim se propôs a lutar pela soberania nacional e pelo desenvolvimento econômico, combatendo os interesses estrangeiros na economia brasileira³⁷³. Esta proposta está diretamente ligada à defesa nacional-estatista de Getúlio.

Diante desta posição, notamos que o jornal se tornou um: porta-voz da política de Vargas, num momento em que jornais como *Diário Carioca* e *Tribuna da Imprensa* faziam uma oposição ferrenha ao governo. É nesse cenário que Carlos Lacerda, fundador do *Tribuna da Imprensa*, e aliado a outros órgãos da imprensa do Brasil, desencadeou uma intensa campanha contra o periódico *Última Hora*. Dentre acusações a Samuel Wainer, Lacerda destacava o fato do jornalista ser estrangeiro e que, de acordo com a Constituição vigente, ele não poderia ter assumido e dirigido qualquer órgão de imprensa no país. Não obstante a isso, Lacerda continuou a campanha enfatizando:

Os empréstimos que deram origem à *Última Hora*, e sobretudo as relações de Samuel Wainer com o Banco do Brasil. Os financiamentos obtidos por Wainer passaram a ser tachados de “vergonhoso favoritismo”. *Última Hora* foi acusada de ter conseguido ilicitamente um financiamento de quase 250 milhões de cruzeiros antigos.³⁷⁴

Logo em seguida, em 1953, foi instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, para apurar as denúncias feitas ao jornal a *Última Hora*. O objetivo dos opositoristas além de destruir o periódico, era o de tentar vincular o presidente e membros da sua família ao jornal, pois: “Dessa forma, criar-se-iam elementos para envolver o presidente em crime de favorecimento, abrindo-se a possibilidade de um *impeachment* de seu governo”.³⁷⁵ O objetivo da oposição não era meramente destruir um jornal, mas acabar com Vargas. Nesse momento, as conclusões da CPI foram publicadas:

As conclusões da CPI, publicadas pelo *Diário do Congresso Nacional* de 18 de novembro de 1953, atestaram ter havido concessão de empréstimo à *Última Hora* pelo Banco do Brasil mediante a caução de contratos de publicidade, fixada antes mesmo de circular o primeiro número do jornal,

³⁷² LEAL, Carlos. *Última Hora*. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/ultima-hora>. Acesso em 28 ago 2020.

³⁷³ LEAL, Carlos. *Última Hora*...

³⁷⁴ LEAL, Carlos. *Última Hora*...

³⁷⁵ LEAL, Carlos. *Última Hora*...

e contra descontos de títulos avalizados por Samuel Wainer e Luís Fernando Bocaiúva Cunha.³⁷⁶

A despeito das perseguições e das conclusões da CPI, o jornal conseguiu pagar as suas dívidas e sobreviver à crise que se intensificou a partir do atentado da Toneleros, onde o major Rubens Vaz veio a óbito. Esse foi um cenário em que houve um aumento expressivo de posições contrárias ao governo, assim como foi o momento em que: “Getúlio pediu então a Wainer, através de seu filho Manuel Vargas e de Danton Coelho, que publicasse em *Última Hora* a manchete “Só morto sairei do Catete”. Esta manchete estava pronta quando, no dia 24 de agosto, o presidente se suicidou”.³⁷⁷

Com a morte de Vargas, o periódico foi único que conseguiu circular no Rio de Janeiro, uma vez que os demais jornais foram impedidos pela própria população. Diante da morte do presidente, o boletim foi o jornal que mais se preocupou em detalhar as ações ocorridas devido ao suicídio de Vargas, assim como foi o jornal que deu maior atenção as diversas reações do trabalhador brasileiro, dando voz ao povo nesse momento de grande dor.

Diante disso, no dia 24 de agosto de 1954, a primeira página do boletim destacou a manchete: “Matou-se Vargas, o presidente cumpriu a palavra: só sairei morto do Catete”.³⁷⁸ As publicações que seguiram a mesma página, no mesmo dia, narraram que, às 08.30min da manhã, o maior líder popular que o povo brasileiro já havia conhecido encerrou de modo dramático a sua vida, com um tiro no coração.

Líder esse que permaneceu no poder inicialmente por 15 anos consecutivos e assim que houve a oportunidade de o povo decidir, por intermédio do voto direto, o elegeu. Mas por que a escolha Vargas? Conforme destaca Macedo e consideramos na resposta desta proposição: “Os trabalhadores e populares, como sujeitos históricos, foram capazes de refletir acerca de sua realidade, compreendendo Getúlio Vargas a partir de suas necessidades materiais e simbólicas.”³⁷⁹

Esta interpretação relaciona-se a uma visão dos trabalhadores não apenas como massa de manobra, alienada pela propaganda política, mas como possuidores de uma cultura política, que associava a figura de Vargas à cidadania social. E foram justamente esses mesmos trabalhadores que decidiram por ele mais uma vez, em agosto de 1954.

³⁷⁶ LEAL, Carlos. *Última Hora...*

³⁷⁷ LEAL, Carlos. *Última Hora...*

³⁷⁸ Ed 00979. 24 ago 1954, p. 1.

³⁷⁹ MACEDO, Michelle. *O movimento queremista...*, p. 86-87.

Ainda no dia 24 de agosto de 1954, o periódico transcreveu a mensagem que Vargas deixou antes de desfechar um tiro contra o próprio peito, o tiro fatal: “A sanha dos meus inimigos deixo o legado de minha morte. Levo o pesar de não ter podido fazer pelos humildes tudo aquilo que eu desejava”.³⁸⁰ A página subsequente se preocupou em ressaltar a mudança da fisionomia política da nação.

No mesmo ritmo de reportagens, no dia 25 de agosto de 1954, o periódico fez questão de narrar como foi o último encontro do povo com o grande presidente morto, enfatizando as longas e intermináveis filas que serpenteavam pelas ruas adjacentes ao Palácio Presidencial. Na página 2, o jornal descreveu que durante toda a noite houve um desfile do povo, onde todas as classes sociais estavam ali representadas, democraticamente de pé nas longas filas que se estendiam pelas ruas Silveira Martins e Ferreira Viana, e que alcançavam a Praia do Flamengo, a praia do Russel de um lado, e a rua Machado de Assis do outro.³⁸¹

A comoção social era notória. Segundo o boletim, o povo na rua gritava impaciente pelo seu presidente. Assim, destacou-se cerca de dois mil e cem desmaios, crises coletivas históricas e populares que precisaram ser medicadas, com cerca de 20 casos graves. Sobre esses casos, o periódico apresentou imagens de pessoas sendo carregadas por enfermeiros.³⁸² Em relação ao desequilíbrio emocional percebido, Jorge Ferreira, afirma que: “A presença do cadáver de Vargas permitia que os mais secretos símbolos e imagens referentes à morte que povoam o inconsciente se revelassem e daí o desequilíbrio emocional e psíquico”.³⁸³

Esse momento era de dor e a população estava tão consternada que o caixão, lugar onde foi visto pela última vez o pai dos trabalhadores brasileiros, ficou repleto de lágrimas e uma incalculável multidão comovida acompanhou o presidente do palácio do catete ao aeroporto.³⁸⁴

Na sequência desta edição, na página 14, relatou-se o cortejo fúnebre do presidente, no qual os populares, com olhos repletos de lágrimas, declamavam: “Para nós ele não morreu”. Nesse momento, cerca de duas mil e oitocentas pessoas precisaram ser socorridas. Milhares de pessoas estiveram ao lado do aeroporto Santos Dumont, assim como houve vários incidentes depois da partida do corpo de Vargas, onde um popular foi

³⁸⁰ Ed. 00979. 24 ago 1954. Pág.1.

³⁸¹ Ed 00980. 25 ago 1954. Pág 1-2.

³⁸² Ed 00980. 25 ago 1954. Pág 2.

³⁸³ FERREIRA, Jorge. *“O carnaval da tristeza...”, p.76.*

³⁸⁴ Ed 00980. 25 ago 1954. Pág 2.

morto e outros feridos em consequência da descarga de uma metralhadora contra o povo que se manifestava naquele momento.³⁸⁵ Foi durante esse momento de grandes dificuldades que o repórter do *Última Hora* entrevistou um grupo de comerciárias, e uma delas ressaltou:

Para nós, mulheres, Getúlio Vargas não morreu. A sua obra ficará eternamente beneficiando nossos filhos, nossos netos, e estes ainda lembrar-se-ão daqui a 50 ou 100 anos que o Brasil teve um dia um presidente da República que se dedicou de corpo e alma para solucionar os problemas das classes menos favorecidas. Por isso é que eu digo que para nós Vargas não morreu.³⁸⁶

De uma forma geral, as entrevistas de diferentes grupos da população nos jornais indicavam que, quem morreu foi um homem que trouxe apenas benesses a população, mas que se dedicou integralmente em servir a nação, ou seja, um corpo desapareceu, mas não o seu legado. É diante desse cenário que a indagação: mas por que amar Vargas? é suscitada mais uma vez. Para responder esse questionamento, nos reportaremos ao depoimento da Dona Jaci, de 60 anos, a qual relatou um pouco do porquê do seu amor pelo presidente:

Tudo o que nós temos devemos ao Dr. Getúlio! Ele não poderia nos deixar. Nunca tivemos nós, mulheres de trabalhadores, um homem que tanto se dedicasse aos pequenos como o nosso Presidente que acaba de morrer. É o fim para nós que vivemos do trabalho.³⁸⁷

É válido destacar que esse amor tinha uma via de mão dupla e havia sido regido por um pacto social³⁸⁸, onde o governo soube olhar para o povo e levar em consideração as suas lutas e dessa forma conceder aquilo que eles tanto pleitearam, que eram os direitos trabalhistas.

Prosseguindo o seu detalhamento, no dia 26 de agosto de 1954, o jornal destacou a situação de pranto e dor dos estados com a morte de Vargas, a proibição dos comícios no Rio Grande do Sul, a romaria nacional a São Borja para sepultar Getúlio e as diversas comoções em Porto Alegre. Na página 5, ressaltou a repercussão do suicídio no mundo e as homenagens a Vargas que ocorreram na França, Argentina, Espanha, Suíça, Inglaterra e Portugal.³⁸⁹

No dia 27 de agosto de 1954, o periódico começou as publicações com uma declaração de Osvaldo de Aranha no túmulo de Vargas: “Juro continuar a luta”. Também relatou a recepção ao corpo de Vargas pelos rio-grandenses, e, por fim, deu espaço a

³⁸⁵ Ed 00980. 25 ago 1954, p. 14-16.

³⁸⁶ *Última Hora*, 25 ago 1954, segunda edição extra, p.2.

³⁸⁷ *Última Hora*, 24 ago 1954, p.3.

³⁸⁸ GOMES, Ângela. *A invenção do trabalhismo...*

³⁸⁹ Ed 00981. 26 ago 1954, p. 3 e 5.

notícias que envolviam o novo presidente, demonstrando a intensidade do primeiro dia de Café Filho no Catete.³⁹⁰

A repercussão da morte de Vargas ainda estava bem viva nas publicações do jornal no dia 28 de agosto de 1954, quando foi descrita a orfandade dos trabalhadores com o suicídio do presidente, assim como enfatizada a coragem de Vargas em morrer na defesa do mandato conferido pelo povo.³⁹¹

Em relação ao suicídio e a essa coragem, Jorge Ferreira destacou que: “Se na cultura ocidental o suicídio é interpretado como sinal de fuga, gerando certa vergonha e ferindo inclusive os preceitos do cristianismo, a atitude de Vargas, porém, assumiu significado bem diferente”.³⁹² Segundo José Carlos Rodrigues, quando um mártir morre pelos seus ideais – na defesa da pátria, ele deixa um sentimento de orgulho coletivo e a sua memória acaba sendo reverenciada.³⁹³

Aqui observamos mais duas ponderações que auxiliam na resposta à indagação: Por que amar Vargas? Porque o homem que morreu honrou até o final a confiança depositada nele pela população, de tal forma que teve muita coragem em desferir um tiro contra o próprio peito com o propósito de defender o mandato conferido a ele pelo povo.

Dando continuidade às matérias do *Ultima Hora*, no dia 29 de agosto de 1954, nada foi digitalizado, e no dia 30 de agosto de 1954 foi relatado que Alzira Vargas, filha do presidente morto, depôs afirmando que seu pai não havia se suicidado, mas dado o seu próprio sangue, com o objetivo de que não escorresse o sangue do povo. Ou seja, Alzira entendeu que a atitude do seu pai de se suicidar estava diretamente relacionada a defesa do povo, que ele tanto amou em vida.³⁹⁴

Ainda no mesmo dia, Alzira afirmou que tinha em seu poder os rascunhos originais da carta-testamento do seu pai, acrescentando que ninguém os arrancaria dela. Em suas últimas declarações neste dia, Alzira declamou: “Meu pai deu a sua vida em holocausto. Para que o povo brasileiro, que ele amava mais que a si próprio, mais do que a própria família, extraísse de seu sacrifício novas forças para continuar lutando pela emancipação econômica e política do Brasil”.³⁹⁵

³⁹⁰ Ed 00982. 27 ago 1954, p. 1,3 e 4.

³⁹¹ Ed 00983. 28 ago 1954, p. 1-3.

³⁹² FERREIRA, Jorge. *O carnaval da tristeza...*, p. 78-79.

³⁹³ RODRIGUES, José Carlos. *Tabu do Corpo*. Rio de Janeiro, Achiamé, 1979, p.59.

³⁹⁴ Ed 00984. 30 ago 1954, p.1.

³⁹⁵ Ed 00984. 30 ago 1954, p.1.

Seis dias após a morte de Vargas, no dia 31 de agosto de 1954, o povo ainda se mostrava consternado com toda a situação, alegando que fariam justiça por intermédio do voto, assim como ajoelharam-se para pedir a Deus pela alma de Vargas, no pátio da Igreja da Candelária.

Diante de todos os desdobramentos relatados nos parágrafos anteriores: Por que amar Vargas? Por que chorar por Vargas? Por que se desesperar por Vargas? A partir de uma interpretação baseada no conceito trabalhismo, que orientou a Dissertação, e na percepção da população indicada nos jornais diante do suicídio, cabe ressaltar que Vargas não foi visto apenas como um governante e sim como pai. Ele soube ouvir, atender e garantir aos trabalhadores direitos que antes eram apenas teóricos e durante o seu governo se tornaram realidade. Porque ele estabeleceu um pacto social com o povo e lutou pelas classes menos favorecidas. Porque ele foi um homem de bom coração e tinha compromisso com aqueles que trabalhavam. Porque, antes dele o trabalhador, o vagabundo e o criminoso se confundiam no mesmo caso de polícia. Porque:

Getúlio viu que o trabalhador tinha deveres e lhe deu direitos; tinha família e lhe deu assistência; tinha fome e lhe deu pão; estava doente e lhe deu hospital; que ficava velho e lhe deu aposentadoria; (...) que o trabalhador tinha filho e lhe deu escola; que o trabalhador era gente e lhe deu uma situação na sociedade.³⁹⁶

Por que amar, chorar e se desesperar por Getúlio? Ainda embasando-nos no referencial conceitual do trabalhismo e nos periódicos trabalhados nesse capítulo, cabe indicar que: “O trabalhador, que antes era tratado como caso de polícia, passou a ser contemplado por políticas públicas de cunho, social, como leis trabalhistas, educação e saúde”.³⁹⁷ Porque Vargas concedeu leis ao trabalhador porque reconhecia o seu dever de assim o fazê-lo, com o objetivo de manter a harmonia social.³⁹⁸ Porque ele olhou para os necessitados e lutou até o último dia da sua vida contra as pressões oposicionistas em defesa do povo. Porque ele lutou contra a espoliação do Brasil e pelo nacional-estatismo. Porque ele lutou pelo povo com a sua própria morte, a fim de que esse grupo não fosse escravo de ninguém. Porque desapareceu um corpo, mas não o seu legado.

Lágrimas, tristeza, luto oficial por oito dias, homenagens no senado, na câmara, repercussão e consternação no exterior e em vários estados. Enfaticamente, no Rio de Janeiro, uma convulsão antes não vista na história do Brasil, em um cortejo fúnebre que reuniu milhares de pessoas, que gritaram, choraram e se desesperaram. Mais de dois mil

³⁹⁶ O Jornal. Rio de Janeiro, 17 ago 1954, 1ª seção, p.3.

³⁹⁷ MACEDO, Michelle. *O movimento queremista...*, p. 67.

³⁹⁸ GOMES, Ângela. *A invenção do...*

casos de indivíduos que se sentiram mal e precisaram de assistência médica. Depoimentos comoventes. Comércio fechados. Ataque a jornais oposicionistas como *O Globo* e o *Tribuna da Imprensa*, sob a forma de protesto.

Um outro fato importante de se notar foi a comoção popular ocorrida nos estados brasileiros, muito embora o ápice tenha acontecido no Rio de Janeiro e também no Rio Grande do Sul. Uma justificativa para isso pode ser devido ao fato do presidente morrer na capital fluminense, mas o que percebemos é que o impacto da morte de Vargas foi nacional e não restrito a apenas um estado. Para Jorge Ferreira, o suicídio de Vargas:

Paralisou os golpistas, a reação popular os fez recuar. Surpresos e atemorizados, perderam a autoridade e, sobretudo, a legitimidade política para justificar como necessária a intervenção militar. O golpe era inviável. O presidente morto inspirava, no mínimo, prudência política.³⁹⁹

Desta forma, observamos, ao final desta análise, que os três jornais analisados nessa pesquisa: *Jornal do Brasil*, *Tribuna da Imprensa* e *Última Hora*, destacaram o suicídio em suas páginas. Alguns tentaram minimizar o acontecimento, publicando e enfatizando a posse de Café Filho, mas ainda assim mencionou os acontecimentos gerados a partir do suicídio de Vargas, como foi o caso do *Tribuna da Imprensa*. Por fim, vale ressaltar que o jornal *Última Hora*, merece destaque nessa análise, pois enfatizou a comoção social vivida pelo povo brasileiro ante a esse episódio.

³⁹⁹ NETO, Lira. *Getúlio (1945-1954): Da volta pela consagração...*, p.315.

CONCLUSÃO

Ao longo dos três capítulos buscou-se problematizar a relação construída entre o governo getulista e o povo brasileiro, durante a Era Vargas (1930-1945), assim como também no segundo governo do presidente (1951-1954), a fim de compreender o que levou a convulsão social diante do suicídio de Getúlio, ocorrido no dia 24 de agosto de 1954.

Para isso, fez-se necessário, num primeiro momento, analisar quem era o trabalhador brasileiro durante a Primeira República⁴⁰⁰ – o período anterior a Era Vargas. Em que condições estes viviam e quais eram as motivações das suas lutas⁴⁰¹. Feito isso, procurei traçar um paralelo entre quem era o trabalhador brasileiro antes e o que este se tornou a partir de 1930.

Nesse sentido, conquistas e ganhos materiais e simbólicos obtidos por esse povo foram destacados ao longo do primeiro capítulo, assim como foi enfatizado o conceito de pacto social defendido pela autora Ângela de Castro Gomes. Conceito esse que defende que durante o governo Vargas houve a criação de um pacto direto com o povo, onde o Estado reconhecia o seu dever de conceder leis de amparo a esse trabalhador e o povo destinatário dessas benesses retribuiria com gratidão, e esta última poderia ser vista em seu apoio ao governo vigente. Sendo assim, como notado por Ângela de Castro Gomes, o trabalhador brasileiro se vinculou aos direitos sociais, à cidadania social, às leis trabalhistas, como também à pessoa de Getúlio Vargas.⁴⁰²

Seguindo a mesma linha, a do trabalhismo⁴⁰³, para entender como os laços entre o governo Vargas e o povo se firmou, no segundo capítulo, tratei o processo de declínio do Estado Novo, destacando a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial e o Manifesto dos Mineiros nesse processo. E ainda nesse mesmo capítulo discorri sobre o movimento queremista, suas reivindicações e adesões. A partir da sua análise chegamos a conclusão que embora para a oposição, em especial para UDN, o povo tendo a oportunidade de escolher por uma liberal-democracia, sairia do lado de Vargas que por eles era taxado de ditador. Mas, ao contrário do que eles pensavam, o povo decidiu por ficar ao lado de Vargas e o queremismo expressa de forma direta essa decisão popular.

⁴⁰⁰ MACEDO, Michelle. *O movimento queremista...*, p.60.

⁴⁰¹ BATALHA, Cláudio. *O movimento operário...*, p.11.

⁴⁰² GOMES, Ângela de Castro. *A invenção...*, 1988

⁴⁰³ GOMES, Ângela de Castro. *A invenção...*, p.228.

Com o objetivo de enriquecer esta pesquisa, procurei ainda no segundo capítulo mencionar alguns telegramas que eram: “Correspondências ao presidente transformou-se em um eficiente meio de reivindicação queremista no ano de 1945”. Tais escritos passaram a ser redigidos a Vargas, pois as pessoas entendiam que os telegramas eram: “[...] um eficiente meio de comunicação com o presidente”.⁴⁰⁴

Se no segundo capítulo apresentamos o processo de declínio e fim do Estado Novo, assim como enfatizamos a importância do movimento queremista nesse contexto, o terceiro e último capítulo foi dedicado ao segundo governo e à análise da repercussão social do suicídio de Vargas, através da cobertura dos jornais cariocas. Para tal, em primeiro lugar, recortei de forma mais pontual os periódicos *Jornal do Brasil*, *Tribuna da Imprensa* e *Última Hora* e tracei um breve perfil de cada um deles, com a transcrição e análise das matérias entre os dias 24 de agosto de 1954 a 31 de agosto de 1954.

Diante disso, o objetivo central desta dissertação foi observar, através dos jornais, o impacto nacional promovido pela morte de Vargas, onde tentamos responder ao longo da pesquisa nossa indagação inicial, sendo esta: até agosto de 1954, apesar de todo o carisma de Vargas, ele estava isolado. Quando se suicidou o povo foi para as ruas. Por quê? Com o intuito de responder a essa problemática, recorri à trajetória construída entre o governo getulista e o trabalhador brasileiro desde o início da Era Vargas, ainda em 1930, e posteriormente aos ganhos materiais obtidos por esse trabalhador, durante o transcorrer da governança do presidente.

Após ter sido levantado esse questionamento no início dessa pesquisa, foi apresentada a minha hipótese, segundo a qual convulsão social com o suicídio ocorreu, porque durante o governo getulista foi criado um pacto direto do presidente com o povo, em que a ligação entre o movimento operário e Getúlio Vargas foi construída com muita força. Sendo assim, seu desaparecimento físico – a sua morte –, foi tomada como um fato surpreendente, impactante e inesperado para esse povo: afinal de contas da morte não se volta.

Diante disso ao longo da pesquisa, procurei enfatizar como o pacto social se consolidou e pôde ser notado, mais forte do que nunca nas cenas de comoção social nos principais centros da cidade do Rio de Janeiro, a partir da notícia da morte do presidente. Nesse sentido observou-se que entre 1930-1934 tivemos o embrião desse acordo. Ou seja, o início da construção dessa relação entre ambos, o que não se restringiu ao Governo Provisório

⁴⁰⁴ MACEDO, Michelle. *O movimento queremista...*, p.74 e 90.

e alcançou o Governo Constitucional (1934-1937), com o fortalecimento desse pacto, que encontrou o seu ápice, ou seja, consolidou-se durante o Estado Novo (1937-1945)⁴⁰⁵.

Sendo assim a hipótese reportada no início dessa pesquisa comprovou-se, na medida em que percebemos a construção de laços fortes que foram construídos entre o governo e o povo, postos em prática, de forma espontânea e emocionada, na convulsão social protagonizada no dia 24 de agosto de 1954, tendo em vista que, diante da notícia da morte/desaparecimento físico de Vargas, uma multidão foi para as ruas chorar e lamentar o falecimento de um presidente que trouxera para eles ganhos materiais e simbólicos.

Ou seja, a morte, o desaparecimento físico do presidente motivou a comoção social, considerando que a morte destrói e faz putrefar tudo aquilo que a sociedade investiu, durante tanto tempo em um ser humano.⁴⁰⁶ Além do mais, segundo José Carlos Rodrigues, o falecimento de um governante repercute de maneira ainda mais grave, com grande assombro, pois ela representa o conjunto da coletividade.⁴⁰⁷ A morte trouxe um sentimento de desespero e desequilíbrio emocional e psíquico na população, pois da morte não se volta.

Por fim, a partir do recorte temporal 1930-1945 e 1951-1954, pudemos perceber que o povo escolheu por Vargas não apenas em 1945, no movimento queremista, e em 1951, com a eleição direta, mas também em 1954, uma vez que, mesmo diante de um cenário de crises e incertezas, optaram por chorar, se lamentar e venerar o presidente que, reconhecidamente, por meio de diferentes manifestações, em vida tanto fez por eles. Presidente esse que, de fato, conduziu estrategicamente a sua trajetória, saindo da vida e entrando para a história como um dos sujeitos mais controversos e aclamados da política brasileira.

⁴⁰⁵ SILVA, Michelle. *Não queremos o divórcio, nós queremos Vargas*. Revista Sapiens UEMG. Carangola, v.1, n.02, p.1-17, out.2019.

⁴⁰⁶ RODRIGUES, José Carlos. *Tabu do...*, p.49.

⁴⁰⁷ RODRIGUES, José Carlos. *Tabu do...*, p. 58.

FONTES

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 2 de março de 1945, p.10. Edição 15438. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194. Acesso em: 14 jan.2019.

Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 3 de março de 1945, p.12. Edição 15439. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194. Entrevista de Vargas à imprensa. Acesso em: 14 jan.2019.

Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 10 de abril de 1945, p.4. Edição. 15470. Edição 15667. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194. Acesso em: 17 jan.2019.

Correio da Manhã. 27 de novembro de 1945. Edição 15667. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194. Acesso em: 15 mar.2019.

Correio da Manhã. 17 de novembro de 1945. Edição 15659. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194. Acesso em: 15 mar.2019.

Correio da Manhã. 4 de dezembro de 1945. Edição 15673. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194. Acesso em: 15 mar.2019.

Correio da Manhã. 5 de dezembro de 1945. Edição 15674. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194. Acesso em: 15 mar.2019.

Folha da Manhã. Discurso de Getúlio Vargas. 21 de setembro de 1939, p. 2. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=21468&anchor=214824&origem=busca>. Acesso em: 10.dez.2018.

Folha da Tarde. 15 de novembro de 1945. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=23340&anchor=206944&origem=busca>. Acesso em: 15 mar.2019.

O Globo. Revista. Suplemento especial de agosto de 1950.

O Globo. Entrevista de José Antônio Aranha – líder queremista. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=194019450504>. Acesso em: 15 jan.2019.

O Jornal. Rio de Janeiro, 18 de maio de 1945. Edição 07684. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_04&pasta=ano%20194. Acesso em: 15 jan.2019.

O Jornal. Rio de Janeiro, 27 de julho de 1945. Edição. 07744. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_04&pasta=ano%20194. Acesso em: 15 jan.2019.

O Jornal, Rio de Janeiro, 03 de agosto de 1945. Edição 07750. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_04&pasta=ano%20194. Acesso em: 15 jan.2019.

O Jornal. Rio de Janeiro, 05 de agosto de 1945. Edição 07752. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_04&pasta=ano%20194. Acesso em: 16 jan.2019.

O Jornal. Rio de Janeiro, 07 de agosto de 1945. Edição 07753. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_04&pasta=ano%20194. Acesso em: 16 jan.2019.

O Jornal. Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1945, 1ª seção. Edição 07762. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_04&pasta=ano%20194. Acesso em: 16 jan.2019.

O Jornal. Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1945. Edição. 07765. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_04&pasta=ano%20194. Acesso em: 16 jan.2019.

O Jornal. Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1945, p.2. Edição. 07768. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_04&pasta=ano%20194. Acesso em: 17 jan.2019.

O Jornal. Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1945, p.1. Edição. 07774. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_04&pasta=ano%20194. Acesso em: 06 mar.2019.

O Jornal. Rio de Janeiro, 02 de setembro de 1945. Edição 07777. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_04&pasta=ano%20194. Acesso em: 07 mar.2019.

O Jornal. Rio de Janeiro, 02 de setembro de 1945. Edição 07776. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_04&pasta=ano%20194. Acesso em: 07 mar.2019.

O Jornal. Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1945, p.6. Edição. 07774. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_04&pasta=ano%20194. Acesso em: 07 mar.2019.

O Jornal. Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1945, p.7. Edição. 07813. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_04&pasta=ano%20194. Acesso em: 15 mar.2019.

O Radical. Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1945, p.6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830399&pesq=O%20RADICAL>. Acesso em: 16 jan.2019.

O Radical. Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1945, p.6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830399&pesq=O%20RADICAL>. Acesso em: 15 mar.2019.

Última Hora (Extra). Brasil.

Tribuna da Imprensa. Brasil.

Diário da Noite. Brasil.

Correio da Manhã. Brasil.

Gazeta de Notícias. Brasil.

Diário Carioca. Brasil.

Jornal do Brasil. Brasil.

O Globo. Brasil.

O Radical. Brasil.

O Jornal. Brasil.

Folha da Manhã. Brasil.

Folha da Tarde. Brasil.

CPDOC-FGV

Documento GV c 1945.II.25.

Documento GV c 1945.II.18.

Documento GV c 1945.II.14.

Arquivo. Documento GV c 1945.II.00/2.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALVES, Alzira. *Partido Comunista Brasileiro*. In: Verbete CPDOC. Disponível em: << <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-brasileiro-pcb>>> Acesso em: 14 jan.2019.

_____. *Aliança Liberal*. In: Verbete CPDOC. Disponível em: << <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/alianca-liberal>>> Acesso em 20 jul.2018.

_____.; CARNEIRO, Alan. Luís Carlos Prestes. Disponível em:< <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/prestes-luis-carlos>> Acesso em: 13 jan.2019.

AQUARELA DO BRASIL. Disponível em: << <https://www.letas.mus.br/ary-barroso/163032/>>>. Acesso em: 2 out.2018.

ARAÚJO, Rejane. *Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP*. In: Verbete CPDOC. Disponível em: << <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/departamento-de-imprensa-e-propaganda-dip>>> Acesso em: 9 nov.2018.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa*. Mauad, 2010.

BARATA, Renée. *História através da imprensa – algumas considerações metodológicas*. PUC-SP, 1985, p.89-102.

BASTOS, Pedro Paulo. “Ascensão e Crise do projeto nacional-desenvolvimentista de Getúlio Vargas”. FONSECA, Pedro Cezar (Org). 2012. *A Era Vargas: Desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Unesp. (P.361-397).

BATALHA, Cláudio. 2000. *O movimento operário na Primeira República*. ZAHAR, p.11.

BENEVIDES, Maria. *União Democrática Nacional (UDN)*. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/uniao-democratica-nacional-udn>> Acesso em: 13 jan.2019.

_____. Manifesto dos mineiros. In: Verbete CPDOC. Disponível em: << <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/manifesto-dos-mineiros>>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

BOMENY, Helena. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

BORGHI, Elza. *O queremismo na redemocratização de 1945*. Dissertação de mestrado. Niterói: UFF, 1984.

BRANDI, Paulo. *Vargas. Da vida para a história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

BRANDI, Paulo. *Plano Cohen*. In: Verbete CPDOC. Disponível em: <<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-cohen>>> Acesso em: 8 out.2018.

BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1981.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: História e Historiografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CAMARGO, Ana Maria. *A imprensa periódica como fonte para a História do Brasil*. Em Eurípedes Simões de Paula (org.), *Anais do v Simpósio Nacional de Professores Universitários de História*, São Paulo, Seção Gráfica da FFLCH/USP, 1971, p.225-239.

CPDOC. *Diretrizes do Estado Novo (1937 - 1945) > Queda de Vargas e fim do Estado Novo*. CPDOC. <<cpdoc.fgv.br>> Acesso em: 12 dez. 2018.

_____. *Diretrizes do Estado Novo (1937 - 1945)*. Constituição de 1937. Disponível em: <<<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/PoliticaAdministracao/Constituicao1937>>>. Acesso em: 5 nov.2018.

_____. *Anos de Incertezas (1930-1937)*. Disponível em: <<<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos307/RadicalizacaoPolitica/Univ ersidadeDistritoFederal>>> Acesso em: 8 out.2018.

_____. *Anos de incerteza (1930-1937)*. Disponível em: <<<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos3037/IntelectuaisEstado/Ministerio Educacao>>> Acesso em: 10 ago.2018.

_____. *Anos de incerteza (1930-1937)*. Disponível em: <<<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos3037/IntelectuaisEstado/Ministerio Educacao>>> Acesso em: 10 ago.2018.

_____. *A Era Vargas: dos anos 20 a 1945*. Disponível em: <<</produção/dossies/AEraVargas1/anos20/QuestaoSocial>>>. Acesso em: 20 jul.2018.

_____. *Departamento Nacional de Propaganda – DNP*. Disponível em: <<<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos3745/EducacaoCulturaPropagan da/DIP>>>. Acesso em: 12 set. 2018.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. “O Estado Novo: o que trouxe de novo? ”. DELGADO, Lucília; FERREIRA, Jorge (Org). *O Brasil Republicano (Volume 2)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *A imprensa na História do Brasil*. São Paulo. Contexto/EDUSP, 1998.

_____. “Estado Novo: Novas Histórias”. CEZAR, Marcus (Org). *Historiografia Brasileira em perspectiva*. São Paulo: Editora Contexto, 1998.

CARONE, Edgard. 1977. *O pensamento industrial no Brasil (1880-1945)*. Difel.

CARVALHO, José Murilo. *Os Bestializados*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. *Forças armadas e política. 1930-1945*. In: A Revolução de 30. Seminário Internacional. Brasília, Ed. UnB, 1988.

CAVALARI, Rosa Maria F. *Integralismo - ideologia e organização de um partido de massa no Brasil*. Edusc, 1999.

CORTI, Ana. «*Estado Novo (1937-1945): A ditadura de Getúlio Vargas*». UOL - Educação. Disponível em: << <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/estado-novo-1937-1945-a-ditadura-de-getulio-vargas.htm?mobile>>>. Acesso em: 9 nov.2018.

COUTINHO, Amélia. Gregório Lourenço Bezerra. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gregorio-lourenco-bezerra>. Acesso em: 13 jan.2019.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *A Era Vargas*. São Paulo: Moderna, 1997.

DELGADO, Lucília Neves. *História oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DICIONÁRIO Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. Coord. Alzira Abreu e Israel Beloch. 2 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, Ed.FGV, 2001, 5 v., il.

DURKHEIM, Émile. *O suicídio: estudo sociológico*. (trad) Monica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

EFIGÊNIA, Maria. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. DELGADO, Lucília; FERREIRA, Jorge (Org). *O Brasil Republicano (Volume 1)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

EU TRABALHEI. Disponível em: < <https://www.letras.com.br/jorge-faraj/eu-trabalhei>>. Acesso em: 2 out.2018.

FALCON, Francisco. *Fascismo – novas e antigas ideias*. PARADA, Maurício (Org). Brasil: Mauad, 2008.

FAUSTO, Boris. O Estado Novo no contexto internacional. PANDOLFI, Dulce (Org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

_____. *A Revolução de 1930 – Historiografia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

FERREIRA, Jorge. “O carnaval da tristeza: os motins urbanos do 24 de agosto”. GOMES, Ângela de Castro (Org). *Vargas e a Crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Ponteiro, 2011.

_____. *Trabalhadores do Brasil. O imaginário popular*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

_____. *Queremismo, trabalhadores e cultura política*. VARIA HISTORIA, nº28, Dezembro, 2002.

_____. *O imaginário trabalhista: Getulismo, PTB e cultura política popular – 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FERREIRA, Marieta Moraes. *Getúlio Vargas: uma memória em disputa*. Rio de Janeiro: CPDOC. 2006. 16f.

GARCIA, Nelson. *Estado Novo. Ideologia e propaganda política*. São Paulo: Loyola, 1981.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vértice/Iuperj, 1988.

_____. Ideologia e Trabalho no Estado Novo. PANDOLFI, Dulce (Org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

_____. A última cartada. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Ano 1, nº 10, agosto de 2004.

_____. (Org). *Vargas e a Crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Ponteiro, 2011.

_____. “Estado Novo: ambiguidades e heranças do autoritarismo no Brasil”. IN: GOMES, Ângela. *Brechó: estudos de história política e historiografia*. Curitiba: Editora Prismas, 2018.

_____. “O populismo e as ciências sociais no Brasil”. In FERREIRA, Jorge (org.) *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GUILHERME, Wanderley. *Introdução ao estudo das contradições sociais no Brasil*. ISEB, 1963.

HENRIQUE, Fábio. *Suicídio & Saber Médico*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

HIPÓLITO, Lúcia. *Partido Social Democrático*. In: Verbete CPDOC. Disponível em: << <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-social-democratico-psd-1945-1965>>> Acesso em: 14 jan.2019.

LAPUENTE, Rafael. *O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos*. 10º Encontro Nacional de História da Mídia. Porto Alegre. 2015, p.1-12.

LEAL, Victor. *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 7ªEd. Unicamp, 2013.

LEI CONSTITUCIONAL Nº 9, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1945. Acesso em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicon/1940-1949/leiconstitucional-9-28-fevereiro-1945-365005-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 13 jan.2019.

LEVINE, Robert. *O regime de Vargas, 1934-1938: os anos críticos*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.

LIMA, Marcos. *Legislação e Trabalho em Controvérsias Historiográficas*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 2005.

LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINKSY, Carla Bassanesi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

MACEDO, Michelle. 2013. *O movimento queremista e a democratização de 1945*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

MALIN, Mauro. Marighella, Carlos. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/marighella-carlos>> Acesso em: 13 jan.2019.

MARIÁTEGUI, José. *As origens do fascismo*. Brasil: Alameda, 2010.

MARTINS, Luciano. *Estado Novo*. In: Verbete CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/estado-novo>. Acesso em: 30 ago.2020.

MELLO, Lane. *Quem realmente afundou os navios brasileiros na SGM?* Disponível em: <https://fatosmilitares.com/quem-realmente-afundou-os-navios-brasileiros-na-sgm/> 4 de janeiro de 2016. Acesso em: 12/08/2020.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial – Ruptura de relações*. Rio, 1944, p.191-192, apud. Delgado de Carvalho, op. Cit, p.402-403.

MORAIS, Fernando. *Olga*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

MORAIS, Marieta. *Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965)*. Disponível em:<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-trabalhista-brasileiro-1945-1965>> Acesso em: 14 jan. 2019.

MORAIS, Evaristo e SIQUEIRA, José. *Consolidação das Leis de Trabalho (CLT)*. In: Verbete CPDOC. Disponível em: << <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/consolidacao-das-leis-do-trabalho-clt>>>. Acesso em: 10 dez.2018.

MELLO, Lane. *Quem realmente afundou os navios brasileiros na SGM?* Disponível em: <https://fatosmilitares.com/quem-realmente-afundou-os-navios-brasileiros-na-sgm/> 4 de janeiro de 2016. Acesso em: 12/08/2020.

MUNAKATA, Kazumi. *A legislação trabalhista no Brasil*. Brasiliense, 1984.

NETO, Lira. Getúlio: *Da volta pela consagração popular ao suicídio (1945-1954)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014

O NEGÓCIO É CASAR. Disponível em: < <https://www.letas.mus.br/ataulfo-alves/1251895/>> Acesso em: 2 out.2018.

OSÓRIO, Lígia. Projeto nacional e politização das forças armadas, 1944-1964. RIBEIRO, Paulo Lage et.al. (Orgs). *Militares e Política no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2018

PANDOLFI, Dulce. “Os anos 30: as incertezas do regime”. DELGADO, Lucília; FERREIRA, Jorge (Org). *O Brasil Republicano (Volume 2)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

PARADA, Maurício. *Fascismos – Conceitos e Experiências*. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.

PRESTES, Luís Carlos. *União Nacional para a Democracia e o Progresso*. Publicado em: <<www.marxists.org/portugues/prestes/1945/05/23. Acesso em: 06 mar.2019.

_____. *Manifesto de Prestes para a Aliança Nacional Libertadora*. Disponível em: <<<https://inverta.org/jornal/agencia/movimento/manifesto-da-alianca-nacional-libertadora-por-luiz-carlos-prestes>>>> Acesso em: 10 ago. 2018.

PINSKY, Jaime. O Brasil nas relações internacionais (1930-1945). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *O Brasil em Perspectiva*. São Paulo: DIFEL, 1969.

RODRIGUES, José Carlos. *Tabu do Corpo*. Rio de Janeiro, Achiamé, 1979.

ROMITA, Arion. *Justiça do Trabalho: produto do Estado Novo*. PANDOLFI, Dulce (Org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

SAENZ, Marisa. *A ideologia dos industriais brasileiros, 1919-1945*. Rio de Janeiro: Vozes, 1978.

SILVA, Hélio. O suicídio de Getúlio Vargas: 1951/1954. *Coleção História da República Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Três, 1998.

SILVA, Michelle. Não queremos o divórcio, nós queremos Vargas. *Revista Sapiens UEMG*. Carangola, v.1, n.02, p.1-17, out.2019.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*, 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.

SOUZA, Samuel. *Justiça do Trabalho*. In: Verbete CPDOC. Disponível em: <<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/justica-do-trabalho>>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

TEIXEIRA, Carlos. *Os Fascismos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

VARGAS, Alzira. “*Vida de Getúlio: Itu, a meta dos candidatos*”. Fatos e Fotos. 7 de setembro de 1963.

VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

_____. *Diário, volume II*, página 451, Siciliano, FGV, 1997.

_____. *A Política Trabalhista do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1949.

VIANNA, Marly. *Os Revolucionários de 1935*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

WERNECK, Luiz. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Editora UFMG, 1999.

ANEXOS

1. Jornal do Brasil: Manchetes do Suicídio de Vargas dos dias 24/08/1954 à 31/08/1954.

24/08/1954 Ed. 00195	PÁG 1 - Renunciou o Presidente da República.
25/08/1954 Ed. 00196	<p>PÁG 1.</p> <p>- Foi declarado ilegal o Partido Comunista nos EUA.</p> <p>PÁG 7.</p> <p>- A madrugada trágica de 24 de agosto e a marcha dos acontecimentos. Premido por uma série de episódios decorrentes da crise político-militar o Presidente Getúlio Vargas renunciou à vida, desfechando um tiro no coração – Grande afluência ao Catete – Transladado , hoje, o corpo para São Borja aonde será sepultado – Assume o sr. Café Filho – Decretado luto oficial por 8 dias – As primeiras declarações do novo chefe da nação – As homenagens do senado, da câmara e do legislativo da cidade – Nomeado o ministro da aeronáutica, o brigadeiro Eduardo Gomes.</p> <p>- Distúrbios em vários pontos da cidade e apedrejamento de jornais e emissoras por populares exaltados.</p> <p>- Grande comoção com a chegada da urna funerária.</p> <p>- Declarações de Café Filho.</p> <p>PÁG 8.</p> <p>- Repercussão no senado federal e câmara dos deputados.</p> <p>- Multidão diante do Palácio do Catete.</p> <p>PÁG 9.</p> <p>- A repercussão no estrangeiro. (Caracas, Portugal, EUA).</p> <p>- A repercussão nos Estados (Desordens em BH, prisão de comunistas, comércios fechados. Luto oficial ES, pesar em SE, PE estarecido.</p> <p>- Visitação pública ao corpo de Getúlio (filas longas, Rua do catete cheia, pessoas ao se aproximarem do esquife beijavam-no, tinham ataques de choro e gritos).</p> <p>- Dados biográficos do Sr. Café Filho.</p>
26/08/1954 Ed. 00197	PÁG 7. - Repercutiu dolorosamente em todo o exterior o trágico desaparecimento do Presidente Getúlio Vargas.

27/08/1954 Ed. 00198	PÁG 6. - O novo governo. (Nomeações e primeiras ações).
28/08/1954 Ed. 00199	PÁG 5. - Texto escrito por Mucio Leão sobre G.V. PÁG 9. - Impressões favoráveis ao governo de Café Filho. - Presidente G.V. Novas demonstrações pesar pelo seu passamento. (Tribunal Federal de recursos, Tribunal superior eleitoral).
29/08/1954 Ed. 00200	- Debate final na Ass. Francesa sobre o tratado do exército europeu.
30/08/1954	Nada Digitalizado.
31/08/1954 Ed. 00201	PÁG 6. - O novo governo. - Hostilidades dos petebistas ao governo atual. PÁG 9. - Café Filho não prestará nenhum compromisso perante o Congresso Nacional. - Presidente G.V. Homenagem do tribunal regional eleitoral – será erigido em Vitória, um monumento ao estadista desaparecido – missas celebradas em Porto Alegre.

2. Tribuna da Imprensa: Manchetes do Suicídio de Vargas dos dias 24/08/1954 à 31/08/1954.

<p>24/08/1954 Ed. 01418</p>	<p>PÁG 1. - Sucidou-se Getúlio. Desfechou um tiro no coração – O suicídio ocorreu em seus aposentos particulares. - Primeiras declarações do presidente Café Filho.</p> <p>PÁG 2. - Café Filho é o novo presidente da República. - Suicidou-se G.V. General Caiado desmaiou. Autópsia em Palácio. - Comércio fechou as portas no RJ.</p> <p>PÁG. 3 - Dramático discurso de Café Filho no senado.</p> <p>PÁG 4. - Café Filho é o novo presidente da República.</p> <p>PÁG 6. - Primeiras declarações do Presidente G.V.</p> <p>PÁG 8. - Lacerda na UDN: Vargas moveu guerra ao Brasil. Foi deposto por si mesmo.</p>
<p>25/08/1954</p>	<p>Nada Digitalizado.</p>
<p>26/08/1954 Ed. 01419</p>	<p>PÁG 1. - Afirma general “Brochado da Rocha” – Vargas morreu vítima dos maus amigos. - Esses são os homens do governo Café Filho.</p> <p>PÁG 2. - Missa em sufrágio do presidente morto. - Repercute no estrangeiro a morte de Vargas (Cidade do Vaticano, Peru, Bélgica, Portugal, Chile, França, EUA, Guatemala, Londres, Luto oficial na Argentina, Suíça). - Nomeações e exonerações do novo governo.</p> <p>PÁG 3. - O governo acima dos partidos garante o novo ministro da justiça.</p>

	<p>PÁG 4.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estes são os homens do governo Café Filho. <p>PÁG 7.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grande emoção no embarque do corpo de Vargas. - O corpo chegou no aeroporto Santos Dumont e quando chegou lá os populares transpuseram os portões cantando o hino nacional. - Milhares de pessoas, muitas em prato, desfilaram diante do seu corpo, no Palácio do Catete. - Tudo calmo em Porto Alegre.
27/08/1954 Ed. 01420	<ul style="list-style-type: none"> - 6 mortos e 70 feridos nas desordens no RS. - Nova política econômica , anuncia o ministro da fazenda.
28/08/1954 29/08/1954 Ed. 01421	<ul style="list-style-type: none"> - Tranquilidade para as eleições.
30/08/1954 Ed. 01422	<ul style="list-style-type: none"> - Grande frente nacional para apoiar Café Filho.
31/08/1954 Ed. 01423	<ul style="list-style-type: none"> - Aliança PCB-PTB para provocar as desordens na rua.

3. Diário da Noite: Manchetes do Suicídio de Vargas dos dias 24/08/1954 à 31/08/1954.

<p>24/08/1954 Ed. 05666</p>	<p>PÁG 1</p> <ul style="list-style-type: none"> - A nação em estado de choque ante o espantoso desfecho da crise político-militar: Suicidou-se. - De norte a Sul o país se curva ao destino dessa vida intensamente presa aos rumos históricos do país. (Corpo em exposição no Catete, quadro de desespero, providências excepcionais de segurança em toda a cidade). - Desmaiou o general Caiado. <p>PÁG 2.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Madrugada trágica no Palácio do Catete. - O povo aguardou na rua a decisão de Vargas. <p>PÁG 3.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Café Filho revela ao senado as suas gestões junto ao sr. G.V.
<p>25/08/1954 Ed. 05667</p>	<p>PÁG 1.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Nunca houve espetáculo tão emocionante na história do Brasil. - Inclina-se o Brasil diante do morto. (cenas de dor e desespero na cidade) - Cenas indescritíveis de emoção na transladação do corpo para o aeroporto. A cidade chorou copiosamente. Toda a população desfilou diante do Palácio do Catete. <p>PÁG 2.</p> <ul style="list-style-type: none"> - As últimas palavras do presidente G.V. - Atacada a rádio emissora de Porto Novo. - Repercussão da morte de Vargas nos estados: Luto oficial e pesar das populações. (Salvador, Vitória, Ceará, Belo Horizonte, Paraná). - 3 mil desmaios à frente do esquife presidencial. Imagem de uma senhora que não pode conter a emoção diante da urna mortuária de G.V. Acometida de uma crise nervosa foi levada a SAMDU, que desde a tarde de ontem atendeu homens e mulheres que desmaiaram a vista do corpo do extinto presidente. - Senadores e deputados prantearam a morte de Vargas. - No RS: Populares exaltados depredaram a sede do comitê Brochado da Rocha – mortos e feridos.

	<p>- Suicídio SP espanhol José Antônio de um tiro no coração e morreu gritando – viva Getúlio.</p> <p>PÁG 3.</p> <p>- Mais de 3 mil pessoas socorridas no posto médico improvisado dentro do Palácio.</p> <p>- Desordens em São Caetano.</p> <p>- Proposta de monumento com busto de Vargas na Av. Presidente Vargas.</p>
26/08/1954 Ed. 05668	<p>PÁG 1.</p> <p>- O novo governo e as eleições.</p> <p>- Cortejo fúnebre jamais visto no Brasil.</p> <p>PÁG 2.</p> <p>- O povo em delírio carregou o ataúde até ao avião.</p> <p>- Profunda emoção: Senhoras, crianças, homens e velhos emocionados, começaram a acenar para o alto enquanto as lágrimas copiosas rolavam pela face.</p> <p>- Pêsames da Inglaterra e luto oficial no Chile.</p> <p>PÁG 3.</p> <p>- Agitadores conflagraram a cidade. (Confusão no aeroporto – Grande parte dos populares não queriam deixar o local. Tumultos na Cinelândia. Depredada uma Fábrica em Bonsucesso.</p>
27/08/1954 Ed. 05669	<p>PÁG 1.</p> <p>- Depõe Zenóbio: Foi uma trama indigna, diabólica, para afastar-me – procuram incompatibilizar-me com a família Vargas.</p> <p>PÁG 3.</p> <p>- Porto Alegre novamente agitada.</p>
28/08/1954 Ed. 05670	<p>- O ministro da guerra ao Diário da Noite: - Eu não prendi o general Zenóbio.</p>
29/08/1954	Nada Digitalizado.
30/08/1954 Ed. B05671	<p>PÁG 1.</p> <p>- Trocam insultos os criminosos – Toneleros.</p> <p>PÁG 3.</p> <p>- Tentaram adiar as eleições.</p>

	- Sustenta o presidente do Tribunal de Contas do DF: O suicídio de Vargas não é uma renúncia, não é uma deserção, é uma afirmação.
31/08/1954	- Revelações espantosas da trama terrorista – Toneleros.
Ed. B05672	- 20 anos em 20 dias – Dois grandes fatos (Morte de Rubem Vaz e G.V).

4. Última Hora: Manchetes do Suicídio de Vargas dos dias 24/08/1954 à 31/08/1954.

24/08/1954 Ed. 00979	<p>PÁG 1. Matou-se Vargas, o presidente cumpriu a palavra: Só morto sairei do Catete.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Às 8.30 da manhã de hoje o maior líder popular que o povo brasileiro já conheceu encerrou de modo dramático a sua vida um tiro no coração. - Desolação do general Caiado. - A mensagem que Vargas deixou antes de desfechar contra o peito o tiro fatal: “A sanha dos meus inimigos deixo o legado de minha morte. Levo o pesar de não ter podido fazer pelos humildes tudo aquilo que eu desejava. <p>PÁG 2.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Oito horas que mudaram a fisionomia política da nação em sobressalto. - “Se os insubordinados quiserem impor a violência e chegarem ao Catete, levarão apenas o meu cadáver”.
25/08/1954 Ed. 00980	<p>PÁG 1.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Último encontro do povo com o grande presidente morto. - Uma fila interminável serpenteava pelas ruas adjacentes ao Palácio Presidencial. <p>PÁG 2.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Durante toda a noite foi um desfilar do povo. Todas as classes sociais estavam ali representadas democraticamente de pé nas longas filas que se estendiam pelas ruas Silveira Martins e Ferreira Viana, alcançando a Praia do Flamengo, a praia do Russel, de um lado e a rua Machado de Assis do outro. - Na rua o povo impaciente gritava pelo seu presidente. - Várias centenas de milhares em torno do Catete. - Dois mil e cem desmaios. - Crises coletivas. - O caixão repleto de lágrimas. - População sem medicada e 20 casos graves. - Retirada do povo a bala. - A Carta-Testamento. - Imagens de pessoas sendo carregados por enfermeiros.

PÁG 4.

- Repercussão no estrangeiro: Argentina, EUA, Vaticano, Portugal e México.

PÁG 5.

- Repercussão nos estados: Espírito Santo, Sergipe, Natal, Piauí.

- Um morto e vários feridos nos conflitos em Minas Gerais. Manifestações populares em Belo Horizonte, em sinal de pesar pela morte de Vargas.

- Luto oficial Jockey Club brasileiro.

PÁG 6.

- São Paulo chorou. Desfile na Praça da Sé.

- Na manifestação dos trabalhadores paulistas – Getúlio foi morto pelos inimigos do Brasil.

- Desmaios nas ruas, paralisação de todas as atividades no RJ e todo o comércio fechado.

PÁG 9.

- Multidão atacou alguns carros da O Globo.

- Ataque ao Tribuna da Imprensa.

- Cartazes de candidatos da UDN arrancados.

- Incêndio de exemplares de jornais que insultavam Vargas: O Globo, Tribuna da Imprensa, O mundo.

PÁG 10.

- Multidão manifestando pelas ruas da cidade gritando: Getúlio, Getúlio na Praça XI.

- Centenas de populares fizeram fila na galeria Cruzeiro para comprar exemplares da Última Hora. Alguns se excederam e atacaram emissoras e jornais de oposição.

PÁG 12.

- Cada gota do meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. GV

PÁG 13.

- À sanha dos meus inimigos deixo o legado da minha morte. Nos braços do povo, o corpo de Vargas.

	<p>- Uma incalculável multidão comovida acompanhou o presidente do palácio do catete ao aeroporto.</p> <p>PÁG 14.</p> <p>- Nos braços do povo – o corpo de Vargas!</p> <p>- O povo chorando acompanha o cortejo fúnebre.</p> <p>- Sobre uma carreta e levado pelo povo.</p> <p>- Lágrimas nos olhos “Para nós ele não morreu”.</p> <p>- Duas mil e oitocentas pessoas foram socorridas.</p> <p>PÁG 15.</p> <p>- Milhares ao lado do Santos Dumont.</p> <p>PÁG 16.</p> <p>- Vários incidentes depois da partida do corpo de Vargas.</p> <p>- Um popular morto e outros feridos em consequência da descarga de metralhadora contra o povo que manifestava ruidosamente sua grande mágoa.</p>
26/08/1954 Ed. 00981	<p>PÁG 3.</p> <p>- Todos os estados choraram a morte de Getúlio Vargas.</p> <p>- Proibidos comícios no Rio Grande do Sul.</p> <p>- Romaria nacional a São Borja para sepultar Getúlio.</p> <p>- Comoções em Porto Alegre.</p> <p>PÁG 5.</p> <p>- O mundo inteiro ante a morte do presidente – Homenagens (França, Argentina, Espanha, Suíça, Inglaterra, Portugal).</p> <p>- Juramos que os trabalhadores saberão vingar nas urnas a morte de Vargas.</p>
27/08/1954 Ed. 00982	<p>PÁG 1.</p> <p>- Aranha no túmulo de Vargas: “Juro continuar a luta”.</p> <p>PÁG 3.</p> <p>- Sobre os ombros do povo gaúcho o corpo do maior rio-grandense.</p> <p>PÁG 4.</p> <p>- Intenso primeiro dia de Catete do novo presidente.</p>
28/08/1954 Ed. 00983	<p>PÁG 1.</p> <p>- Estão infamando a memória de Vargas.</p>

	<ul style="list-style-type: none"> - Volta Redonda se chamará cidade presidente Vargas. - Os trabalhadores estão órfãos com a morte de Vargas. <p>PÁG 2.</p> <ul style="list-style-type: none"> - O governo em marcha: Café Filho. <p>PÁG 3.</p> <ul style="list-style-type: none"> - O presidente Vargas morreu corajosamente na defesa do mandato conferido pelo povo.
29/08/1954	Nada digitalizado.
30/08/1954 Ed. 00984	<p>PÁG 1.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Alzira depõe: Meu pai não se suicidou. Deu seu sangue, para que não corresse sangue do povo. - Destruindo calúnias criadas pelo pavor da verdade – a senhora Alzira Vargas do Amaral Peixoto revela: “Tenho em meu poder o original e os rascunhos da carta-testamento do meu pai. Ninguém os arrancará de mim”. - Encontradas no cofre particular do sr. Getúlio Vargas os originais de sua histórica mensagem ao Brasil e ao mundo. - Palavras de Alzira: “Meu pai deu a sua vida em holocausto. Para que o povo brasileiro, que ele amava mais que a si próprio, mais do que a própria família, extraísse de seu sacrifício novas forças para continuar lutando pela emancipação econômica e política do Brasil”.
31/08/1954 Ed. 00985	<p>PÁG 1.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Indignação, espírito de luta e resistência no Palácio Tiradentes. - Abala o congresso o golpe da reação. - Do povo aos espoliadores do Brasil: Faremos justiça com a arma que temos – o voto. - De joelhos o povo pediu a Deus pela alma de Vargas – pátio da Igreja da Candelária.

5. Diário Carioca: Manchetes do Suicídio de Vargas dos dias 24/08/1954 à 31/08/1954.

24/08/1954 Ed. 08016	PÁG 1. - G.V intimado a renunciar por Mascarenhas e Zenóbio Costa. - A marinha pede também que Vargas saia. - Marcham sobre o Rio para exigir a renúncia de G.V. 150 acadêmicos, da faculdade de direito de SP.
25/08/1954 Ed. 08017	PÁG 1. - Café reorganiza a vida da nação. - A multidão desfilou a chorar ante Vargas (Impressionantes os aspectos do velório do Catete) – ênfase populares desfilando ante o caixão. - Um popular levou flores para G.V. - Os homens choraram – cena carregando caixão. - Antes de suicidar-se Vargas mostrava-se absolutamente sereno. PÁG 3. - Pesar pelo falecimento de Getúlio, luto oficial por 3 dias. - Repercussão no país do Presidente Vargas: forte agitação em porto alegre, BH, PE, BA. - Assembleia Fluminense luto por 8 dias. - Café Filho o novo presidente da república.
26/08/1954 Ed. 08018	PÁG 1. - Os novos ministros de Café. - Despediu-se de Vargas a cidade.A caminho de São Borja. O velório e a transladação dos despojos. Rua do Catete cheia de populares. - Missas por Getúlio. - Corpo chegou em São Borja. - Fogo na Rádio Patrulha.
27/08/1954 Ed. A08019	- Zenóbio investe contra generais. - Reunião de LOTT ao alto comando do exército. - A carta que Vargas não datilografou. - O testamento político de Vargas não era carta nem suicídio.
28/08/1954 Ed. B08019	- Café continua a formar e empossar o seu governo. - Missa pela alma de Getúlio.
29/08/1954	- Íntegra da acareação de Gregório no Galeão. (ênfase do interrogatório).

Ed. 08020	- A Semana internacional em Revista (EUA, França, Argentina, Rússia).
30/08/1954	Nada Digitalizado.
31/08/1954	- Café completa a formação do ministério.
Ed. 08021	- Missas de Getúlio.

6. Correio da Manhã: Manchetes do Suicídio de Vargas dos dias 24/08/1954 à 31/08/1954.

24/08/1954 Ed. 18838	PÁG 1. - Licenciado o presidente G.V recusou a renúncia. - O sr G.V não aceitara a renúncia conjunta com o vice-presidente. - Licenciamento ou deposição.
25/08/1954 Ed. 18839	PÁG 1. - As últimas horas de vida do sr. G.V. Reunião do ministério no Catete, entrevistas com a família e amigos. - O corpo do presidente sendo trazido por populares. - O presidente Café filho nomeia ministros. - Visitação pública ao corpo do sr. G.V. - A carta e o bilhete deixados pelo sr G.V. - A transladação do corpo para SÃO BORJA. PÁG 3. - Distúrbios nas ruas em consequência da morte do sr. G.v. - Tentativa de depredação da embaixada americana e destruição de faixas e cartazes da propaganda eleitoral. Filas para ver o corpo do presidente morto. - O ataque à Tribuna da imprensa 24 ago. - 8 dias de luto oficial.
26/08/1954 Ed. 18840	PÁG 1. - Repercussão mundial da morte de G.V – europa e américa. PÁG 3. - O primeiro dia do presidente Café Filho no Catete.
27/08/1954 Ed. 18841	PÁG 1. - Protesta a imprensa norte-americana. - Ênfase no gov. Café Filho
28/08/1954 Ed. 18842	PÁG 1. - “Fim da Era Vargas” “The economista” e o Brasil. Continua a repercutir no mundo a morte do presidente brasileiro. - Homenagens à memória do presidente G.V nos tribunais de justiça e do júri.
29/08/1954	PÁG 1.

Ed. 18843	- Contra a CED todas as comissões da Assembleia Nacional Francesa.
30/08/1954	Nada Digitalizado.
31/08/1954	PÁG 1.
Ed. 18844	- Não devemos entrar pelo caminho do isolacionismo. O presidente americano pede coragem para o que se passa na Europa. - Novas manifestações pela morte do sr. Getúlio Vargas na Alemanha.

7. Gazeta de Notícias: Manchetes do Suicídio de Vargas dos dias 24/08/1954 à 31/08/1954.

24/08/1954 Ed. 00192	<p>PÁG 1.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Zenóbio da Costa: Será esmagada qualquer tentativa de golpe. - Continua a prontidão em todo o país: No palácio do catete o sr. Getúlio Vargas trabalha normalmente.
25/08/1954 Ed. 00193	<p>PÁG 1.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Seguem hoje para SÃO BORJA os restos mortais de Getúlio. Ele disse antes de morrer: “As aves de rapina querem o sangue de alguém: eu lhes dou o meu”. - Excepcionais homenagens a memória de Vargas. Cerca de 100 mil pessoas foram render as últimas homenagens. - Café Filho organiza o novo ministério. <p>PÁG 2.</p> <ul style="list-style-type: none"> - A prodigiosa carreira de política de Vargas – conheceu todas as glórias da vida pública. - Luto oficial por 8 dias. - Café filho organiza o novo ministério. <p>PÁG 4.</p> <ul style="list-style-type: none"> - A dolorosa notícia da morte do presidente vargas, no exterior. - Dados biográficos do novo presidente da república. - A prodigiosa carreira política de Vargas.
26/08/1954 Ed. 00194	<p>PÁG 1.</p> <ul style="list-style-type: none"> - O adeus do povo carioca ao seu amado Getúlio. Mais de cem mil pessoas em pranto, assistiram ao cortejo fúnebre – Emocionante adeus da população ao seu grande líder – Indescritível a consternação popular. - Imagem do cortejo no Jardim da Glória, a caminho do aeroporto Santo Dumont. - Momento em que o caixão saia pelos portões do Catete – muitas pessoas. - Granadas, tiros e sabres contra o povo 43 mil pessoas feridas, um getulista morto no local – Para afastar a multidão do aeroporto. <p>PÁG 2.</p>

	<p>- Chora o povo a morte do seu grande líder.</p> <p>- O adeus do povo carioca ao seu amado Getúlio. Mais de cem mil pessoas desfilaram. 3.500 pessoas foram socorridas. O povo exaltando as realizações de Getúlio. Ataque ao edifício do Ministério da Aeronáutica. Eduardo Gomes vaiado.</p>
27/08/1954 Ed. 001195	<p>PÁG 1.</p> <p>- São Borja sepultou chorando o corpo do grande mártir.</p> <p>Toda a população de joelhos, postou-se do aeroporto à sede da prefeitura, para passagem do esquife de G.V. Os funerais ontem às 11.30 h.</p> <p>- Cinismo do corvo – Lacerda está acovardado.</p>
28/08/1954 Ed. 00196	<p>PÁG 1.</p> <p>- Será a Revolução o adiamento das eleições.</p> <p>A nação não concorda com o golpe do pleito , engendrada pelas correntes liberticidas da UDN – Eleições livres pediam antes da morte do presidente G.V.</p> <p>- A vida de Getúlio – o mártir da democracia (escrita pelo jornalista Abílio de Carvalho).</p>
29/08/1954 Ed. 00197	<p>PÁG 1.</p> <p>- Apunhalou a esposa à vista do filhinho.</p> <p>- Em torno da memória de Vargas – declarações do sr. Oswaldo de Aranha.</p>
30/08/1954	Nada Digitalizado.
31/08/1954 Ed. 00198	<p>PÁG 1.</p> <p>- Alzira Vargas do Amaral Peixoto desmascara os inimigos do regime: Somente os lacaios de interesses suspeitos poderiam por em dúvida a carta de meu pai.</p> <p>- Novelas radiofônicas levaram jovem ao suicídio.</p>

8. A Noite: Manchetes do Suicídio de Vargas dos dias 24/08/1954 à 31/08/1954.

<p>24/08/1954 Ed. 14792</p>	<p>PÁG 1.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ministro da aeronáutica o brigadeiro Eduardo Gomes: Serão asseguradas todas as liberdades. - Os últimos momentos de Getúlio Vargas: Calmo, sereno, imperturbável, assinou o histórico documento. - Luto oficial por 8 dias. - O novo presidente da República em conferências sucessivas. - Brigadeiro Eduardo Gomes novo ministro da aeronáutica. <p>PÁG 2.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Matou-se Vargas. - Na residência do sr. Café Filho – grande afluência de amigos, políticos e jornalistas. <p>PÁG 3.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Logo após o suicídio a hora exata do suicídio. <p>PÁG 4.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Os últimos momentos de Getúlio Vargas. - Arrancados cartazes de propaganda. Encerradas as atividades no comércio RJ. Tudo fechado em Belo Horizonte. Pesar no Maranhão. Consternação geral RS.
<p>25/08/1954 Ed. 14793</p>	<p>PÁG 1.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Café vai receber o povo. - O ministério do novo governo. - Tocantes as últimas homenagens do povo a Getúlio. - Partiu o avião levando o corpo de Vargas. - Tocantes, as últimas homenagens da capital da República ao ex-chefe da nação – no mesmo aparelho seguiram a Sra Darci Vargas e outros membros da família do ilustre extinto. Profundamente emocionada a multidão que assistiu à passagem e ao embarque da urna mortuária – Últimos instantes no Palácio do catete – o fechamento do caixão e o trajeto até o aeroporto de Santos Dumont – durante toda a noite o desfile junto aos despojos – serão celebrados em s.borja os ofícios fúnebres. - O presidente Café Filho reunirá hoje seus auxiliares.

	<p>PÁG 2.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Passeata em SP. - 2 mortos e 26 feridos em Porto alegre – grupos de populares. - Manifestação na câmara. <p>PÁG 3.</p> <ul style="list-style-type: none"> - O novo governo. - Dados biográficos de Café Filho.
26/08/1954 Ed. 14794	<p>PÁG 1.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fala o chanceler Raul Fernandes: Nenhuma alteração na política exterior. - O novo ministro da guerra. - Esperança de todos o novo presidente da República.
27/08/1954 Ed. 14795	<p>PÁG 1.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Será ouvido essa manhã o sr. Benjamin Vargas. - Nomeação de novos ministros. - O atentado da Toneleros. - Prece pelo presidente Getúlio Vargas (em frente a candelária – centenas de velas acesas).
28/08/1954 Ed. 14796	<p>PÁG 1.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Nomeado o ministro da educação: Cândido Motta Filho. - Boa notícia para os funcionários públicos: virá o mesmo aumento. - Não será interrompida a marcha de suas conquistas – discurso Café filho pela “Voz do Brasil”. - Anunciada a greve dos trabalhadores em SP.
29/08/1954	Nada Digitalizado.
30/08/1954 Ed. 14797	<p>PÁG 1.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fala o ministro da justiça, sr. Seabra Fagundes: Não cabe ao governo adiar ou não as eleições, mas garantir apenas a liberdade do pleito. - O suicídio de Vargas – laudo pericial. - Não haverá adiamento das eleições.
31/08/1954 Ed. 14797	<p>PÁG 1.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Como são pagos os trabalhadores do país.